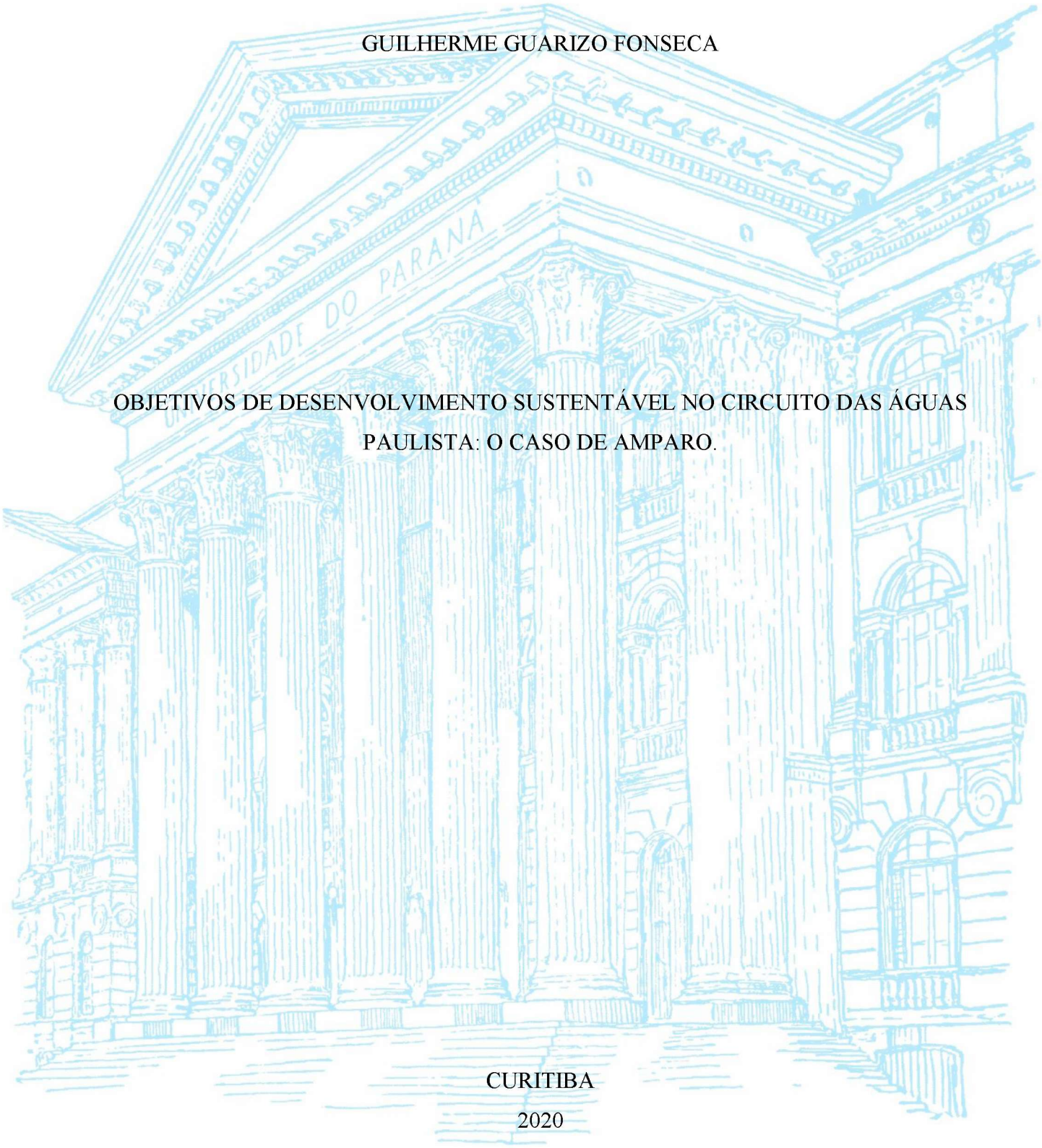
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GUILHERME GUARIZO FONSECA



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA: O CASO DE AMPARO.

CURITIBA

2020

GUILHERME GUARIZO FONSECA

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA: O CASO DE AMPARO.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel no curso de Ciências Econômicas, do Departamento de Economia, Setor de Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Profª Drª Angela Welters

CURITIBA

2020

TERMO DE APROVAÇÃO

GUILHERME GUARIZO FONSECA

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA: O CASO DE AMPARO.

Monografia/TCC apresentada ao curso de Graduação em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Economia.

Prof(a). Dr(a). Angela Welters
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof(a). Dr(a). Denise Maria Maia
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof(a). Dr(a). Raquel Rangel de Meireles Guimarães
Setor de Ciências Sociais Aplicadas
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Curitiba, 29 de Outubro de 2020.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus pais Rosana Aparecida Guarizo Fonseca e Edgard Fonseca Neto pelo incentivo aos estudos e pelo apoio constante durante esta trajetória.

Agradeço a meus amigos pelo convívio e risadas proporcionadas durante todos estes anos. Agradeço também a minha namorada Luíza que esteve sempre ao meu lado durante este estudo, obrigado pelo companheirismo.

Agradeço imensamente a minha amiga, professora e orientadora Angela Welters por sua dedicação e paciência durante o projeto, pelos incentivos e por ter me acolhido como seu orientando neste período.

Por fim, agradeço a Universidade Federal do Paraná e a todos os professores de meu curso pela elevada qualidade do ensino oferecido.

Obrigado.

RESUMO

O município de Amparo é uma das cidades que compõem o Circuito das Águas Paulista. Avaliar a qualidade de vida do município e o seu nível de desenvolvimento são os objetivos deste trabalho. Para tal, foram utilizados os dados mais recentes disponíveis a nível municipal e a metodologia escolhida são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, referencial teórico desenvolvido pela ONU, esta metodologia contempla indicadores sociodemográficos, econômicos e ambientais. Na análise, foi realizado com base em indicadores recolhidos em portais públicos, a comparação com as demais cidades que compõem o Circuito das Águas Paulista e o Estado de São Paulo. Os indicadores utilizados são os dados mais recentes a nível municipal, estes dados seriam atualizados no Censo Demográfico do Brasil para o ano de 2020, no entanto, devido a pandemia do coronavírus a pesquisa foi adiada. Os indicadores também visaram abarcar os principais ODS, questões voltadas a pobreza, saúde e bem-estar, educação, igualdade de gênero, crescimento econômico, questões ambientais e desigualdade. Notou-se que a cidade apresenta alto Índice de Desenvolvimento Humano, boa qualidade de saúde e políticas de gestão ambiental. A falta de indicadores adequados sobre as questões ambientais, no entanto, não permitiram avaliar todos os aspectos relativos a esta pauta da Agenda 2030. A despeito, dos bons indicadores de Desenvolvimento Humano, o desempenho educacional pode melhorar, sobretudo, pela expansão do alcance do ensino médio entre os jovens maiores de 18 anos. E apesar do bom desempenho dos indicadores econômicos, percebe-se que parte da população residente é excluída deste contexto de bem-estar, como os jovens que não estudam nem trabalham e as mães chefes de família, de baixa escolaridade e em situação de vulnerabilidade social. Além destas fragilidades no campo social, a cidade apresenta ainda o segundo maior nível de desigualdade dentre as cidades que participam do Circuito das Águas Paulista. Por fim, com base nos resultados obtidos no trabalho, foram realizadas recomendações aos gestores da cidade para contribuir com o desenvolvimento na cidade de Amparo levando em conta os tópicos abordados nos ODS.

Palavras-chave: Circuito das Águas Paulista. Circuito das Águas. Amparo. Desenvolvimento Sustentável. Organizações das Nações Unidas. ONU. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. ODS.

ABSTRACT

The municipality of Amparo is one of the cities that make up the Circuito das Águas Paulista. Assessing the quality of life of the municipality and its level of development are the objectives of this work. To this end, the most recent data available at the municipal level were used and the methodology chosen is the Sustainable Development Goals, a theoretical framework developed by the UN, this methodology includes socio-demographic, economic and environmental indicators. In the analysis, it was performed based on indicators collected in public portals, the comparison with the other cities that make up the Circuito das Águas Paulista and the State of São Paulo. The indicators used are the most recent data at the municipal level, these data would be updated in the Demographic Census of Brazil for the year 2020 however, due to the pandemic of the corona virus the study was postponed. The indicators also aimed to cover the main SDGs, issues related to poverty, health and well-being, education, gender equality, economic growth, environmental issues and inequality. It was noted that the city has a high Human Development Index, good quality of health and environmental management policies. The lack of adequate indicators on environmental issues, however, does not allow us to assess all aspects related to this Agenda 2030 agenda. Despite good human development indicators, educational performance can improve, above all, by expanding the reach of the high school among young people over 18. And despite the good performance of the economic indicators, it is clear that part of the resident population is excluded from this context of well-being, such as young people who do not study or work and mothers who are heads of household, with low education and in a situation of social vulnerability. . In addition to these weaknesses in the social field, the city also has the second highest level of inequality among the cities participating in the Circuito das Águas Paulista. Finally, based on the results obtained in the work, recommendations were made to city managers to contribute to the development in the city of Amparo taking into account the topics covered in the SDGs.

Keywords: Circuito das Águas Paulista. Circuito das Águas. Amparo. sustainable development. United Nations. ONU. sustainable development goals. ODS.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- ASPECTOS GERAIS SOBRE OS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS (2020) 43
TABELA 2- CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM (2000 e 2010) 44
TABELA 3- CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM - LONGEVIDADE (2000 e 2010) 45
TABELA 4 – CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM EDUCAÇÃO (2000 e 2010) 46
TABELA 5- CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM RENDA (2000 e 2010) 46
TABELA 6- CIRCUITO DAS ÁGUAS: POSIÇÃO NO RANKING DO IDHM 47
TABELA 7 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS SELECIONADOS: 2018 52
TABELA 8 - EMPREGOS FORMAIS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA (2018) . 70
TABELA 9- CIRCUITO DAS ÁGUAS: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO (EM %) (2017) 75

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1-MAPA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTAS 17
FIGURA 2- ENTREVISTA E-MAIL: AÇÕES E LEGISLAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE - AMPARO (SP)..... 94
FIGURA 3- ENTREVISTA E-MAIL: AÇÕES E LEGISLAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE - AMPARO (SP)..... 94

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - COMPONENTES DE EDUCAÇÃO DO IDHM: AMPARO (2000/2010)..... 48
GRÁFICO 2 - CIRCUITO DAS ÁGUAS: POPULAÇÃO POR SEXO (2020)..... 50
GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO FEMININA E MASCULINA (EM %) (2020)..... 51
GRÁFICO 4 - CIRCUITO DAS ÁGUAS: DISTRIBUIÇÃO % DA POPULAÇÃO (2020) . 52
GRÁFICO 5- TAXA DE FECUNIDADE TOTAL (2010) 56
GRÁFICO 6- MORTALIDADE DE CRIANÇAS COM ATÉ 5 ANOS DE IDADE (2010) . 57
GRÁFICO 7- ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2010) 58
GRÁFICO 8- PIRÂMIDE ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE AMPARO (2010) 59
GRÁFICO 9- POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS QUE SÃO VULNERÁVEIS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO DESTA MESMA FAIXA ETÁRIA (EM %) (2010) 60
GRÁFICO 10- PARCELA POPULACIONAL DE EXTREMAMENTE POBRES, VULNERÁVEIS A POBREZA E POBRES (EM %) (2010)..... 61
GRÁFICO 11 - TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS: AMPARO E SP (2000 E 2010)..... 62
GRÁFICO 12 - CIRCUITO DAS ÁGUAS: TAXA DE ANALFABETISMO (2010)..... 63
GRÁFICO 13- TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS: AMPARO E SP (2010) (EM %) 64
GRÁFICO 14- TAXA DE ANALFABETISMO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS: 25 ANOS OU MAIS (EM %) (2010) 65
GRÁFICO 15- PESSOAS EM DOMICÍLIOS EM QUE NINGUÉM TEM FUNDAMENTAL COMPLETO (EM %) (2010)..... 66
GRÁFICO 16- PESSOAS EM DOMICÍLIOS VULNERÁVEIS À POBREZA EM QUE NINGUÉM POSSUI ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (EM %) (2010) 67
GRÁFICO 17- MÃES CHEFES DE FAMÍLIA SEM FUNDAMENTAL E COM FILHO MENOR, NO TOTAL DE MÃES CHEFES DE FAMÍLIA (EM %) (2010)..... 68
GRÁFICO 18- VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR FORMAÇÃO ESCOLAR (2018)..... 70
GRÁFICO 19- % DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS SEM FUNDAMENTAL COMPLETO E EM OCUPAÇÃO INFORMAL (2010)..... 71
GRÁFICO 20- % DA RENDA APROPRIADA. 20% MAIS POBRES E 20% MAIS RICOS (2010) 72
GRÁFICO 21- CIRCUITO DAS ÁGUAS: ÍNDICE DE GINI (2010)..... 73

GRÁFICO 22- RENDA APROPRIADA 80% DA POBRE x 20% DOS MAIS RICOS (2010) 74
GRÁFICO 23- CIRCUITO DAS ÁGUAS - PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (EM %) (2017) 76
GRÁFICO 24- NÍVEL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EM %) (2010) 77
GRÁFICO 25- NÍVEL DE ATENDIMENTO DE COLETA DE LIXO (EM %) (2010) 78
GRÁFICO 26- NÍVEL DE ATENDIMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (EM %) (2010) .. 79
GRÁFICO 27- CIRCUITO DAS ÁGUAS: DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E ÁGUA ENCANADA (EM %) (2010) 80

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1- OS 17 OBJETIVOS DA ODS 36
QUADRO 2 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL 95
QUADRO 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE 96
QUADRO 4 - POPULAÇÃO URBANA E RURAL DA REGIÃO/GRAU DE URBANIZAÇÃO 96
QUADRO 5 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA 97
QUADRO 6 - RAZÃO DE SEXOS 98
QUADRO 7 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO 99
QUADRO 8 - INDICADOR EMPREGOS FORMAIS 100
QUADRO 9- TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL 101
QUADRO 10 - TAXA DE NATALIDADE 102
QUADRO 11 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL 103
QUADRO 12 - TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS (EM %) 104
QUADRO 13 - TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS (EM %) 105
QUADRO 14 - MORTALIDADE DE CRIANÇAS COM ATÉ 5 ANOS DE IDADE 105
QUADRO 15 - ESGOTO SANITÁRIO - NÍVEL DE ATENDIMENTO 107
QUADRO 16 - ÍNDICE DE GINI 107
QUADRO 17 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER 108
QUADRO 18 - PIRÂMIDE ETÁRIA 109
QUADRO 19 - POPULAÇÃO VULNERÁVEL A POBREZA 110
QUADRO 20 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %) 110
QUADRO 21 - COLETA DE LIXO - NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %) 111
QUADRO 22- DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E ÁGUA ENCANADA (EM %) 112
QUADRO 23- PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO 112
QUADRO 24 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO PIB ESTADUAL (EM %) 113
QUADRO 25 – ECONOMIA INFORMAL URBANA 114
QUADRO 26- MÃES CHEFES DE FAMÍLIA 115

LISTA DE ABREVIAÇÕES

COREN/SP – Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo

CPDS - Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável

DADETUR - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IMP – Informações dos Municípios Paulistas

ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONG – Organizações Não Governamentais

ONU – Organizações das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PPP - Poder de Paridade de Compra

RNB – Renda Nacional Bruta

SEADE – Sistema Estadual de Análise de Dados

SEBRAE/SP – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 14
2 O CIRCUITO DAS ÁGUAS: COMPOSIÇÃO E DESENVOLVIMENTO 16
2.1 HISTÓRIA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS 16
2.2 O MUNICÍPIO DE AMPARO 23
3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 28
3.1 METODOLOGIA 28
3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS 28
3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS 38
3.3.1 INDICADORES DE DEMOGRAFIA E SAÚDE 40
3.3.2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO 41
3.3.3 INDICADORES DE EMPREGO E RENDA 41
3.3.4 INDICADORES DE MEIO AMBIENTE 41
4 ESTUDO DE CASO DE AMPARO 43
4.1 INDICADORES DE DEMOGRAFIA E SAÚDE 50
4.2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO 62
4.3 ECONOMIA, EMPREGO E RENDA 69
4.4 MEIO AMBIENTE 77
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 83
6 REFERÊNCIAS 88
APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM HELOÍSA BALDASSO 94
ANEXO 1 – METODOLOGIAS DE INDICADORES UTILIZADOS 95

1 INTRODUÇÃO

O município de Amparo está localizado na região Sudeste e faz parte do Estado de São Paulo e é uma das nove cidades do Circuito das Águas Paulista. O consórcio de Turismo do Circuito das Águas Paulista, teve seu início em 2004 e contou com os municípios de Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro. Possuía por objetivo aumentar o número de visitantes na região, demonstrando o que cada cidade apresenta de atrativo turístico, como águas medicinais, artes e manifestações culturais. A criação do consórcio regional foi realizada através de uma parceria entre as prefeituras da região, junto a secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, com a Secretaria Executiva do Turismo do Estado.

Avaliar o desenvolvimento da cidade de Amparo na última década é o objetivo deste trabalho. Para tal, será sempre buscado um comparativo com as demais cidades do Circuito das Águas Paulista, de modo a avaliar o comportamento das variáveis econômicas e sociais no período. Serão usados sociodemográficos disponibilizados pela Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados) e pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Pretende-se avaliar o desenvolvimento da cidade de Amparo, destacando indicadores presentes na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (Organização das Nações Unidas). Esta agenda contempla objetivos relacionados à redução da pobreza, da fome e da desigualdade; a prosperidade em termos econômicos, sociais e tecnológicos; a proteção do meio ambiente, entre outros.

Neste estudo, serão avaliados indicadores de qualidade de vida, como o IDHM para os anos de 2000 e 2010, permitindo um comparativo sobre o desenvolvimento dos municípios presentes no Circuito das Águas Paulista no período. Os demais indicadores apresentados podem ser encontrados no Anexo 1 junto a suas metodologias. Os indicadores utilizados na análise são os mais recentes a nível municipal, estes seriam atualizados através do Censo Demográfico do Brasil para o ano de 2020, no entanto, devido a pandemia de coronavírus esta coleta de dados ainda não pode ser realizada. Assim, o retrato demonstrado com os indicadores pode não refletir exatamente a situação atual da cidade.

Levando em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, foram selecionadas metas dentro dos principais Objetivos de Desenvolvimento de modo a relacionar os ODS com os indicadores a níveis estaduais. As metas selecionadas estão apresentadas dentro dos objetivos Acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares; assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas idades; assegurar a educação inclusiva e equitativa

e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizado ao longo da vida para todos; alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas; promover o crescimento econômico sustentável, emprego pleno e produtivo, trabalho decente para todos; reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles; tomar medidas urgentes para combater a mudança no clima e seus impactos.

Deste modo, o primeiro capítulo fará uma breve contextualização do Circuito das Águas Paulista, com ênfase nas características gerais das cidades que o compõem e um breve histórico da cidade de Amparo, que é o objeto deste trabalho.

No segundo capítulo será explorado o conceito de desenvolvimento econômico e serão definidas as principais variáveis do estudo, bem como, serão explicitadas as fontes de dados e a metodologia utilizada em sua avaliação.

Na terceira e última parte do trabalho, serão avaliadas as condições de desenvolvimento da cidade de Amparo comparativamente às demais cidades do circuito, bem como, a avaliação de seu potencial turístico e potenciais futuros de desenvolvimento.

Por fim, faremos algumas considerações finais e recomendações aos gestores municipais acerca dos potenciais de desenvolvimento e limitações do município, relacionados ao alcance das metas da Agenda 2030.

2 O CIRCUITO DAS ÁGUAS: COMPOSIÇÃO E DESENVOLVIMENTO

2.1 HISTÓRIA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS

O consórcio de Turismo do Circuito das Águas Paulista, teve seu início em 2004, e contou com oito municípios, sendo estes Águas de Lindóia, Amparo, Jaguariúna, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Pedreira, Serra Negra e Socorro. O objetivo da parceria era aumentar o número de visitantes na região, demonstrando de maneira geral as manifestações culturais presentes no Circuito e os atrativos específicos de cada cidade. Holambra, última cidade a se juntar ao Circuito, passou a fazer parte no ano de 2013.

A criação do consórcio regional foi realizada através de uma parceria entre as prefeituras da região, junto a secretaria da Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento Econômico e Turismo, com a Secretaria Executiva do Turismo do Estado (CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA, 2013). A estruturação do circuito das águas se deu através de uma parceria com o SEBRAE/SP.

O consorcio é dirigido por um conselho, presidido por um dos prefeitos que é eleito e possui mandato de dois anos. Mesmo com o cargo alternando a cada dois anos a gestão do consórcio é realizada pelo Conselho de Prefeitos. No entanto, a diretoria do consórcio se dá pelo prefeito eleito no Conselho de Prefeitos.

Conforme Souza (2014, p. 18), "[...] o Circuito das Águas foi definido como um dos primeiros Circuitos turísticos pelo Governo Estado de São Paulo, segundo os princípios do programa de Regionalização do Turismo, definido pelo Governo Federal."

Teoricamente, a união de pequenos municípios, como no caso dos presentes no Circuito das Águas, favorece o desenvolvimento como um todo da região, pois cria uma rede na qual uma cidade supri a falta de infraestruturas em de outra, fazendo com que o turista aproveite em sua estadia a região como um todo.

Na visão de Tavares, Vieira Junior e Queiroz (2010), um dos motivos que gera a união de municípios se dá pelo fato da ausência de infraestrutura e equipamentos que permitem ao visitante ficar mais tempo em uma determinada região.

> Em princípio, uma justificativa para a formação de CT's é que a infraestrutura turística existente em muitos municípios de pequeno porte, principalmente em termos de hospedagem e alimentação – equipamentos turísticos fundamentais para ampliação do tempo de estadia do turista. (TAVARES; VIEIRA JUNIOR; QUEIROZ, 2010, p. 28)

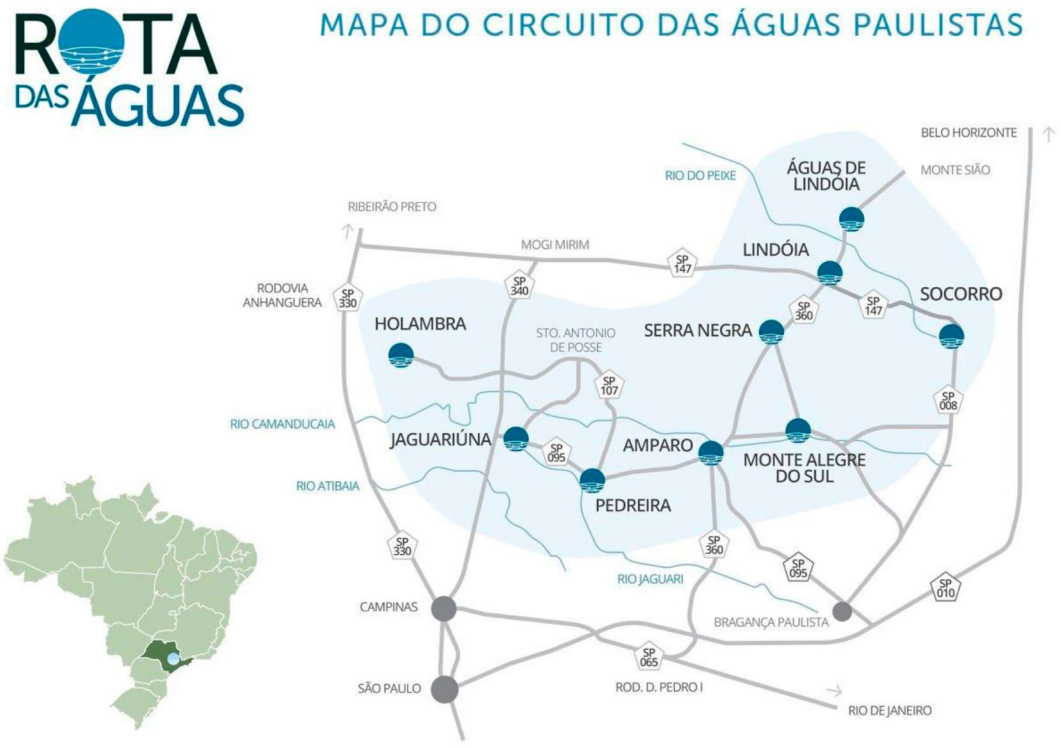
Assim, trabalhando em parceria cada uma das nove cidades se torna capaz de desenvolver a si própria e manter as tradições históricas da região em geral, nas palavras de

Bantin e Fratucci (2016, p. 1) "[...] a atratividade de um município pode ser potencializada se for trabalhada em conjunto com outros municípios circunvizinhos, tanto para formação de produtos conjuntos quanto para resolução de problemas em comum." A parceria entre municípios da mesma região abre possibilidades de crescimento do Circuito em modo geral.

Fuini (2010), aborda que os Circuitos Turísticos levam em conta aspectos físico-geográficos, econômicos e socioculturais em sua formação. Neste contexto, o Circuito das Águas Paulista está inserido entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, próximo ao eixo Campinas – São Paulo, que apresenta estâncias hidrominerais e está inserida em vastas áreas de preservação.

Seu acesso pode ser realizado a partir das rodovias Bandeirantes e Anhanguera, uma região de fácil acesso próximo a cidade de Campinas. A Figura 1, abaixo, demonstra o mapa, acessos e onde estão localizadas as cidades presentes no Circuito das Águas Paulista.

FIGURA 1-MAPA DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTAS



Fonte: Rota das Águas – Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <http://www.rotadasaguas.com.br/circuito-das-aguas-paulista/mapa-circuito-das-aguas-paulistas-sp-rota-das-aguas-2/ >

De acordo com Abreu, Rodrigues, Garçon e Miranda (2019), os atrativos da região estão associados com a preservação do ambiente, pois ele se encontra em domínios da Mata Atlântica.

O Circuito das Águas é uma região importante ao Estado de São Paulo pois possui seis dos onze municípios que possuem a condecoração de estâncias hidrominerais do Estado de São Paulo, isto influenciou diretamente na formação das cidades e do nome dado ao Circuito. Segundo São Paulo[1] (2006 citado por ABREU et al., 2019) "O Circuito das Águas Paulista é formado por nove municípios, seis deles considerados estâncias hidrominerais por suas fontes naturais de água mineral de valor terapêutico (banhos e tratamentos medicinais). Somente onze municípios são considerados estâncias hidrominerais no estado de São Paulo, portanto a região é considerada como produtora de água de qualidade e quantidade e conta com várias nascentes – que são afloramentos do lençol freático que originam fontes de água de acúmulo (represa) ou cursos d`água".

Conforme Fuini (2010, p. 86), existem determinados elementos que unificam o Circuito em quesitos turísticos e naturais e atraem turistas em momentos específicos do ano, sendo estes:

> Dentre os elementos que unificam o Circuito em termos turísticos e naturais destacam-se a localização dos municípios nos vales e montanhas da Serra da Mantiqueira (Domínio do Planalto cristalino de Mares de morros), o clima ameno (tropical de atitude) que atrai o turismo de inverno, os rios e bacias hidrográficas que cortam a região (Rio Mojiguaçu, rio do Peixe, rio Jaguari), e suas fontes com propriedades medicinais, favorecendo a exploração do turismo hidroterápico em Estâncias Hidrominerais (Águas de Lindóia, Amparo, Lindóia, Monte Alegre do Sul, Socorro).

As estâncias minerais do Circuito das Águas conseguem, portanto, atrair turistas que visam um roteiro de turismo medicinal, junto ao turismo ecológico, rural, histórico e que ao mesmo tempo possuem cidades com forte influência em atividades dos setores de serviço e indústria, principalmente nas cidades de Amparo e Jaguariúna.

Conforme será analisado nas histórias de cada município, a história da região na qual está inserida o Circuito das Águas Paulista está associada a época em que tropeiros se dirigiam para regiões onde se era explorado ouro, em Minas Gerais e Goiás, e usufruíam da região para repousarem. Assim, a criação dos municípios possui como plano de fundo o Ciclo do Ouro e percebe-se ao analisar a história das cidades a interligação entre municípios, no qual fizeram parte de outros por breves momentos até conseguirem sua elevação de categoria.

As cidades estão próximas ao Rio Camanducaia, região próxima ao Estado de Minas Gerais. De acordo com a série história dos municípios apresentada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), as águas da região eram consideradas pelos tropeiros

---

[1] SÃO PAULO, Secretaria do Estado do Meio Ambiente. Cadernos da Mata Ciliar. **Reprodução de Preservação e recuperação das nascentes de água e vida.** São Paulo: SMA, 2006.

que repousavam como medicinais, o que permitiu a criação de vilas conforme os anos foram passando.

O município de Águas de Lindóia apresenta sua formação datada em 29 de julho de 1899, segundo a série histórica da Fundação de Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) (2020), com a criação do distrito de Lindóia, que se localizava em terras de Serra Negra. De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2017), a fundação da cidade está relacionada ao Dr. Francisco Pizzi que fora convidado a conhecer a região devido a qualidade de suas águas medicinais. Pizzi então começou a construção das Thermas de Lyndoia. Ele também elaborou uma estrutura hoteleira para atendimento médico na região, que prevalece até hoje (Grande Hotel Glória). No ano de 1939 o distrito foi elevado a município.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), o município de Holambra tem seu início datado no ano de 1948, com a chegada de imigrantes a região. Ainda segundo IBGE (2020), um acordo entre Brasil e Holanda permitiu empréstimos aos imigrantes para aquisição de terras onde então seria instalada uma colônia. Graças ao grande crescimento econômico proporcionado pelo segmento das flores e de plantas, Holambra conseguiu em 1991 sua emancipação e acabou se tornando um município desvinculando seu território dos municípios de Jaguariúna, Cosmópolis, Arthur Nogueira e Santo Antônio de Posse.

Com base em dados históricos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016), a história de Jaguariúna está ligada com o Caminho dos Goyazes, lugar onde passavam bandeirantes, tropeiros e boiadeiros rumo a Mato Grosso e Goiás para busca de ouro. A região foi então se desenvolvendo até se transformar em cidade.

O município de Jaguariúna apresentou forte influência sobre o desenvolvimento da região, através da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. De acordo com Souza (2010), a formação de Jaguariúna está relacionada com terras doadas por Dom Pedro II.

> A cidade de Jaguariúna originou-se das terras da fazenda Florianópolis, terras doadas por D. Pedro II à família do coronel Amâncio Bueno, que as dividiu para formar uma colônia de imigrantes portugueses e italianos. A então Vila Bueno teve início em 1889 e se desenvolveu, com a expansão das lavouras de café, o que demandou a construção de uma estação de estradas de ferro denominadas Jaguari, vinculado a Mogi Mirim. (SOUZA, 2010, p. 53)

Com a expansão das plantações de café e crescimento do povoado o município recebeu sua denominação no ano de 1953, Jaguariúna, sendo assim desmembrado de Mogi Mirim e elevada à categoria de cidade (IBGE, 2016).

A formação do município de Lindoia está associada com o município de Águas de Lindóia, de acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), em 1728, Manoel de Castro recebeu uma "Sesmaria" do então Governador Geral da Capitania de São Paulo, Minas do Paranapanema, Cuibá e Guianezes. A região servia como repouso para bandeirantes e mineiros que visavam a região de Goiás.

Ainda segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 1938 o Decreto número 9731 eleva o distrito de Lindóia a categoria de Município e estância hidromineral. Conforme dados do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR) (2017), o estado de São Paulo possui 70 (setenta) municípios turísticos, o município de Lindóia é um destes e faz parte de uma das seis estâncias hidrominerais do Circuito das Águas Paulista, junto as cidades de Águas de Lindóia, Amparo, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro.

Monte Alegre do Sul passou a ser ocupada por volta de 1873, às margens do rio Camanducaia, com a chegada de moradores de Bragança Paulista, atraídos pela qualidade do solo. No ano de 1887 o povoado se tornou um distrito de Amparo onde recebeu muitas melhorias de infraestrutura. Por volta de 1890 foi inaugurada uma estação da Cia Mogiana de Estradas de Ferro, gerando maiores investimentos na região e atraindo novos moradores. Em 1949, o distrito foi elevado a condição de município e em 1964 Monte Alegre do Sul foi elevada à categoria de Estância Hidromineral, condição recentemente alterada para Estância Turística (IBGE, 2017).

Pedreira apresenta seu desenvolvimento diretamente relacionado com a criação de um ramal da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. No ano de 1890 foi criado um distrito, que hoje carrega o nome da cidade, no município de Amparo. De acordo com a série histórica apresentada Fundação SEADE (2020) e a história do município presente no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), a região já era povoada por imigrantes que haviam vindo para trabalhar nas plantações de café e por proprietários de estabelecimentos industriais e comerciais. Desde esta época ela é muito conhecida pela produção moderna e desenvolvida de porcelanas. Em 1936, Pedreira é elevada a município.

Serra Negra é uma cidade presente no Circuito das Águas Paulista que apresenta seu desenvolvimento diretamente relacionado com a instalação de um ramal da Cia Mogiana de Estradas de Ferro. De acordo com dados da Fundação SEADE (2020) e da história do município presente no Circuito das Águas Paulista (2020), a cidade possui sua fundação datada por Lourenço Franco de Oliveira através da construção de uma pequena capela construída nas terras de Lourenço. Em 1959 Serra Negra é elevada à categoria de vila.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2020), as águas em Serra Negra começaram a ser exploradas e vendidas no ano de 1932. No ano de 1938 o município foi elevado a Estância Hidromineral e Climática.

Conforme dados históricos apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2020), Socorro apresenta a formação de sua cidade através do movimento de entrada dos bandeirantes, expedições que visavam a criação de povoados em áreas até então pouco ocupadas no país. No período ocorreu o nascimento de um povoado chamado de "Rio do Peixe" em 1928. Logo após ergueu-se uma capela em homenagem a Nossa Senhora da Conceição do Socorro, quando declarada vila, já possuía o nome atual da cidade. Ela se desenvolveu a partir do café e em 1883 se tornou cidade. Em 1945 se tornou estância sanitária e em 1978, estância hidromineral.

Destaca-se assim, a influência direta da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro no desenvolvimento dos municípios do Circuito das Águas, que remete ao período cafeeiro no Brasil, quando a região era grande produtora de grãos e as estradas de ferro facilitavam o transporte da carga até o litoral. Neste período, o Estado de São Paulo era um dos maiores produtores mundiais de café e a ferrovia passou a ser uma alternativa para transporte de mercadorias e pessoas no período. (D`ALESSANDRO, 2012)

> A Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, fundada em 1872, foi a 3ª companhia em fase inicial de expansão da rede ferroviária nacional, cujos fundadores e diretores eram nomes ligados à oligarquia cafeeira; a empresa recém fundada serviria então a uma das mais ricas regiões da província de São Paulo, cujo principal objetivo era o de facilitar o escoamento da produção cafeeira (D`ALESSANDRO, 2012, p. 91).

A Cia Mogiana conseguiu realizar seu objetivo, escoar a produção cafeeira, instalou ramificações entre municípios do Circuito das Águas e contribuiu para desenvolvimento das cidades que estão inseridas, até a crise do café em 1929.

A história e o desenvolvimento das cidades que compõem o Circuito das Águas se cruzam em diversos momentos, mesmo assim, cada município possui suas vocações econômicas e é "único" em suas potencialidades turísticas, incluindo, por exemplo, o turismo cultural, turismo financeiro, de saúde, turismo rural e de aventura. Como bem explica Fuini (2010:90):

> [...] o Circuito das Águas contempla uma base econômica heterogênea, conciliando a exploração do turismo, em variadas modalidades, com a atividade industrial de transformação (bebidas, informática, metalurgia, vestuário e malhas, porcelanas), a exploração natural (engarrafamento de água), produção artesanal (cachaça) e a agricultura (café e cana)

Os tipos de turismo apresentados pelas cidades que compõem o Circuito das Águas Paulista, de acordo com o Brasil (2010), são definidos como: turismo cultural, que é um estilo de viagem destinada em torno de temas de cultura. O turismo financeiro, também conhecido como turismo de negócios, de acordo com o Brasil (2010) têm como definição deslocamentos que apresentam como finalidade a realização de ações comerciais e efetivação de negócios. Sua diferença com relação aos outros tipos de turismo se dá pelo fato de o turista não escolher por si só onde irá viajar. Outro segmento de turismo realizado nas cidades do Circuito é o turismo de saúde, o qual de acordo com Brasil (2010), é definido como um segmento onde turistas buscam obter, através de recursos naturais efeitos terapêuticos. O turismo rural, também segundo informações de Brasil (2010), apresenta por definição um tipo de turismo capaz de promover interação entre o ambiente rural e urbano, capaz de promover a sociabilidade. Por fim, o turismo de Aventura, que conforme Brasil (2010), está associada ao Ecoturismo e se define como um tipo de turismo que apresenta uma forma prazerosa de bem estar com a natureza.

Uma possibilidade de produção conforme abordada por Fuini (2010) é a exploração natural através do engarrafamento de água, esta atividade se torna uma opção no Circuito das Águas Paulista, composto por seis estâncias hidrominerais, e demonstra a região como um roteiro composto por boas qualidades de água, no qual estudos sobre possibilidades de formação de clusters de produção já foram avaliados. Conforme Souza (2014, p. 144), "De fato, a água produzida por seu solo representa cerca de 40% do volume total consumido no Brasil".

Há muito tempo a extração de água se tornou uma opção econômica, no município de Lindóia a atividade é exercida desde a década de 1960. Isto influenciou cidades vizinhas a praticarem a mesma atividade, então, em 1964, Monte Alegre e em 1978, Socorro obtiveram a certificação necessária como estâncias hidrominerais passando assim a fazerem parte do Circuito das Águas Paulista. Souza (2014, p. 66), "Pedreira e Jaguariúna em 2004, e, bem mais recentemente, Holambra, em agosto de 2013, também passaram a integrar o Circuito, embora não sendo classificadas como estâncias hidrominerais [...]".

Por fim, o Circuito das Águas Paulista apresenta em si municípios com variados tamanhos físicos, variadas populações territoriais e apresentam diferentes peso econômico por parte de seus integrantes. Os municípios com esfera produtiva mais diversificada são Jaguariúna e Amparo, devido a sua infraestrutura científica, tecnológica e educacional. Nas palavras de Fuini (2010):

> Verifica-se na rede de municípios do Circuito das Águas uma diferença entre seus integrantes em relação ao peso econômico, infraestrutura turística e desenvolvimento social, concluindo que se trata de uma relação econômica regional exercida em

> patamares desiguais [...] Os municípios economicamente mais fortes e com base produtiva diversificada, como Amparo e Jaguariúna, são portas de entrada para investimentos na região, sobretudo aqueles vindos do aglomerado macrometropolitano de Campinas-São Paulo, possuindo maior aporte em infraestrutura científica, tecnológica e educacional. (FUINI, 2010, p. 133).

Esta seção do capítulo visou abordar a formação e estruturação do Circuito das Águas Paulista, breves relatos sobre a história e formação dos municípios que a compõem, o contexto histórico que desenvolveu a região, como um todo, através da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e os tipos de turismo realizados na região. A próxima seção trabalhará sobre a cidade de Amparo, foco principal do estudo e seu desenvolvimento com o passar dos anos.

2.2 O MUNICÍPIO DE AMPARO

O município de Amparo, foco principal deste estudo, foi a primeira cidade do Circuito das Águas Paulista a se formar. O local servia como rota de tropeiros que visavam a exploração de ouro. Segundo Lima[2] (1998 apud SOUZA, 2014), Amparo, que é o município de mais antiga construção da região, tornou-se rota de passagem para diversos caminhos que permeavam o Vale Rio do Camanducaia, nas proximidades das divisas entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais. A região está localizada em um vale, no sertão, retiro do Camanducaia, próximo a Serra da Mantiqueira (IBGE, 2011).

O povoado de Amparo começou a crescer e se formou oficialmente em 08 de abril de 1829, data da elevação à capela curada de Nossa Senhora do Amparo, conhecida como padroeira da cidade. Uma das primeiras citações a região se dá, através de uma correspondência entre Morgado de Mateus e Marquês de Pombal. De acordo com Souza (2010), com base em dados históricos da Fundação SEADE:

> [...] uma das primeiras referências a região de Amparo é encontrada em uma correspondência de Morgado de Mateus para Marquês de Pombal: um mapa acompanhado da descrição dos limites entre São Paulo e Minas. Figurava como o Sertão do Camanducaia, entre os rios Sapucaí, Manduê e Jaguari, e a Serra da Mantiqueira. (SOUZA, 2010, p. 53)

A região começou a atrair os primeiros povoadores vindos de Bragança Paulista, Atibaia e Nazaré que começaram a se fixar nas margens do rio Camanducaia. Durante este período muitos engenhos funcionavam no território, com foco na exploração do açúcar, com

---

[2] LIMA, R. P. T. A cidade racional. Amparo: um projeto urbanístico do "Oitocentos". UNICAMP: Amparo, Campinas 1998.

base em Amparo (SP) (2018), isto deixou a região conhecida na época como "polígono do Açúcar Paulista", junto aos municípios de Itu, Jundiaí, Mogi Mirim e Piracicaba.

No ano de 1857 a cidade de Amparo já apresentava em suas terras proprietários que visavam o plantio de feijão, milho, arroz, algodão e criação de suínos, para abastecimento da cidade de São Paulo (AMPARO (SP), Prefeitura, 2011). A fertilidade das terras junto a suas proximidades com o Rio Camanducaia permitiu o surgimento das primeiras lavouras de cana:

> A fertilidade das terras somada à proximidade do rio Camanducaia e do cruzamento destes dois eixos, estimularam a fixação de lavouras de mantimentos e criação de porcos em terrenos mais altos das hoje conhecidas Serra dos Feixos e Serra do Pântano (então pertencentes a Bragança Paulista), enquanto nas áreas de planície (pertencentes à Mogi Mirim e já integradas ao chamado "Polígono do Açúcar Paulista") surgiram as primeiras lavouras de cana. (AMPARO (SP), Prefeitura, 2018, p. 13).

Após o ciclo da cana, a região se viu voltada por vastas plantações de café. Por volta deste período a região se tornou uma das maiores produtoras de café do estado de São Paulo e contou com a vinda de muitos imigrantes europeus para trabalharem em fazendas. Segundo IBGE (2011), em 1875, fora inaugurada a estrada de ferro mogiana, que contribuiu para desenvolvimento da cidade, grande produtora de café na época. D' Alessandro (2012) em seu estudo analisou que durante o período, as estações de Coqueiros e Pedreira correspondiam ao ramal Jaguariúna – Amparo. O ramal da estação se mantém preservado até os dias atuais, após encerramento das atividades.

A cidade vinha crescendo, se desenvolvendo e adquirindo relevância estadual e nacional. Durante o período cafeeiro o município de Amparo chegou a ser o maior produtor de café do país, e seu destaque no Estado de São Paulo pendurou até a crise do produto, em 1929. Segundo Souza (2014, p. 68) "Em 1875, ao ser inaugurada a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a cidade já se destacava como a maior produtora de café do país".

Fuini[3] (2010 apud SOUZA, 2014), em decorrência do incremento da cultura cafeeira, Amparo – e em menor escala, as outras cidades da região – passou por um intenso processo de organização. Constata-se, então, no primeiro quartel do século XX, o desenvolvimento de manufaturas e do comércio, proliferando nos centros equipamentos variados, como edifícios comerciais e residenciais, armazéns, redes de energia elétrica, calçamentos das ruas, estabelecimentos escolares, hospitais e farmácias.

> Na porção urbana, Amparo já se firmava como um centro comercial promissor (com 15 lojas de fazendas (tecidos); 5 lojas de fazendas e ferragens; 36 armazéns de molhados, louças e ferragens; 14 armazéns do "gênero do paiz";1 depósito de açúcar,

[3] FUINI, L. L. Manifestações de governança territorial no Brasil: uma análise do Circuito das Águas Paulista e do Circuito das malhas do sul de Minas Gerais. Rio Claro, 2010.

> aguardente, cal; 2 depósitos de calçados, 1 depósito de madeira); com um centro de serviços em formação (com 3 farmácias, 3 olarias e 2 hotéis) e com um núcleo industrial embrionário (com 1 fábrica de cigarros e 1 fábrica de descaroçar e enfaixar algodão, movida a vapor) (AMPARO (SP), Prefeitura, 2018, p. 14)

De acordo Spagiari (2020), em 1896, Pedreira, até então território de Amparo, foi emancipada e se tornou um município. O mesmo fato ocorreu com Monte Alegre do Sul, segundo Monte Alegre do Sul (2020), porém, no ano de 1949. Atualmente a cidade de Amparo possui junto a si, dois distritos, Arcadas e Três Pontes.

Com base em Amparo (SP) (2018) e IBGE (2011), através da instalação de imigrantes europeus a colônia foi se organizando e quando o café perdeu predominância devido à crise econômica de 1929 a região começou a receber indústrias, sendo instaladas pequenas fábricas e oficinas, devido à quebra do principal produto influenciador sobre economia amparense.

De acordo com a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros [4] (1957, citador por AMPARO (SP), 2018), Amparo passava a contar com um parque industrial mais estruturado e diversificado (com destaque para as indústrias têxteis, couros, peles e produtos similares, cutelaria, feltros e algodão em pasta, cola para carpinteiro e madeira); com um setor de comércio expressivo (59 empresas de gêneros alimentícios, 8 de louças e ferragens e 24 de fazendas e armarinhos) e com um setor de serviços em crescimento. Em particular, os campos da educação (52 cursos primários, 3 não primários, 2 secundários, 2 industriais, 1 comercial e 1 pedagógico); da saúde (2 hospitais, 1 ambulatório, 5 farmácias, 2 instituições infantis e 1 asilo); da comunicação e do lazer (3 hotéis, 2 pensões, 2 jornais, 3 bibliotecas, 4 tipografias, 2 livrarias, 1 rádio emissora, 2 auditórios, 1 palco e 1 discoteca); despontavam como alternativas, valendo observar que, para além dos 12 médicos, 2 advogados, 14 dentistas, 5 farmacêuticos, 3 engenheiros, 3 agrônomos, 2 veterinários que se achavam presentes, 59% de sua população se achava alfabetizada.

Com a crise cafeeira, o desenvolvimento da cidade nas décadas de 1930 e 1940 se viu quase inexistente. Uma reestruturação econômica lenta passou a acontecer sem muitas inovações na cidade.

Através de informações adquiridas no Museu Municipal Bernardino de Campos, presente na cidade de Amparo, durante a Revolução Constitucionalista de 1932, tentativa de São Paulo de conseguir autonomia em relação ao governo federal, contra a ditadura instalada por Getúlio Vargas, quatro estudantes faleceram em confronto com a polícia e acabaram por virarem símbolos desta revolta. Um dos meninos era morador da cidade e historicamente chegaram a ocorrer confrontos, muitas destas batalhas acabaram por ocorrer em Amparo.

---

[4] Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

Após a recuperação e retomada do desenvolvimento na cidade, ela passou a figurar dentre as cidades com maior desenvolvimento social no país na década de 1970, de acordo com o histórico da cidade presente em Brasil (2018).

No final do Século XX e começo do Século XXI, as indústrias instaladas na cidade passaram a se aprimorar, e atualmente a cidade conta com uma indústria especializada na produção de produtos químicos de limpeza entre outros (Ypê), fábricas as quais produzem equipamentos hospitalares e médicos (Ibramed, KLD Biossistemas Equipamentos Eletrônicos), cutelarias (Biachi) e fábricas de indústria têxtil (Cifa Fio Amparo, Tapecol), entre outras. Assim, o turismo de negócios se vê presente no desenvolvimento moderno da cidade. Souza (2014), analisa que a cidade de Amparo apresenta uma esfera produtiva ampla e diversificada, dependendo assim, pouco do turismo.

> É uma cidade bastante industrializada e possui filiais produtivas de grandes empresas multinacionais, principalmente da área automotiva, bem como indústrias de vestuário, de produtos de limpeza e alimentos. Amparo é um município com base produtiva diversificada e, atualmente, depende pouco do suporte financeiro advindo do turismo. (SOUZA, 2014, p. 68)

Nas palavras de Abreu et al. (2019, p. 5) "Amparo tem seu maior PIB municipal ligado a indústria, mas ocupa o 80º lugar no ranking do PIB da agropecuária do estado".

Apesar de depender pouco financeiramente do turismo, isto não significa que ele seja inexistente, de acordo com Amparo (SP) (2018), a cidade mantém atualmente a produção de produtos com características regionais e culturais como a produção de queijos, cafés, vinhos, cachaças, embutidos e laticínios. A produção destes itens é realizada em fazendas as quais turistas podem aproveitar para realizar lazer, passeios e aproveitar o turismo rural que a cidade desenvolve.

Na visão de Rodrigues et al. (2014), de modo a se manter a proteção de destinos históricos o poder público deve exercer um papel de liderança através de um plano turístico público que cause diminuição de impactos negativos na região, isto torna os moradores locais a serem mais suscetíveis a apoiarem o desenvolvimento do turismo no local. Ainda segundo Rodrigues et al. (2014, p. 19) "[...] o apoio dos moradores ao desenvolvimento do turismo pode ser afetado pela percepção dos impactos (econômicos, sociais, culturais e ambientais) do turismo, tanto negativos como positivos".

O município apresenta uma universidade, o Centro Universitário Amparense (UNIFIA), credenciada desde o ano de 2006 (UNIFIA, 2020). Também apresenta uma série de cursos disponíveis pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Outro ponto no qual merece destaque é o fato da cidade de Amparo apresentar um patrimônio histórico preservado, com residências datadas de 1830 a 1940, relacionando-as com a vida de moradores que influenciaram a cidade, como Bernardino de Campo, Franco da Rocha, Francisco Prestes Maia, Barão de Campinas, entre outros (AMPARO (SP), 2018).

Segundo Circuito das Águas Paulista (2020), a cidade atualmente encontra mais de 500 prédios históricos com diversos estilos arquitetônicos e edificações preservadas. E de acordo com a formação histórica da cidade apresenta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade é considerada Estância Hidromineral desde 1945. No último censo demográfico a população da cidade contabilizava 65.829 pessoas.

Esta seção visou abordar a história e desenvolvimento do município de Amparo desde sua criação até momentos presentes, sem analisar indicadores de desenvolvimento.

Assim, Amparo a primeira cidade do Circuito das Águas Paulista a ser criada apresentou grande desenvolvimento no período cafeeiro, devido ao grande território com plantações e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. Com a crise do produto a cidade passou por algumas décadas de baixo desenvolvimento e hoje devido as indústrias presentes na cidade é capaz de atrair capital e investimentos do eixo Campinas-São Paulo.

O próximo capítulo abordará a evolução do trabalho da ONU até o presente momento com os ODS e apresentará a descrição dos indicadores que permitirão análise sobre o município de Amparo com relação aos demais municípios do Circuito das Águas Paulista.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

3.1 METODOLOGIA

Este capítulo visa abordar o conceito de desenvolvimento sustentável, bem como, apresentar os "Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" (ODS) da ONU (Organização das Nações Unidas) previstos na chamada Agenda 2030. Ademais, serão conceituados os principais indicadores utilizados no trabalho, que permitirão avaliar as condições de desenvolvimento do município de Amparo e da região do Circuito das Águas Paulista.

3.2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS ODS

De modo a trabalhar o desenvolvimento sustentável é necessário previamente explicar a própria evolução da noção de desenvolvimento econômico. Na visão de Bresser-Pereira (2006), o desenvolvimento econômico foi um fenômeno histórico que relaciona o surgimento das nações e dos estados-nação com a acumulação de capital e a inclusão de progresso técnico ao trabalho e ao capital próprio, que ocorrem em mercados competitivos. O conceito desenvolvimento está, portanto, relacionado ao estado e aos mercados, mas não se restringe a isto. Furtado (1951) apresenta o fator principal buscado no desenvolvimento, o aumento da produtividade média do trabalho.

Os países ao visarem, portanto, o desenvolvimento econômico, buscam dois fatores que possam prover este desenvolvimento, a acumulação de capital em relação do produto nacional e a capacidade de incorporar progresso técnico a produção. Ambos, investimento e progresso técnico dependem das instituições formais, leis e políticas, e informais, costumes e práticas sociais, adotadas por cada sociedade (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Oliveira (2002) trabalha a ideia que na busca pelo desenvolvimento econômico muitos países acabam por deixar de lado a qualidade de vida de seus residentes, focando no crescimento do Produto Interno Bruto (PIB):

> A busca desenfreada pela industrialização e pelo desenvolvimento econômico levou a maioria dos países do mundo a concentrar seus esforços na promoção do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), deixando a qualidade de vida em segundo plano. (OLIVEIRA, 2002, p. 37)

Porém ao visarem apenas no crescimento econômico em sua busca, os países estão deixando de lado a definição de desenvolvimento econômico, este não está sendo aplicado inteiramente pois, conforme Bresser-Pereira (2006), o conceito de desenvolvimento econômico

engloba três aspectos fundamentais de mudança na sociedade e possui um objetivo claro, a melhoria da qualidade de vida da população:

> Essencialmente o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante implicando a melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional, que resulta da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. Nestes termos, o desenvolvimento econômico é um processo de transformação que implica mudanças nos três níveis ou instâncias de uma sociedade: estrutural, institucional ou cultural. É o aumento sustentado dos padrões de vida possibilitado pelo aumento da produtividade de determinadas atividades e/ou pela transferência da mão-de-obra dessas para outras atividades com maior valor adicionado *'per capita* porque envolvendo maior conhecimento. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9)

Assim como Bresser-Pereira, Oliveira (2002, p. 38) também ressalta que "O desenvolvimento em qualquer concepção, deve resultar de crescimento econômico acompanhado de melhoria na qualidade de vida".

Ambos os conceitos, desenvolvimento econômico e crescimento econômico se diferem conceitualmente pelo fato de o desenvolvimento ser mais amplo e complexo. Crescimento econômico, na visão de Bresser-Pereira (2008), é apenas o aumento de renda per capita.

Petry (2008), pontua a publicação de W. Rostow, na década de 1950, *As etapas do desenvolvimento*, teoria que possuía como base os indicadores de renda per capita e o produto interno bruto (PIB).

Uma outra corrente com visão diferente sobre este tema era a visão cepalina, composta por pensadores como Raul Prebisch e Celso Furtado, que conforme Oliveira (2002), conceituava o crescimento como variação quantitativa do produto e desenvolvimento como mudanças qualitativas na qualidade de vida das pessoas, mudanças nas instituições e nas estruturas produtivas.

O neodesenvolvimentismo buscou em sua análise unir questões sociais e econômicas do desenvolvimento. De acordo com Petry (2008):

> Valoriza-se o conceito de *estilos de desenvolvimento,* que se fundamenta em forças sociais e políticas, pelo qual se supera o *círculo de causalidade cumulativa* entre os padrões de desenvolvimento econômico e social. Um desenvolvimento assim concebido produziria distintos impactos na distribuição da renda e na redução da pobreza. Apresenta dois eixos fundamentais: viabilizar o desenvolvimento em condições de desigualdades sociais e reformular o estilo de desenvolvimento. (PETRY, 2008, p. 15)

Ao se tratar de desenvolvimento econômico também, cabe a análise trabalhada por Kon (2004), de que o setor de serviços no desenvolvimento de uma sociedade deixa clara mudanças na estrutura produtiva, provenientes de acelerada urbanização.

> Ao se considerar o papel do setor de serviços no decorrer do desenvolvimento econômico de uma sociedade, nas fases iniciais do processo, fica clara a ideia da associação da urbanização acelerada ao crescimento das atividades de serviços – que denota o início das mudanças na estrutura produtiva – características da transição de um sistema econômico de baixa produtividade *per capita* para outro de produtividade mais elevada. (KON, 2004, p. 220)

Ainda segundo Kon (2004), os serviços contribuem no aprimoramento das economias, sua diferença se dá no grau de desenvolvimento dos países. Mas, o setor de serviços é peça fundamental independente dos níveis pois é a maior fonte de geração de empregos na atualidade.

Apesar de desejável, o desenvolvimento econômico não deve ser o único pilar a ser buscado pelos países, conforme Bresser-Pereira (2006), ele é apenas um dos cinco objetivos políticos a serem atingidos, junto a liberdade, justiça social, proteção ao meio ambiente e segurança. A visão de Bresser-Pereira demonstra que a análise de um país deve ir além de seu crescimento em um determinado período, levando em conta a qualidade de vida da população residente, seus costumes e tradições, acesso a saúde, educação e infraestrutura.

Durante a década de 1990, uma série de debates a respeito do chamado desenvolvimento sustentável passaram a ocorrer, tema o qual a Organização das Nações Unidas contribuiu (OLIVEIRA, 2002). O tema vinha recebendo relevância e conforme será apresentado abaixo, o Clube de Roma foi um dos pioneiros no assunto. Ainda na visão de Oliveira, o desenvolvimento sustentável pode ser caracterizado como uma maneira de promover desenvolvimento econômico, levando em conta os interesses da população presente, sem prejudicar gerações futuras.

O desenvolvimento sustentável pode ser visto como uma preocupação crescente na sociedade, visto que o planeta não apresenta recursos ilimitados para satisfação de todas as necessidades da população. Petry (2008), aborda que graças a ONU, o conceito qualidade de vida emergiu, um conceito teórico diferente de desenvolvimento econômico e crescimento. Lima (2006) aborda o fato de a sustentabilidade ser o fator principal entre o desenvolvimento e o meio ambiente, em suas palavras:

> Segundo a visão da ONU, O vínculo entre desenvolvimento e meio ambiente se estabelece na necessidade da sustentabilidade, um não existe sem o outro. O campo de atuação dos responsáveis pelos processos de desenvolvimento amplia-se,

> principalmente nas questões de âmbito global como a água, a biodiversidade e a atmosfera. (LIMA, 2006, p. 24)

Oliveira (2002), acentua que no ano de 1945, ano de criação da ONU, originalmente composta por 51 (cinquenta e um) países, a finalidade da organização era o melhoramento das qualidades de vida, uma evolução dos níveis de desenvolvimento em todos seus sentidos.

O debate sustentável junto a melhoria de vida das pessoas vem sendo cada vez mais abordados em debates econômicos e vem sendo aplicadas por instituições em suas ações, nas palavras de Lima (2006):

> O conceito de sustentabilidade tem sido utilizado, cada vez mais, para dar suporte a processos econômicos. Constata-se que as instituições, por vários motivos, que vão desde interesses de mercado até a sobrevivência do planeta, de forma geral e em particular da espécie humana, estão cada vez mais empregando o termo sustentabilidade na designação de suas ações. (LIMA, 2006, p. 15)

Petry (2008, p. 4), com base no relatório "Our Common Future", apresenta o conceito de sustentável passado pela Organização das Nações Unidas, "[...] 'sustentável' é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades". Esta ideologia aborda o Meio Ambiente como o planeta de maneira geral, não levando em conta apenas o que as pessoas convivem em seu cotidiano, e visa permitir que as próximas gerações também o consigam utilizar.

O uso do Meio Ambiente traz à tona um problema econômico alocativo, visto que nenhum recurso é infinito, que visa atender as necessidades humanas e melhorar o bem-estar da população por meio da distribuição de recursos, provendo recursos futuros para as próximas gerações. Para tal, levando em conta a tomada de decisão de agentes econômicos, é importante evitar externalidades negativas e buscar as externalidades positivas. Sperotto (2014, p. 32), define o conceito de externalidades, "As externalidades podem ser definidas como efeitos laterais de uma decisão sobre aqueles que não participaram dela".

Deste modo existem dois tipos de externalidades, as negativas e as positivas. Lima (2006) classifica as externalidades negativas como atividades que apresentam custos não compensadores ao outro na sociedade. Sperotto (2014), segue a mesma ótica e utiliza de exemplificações, uma externalidade negativa produz queda no bem-estar, como a poluição atmosférica ou de recursos hídricos. Ainda segundo o autor, as externalidades positivas geram benefícios aos demais agentes da sociedade, como investimentos privados ou governamentais.

As externalidades por serem consideradas falhas de mercado podem ser corrigidas por meio de ações públicas. Nas palavras de Sperotto (2014):

> Por serem resultado de falhas de mercado, as externalidades poderão estar sujeitas à aplicação de mecanismos de correção públicos e privados. As externalidades negativas poderão ser compensadas ou controladas através da aplicação de uma regulamentação ambiental, da criação de impostos corretivos, da comercialização de permissões de contaminação e dos incentivos a fusões de empresas, a convenções sociais e a espaços de negociações das partes implicadas. (SPEROTTO, 2014, p. 33)

Assim, uma política visando a sustentabilidade, com enfoque no meio ambiente, com externalidades positivas e ganho de bem-estar da população passou a ser discutida na economia, tendo como um ponto inicial de partida o Clube de Roma.

O Clube de Roma é uma organização composta por pensadores de diferentes áreas que se reuniram e possuíam por objetivo tratar sobre o uso dos recursos naturais presentes no planeta.

Brüseke (2014), determina contribuição importante nesta reunião no ano de 1972, através de um estudo denominado Tese dos Limites do Crescimento. Lima (2006), sobre a tese dos limites do crescimento apresenta a ideia do crescimento zero. Este pensamento visava conciliar a economia com a conservação do meio ambiente.

Oliveira (2002) e Petry (2008), abordam com base no estudo escrito por Meadows em 1972, os grandes temas que o Clube de Roma visou relacionar, estes eram a aceleração da produção industrial, os indicadores de desnutrição, o crescimento populacional, os recursos naturais não renováveis e o meio ambiente. O trabalho identificou, segundo Petry (2008), que o crescimento industrial e a redução de recursos estão inversamente proporcionais.

Neste mesmo ano de 1972, ocorreu a conferência de Estocolmo, uma conferência que começou o debate sobre a influência humana na natureza e estabeleceu um plano de ação a respeito do desenvolvimento levando em conta questões socioambientais (United Nations, 1972).

Menkes (2004) afirma que, a questão ambiental tem estado cada vez mais situada como parte das decisões políticas de desenvolvimento, isso após a conferência de Estocolmo em 1972, que determinou que as questões ambientais deviam ser levadas a sério visto que a natureza já dava seus primeiros sinais de esgotamento e de exaustão da extração de seus recursos, parte das decisões desse encontro foi a inclusão do meio ambiente como uma questão de política, o aumento do compromisso em verificar as necessidades dos países menos desenvolvidos ao invés de focar somente nos países desenvolvidos, aumento das ONGs na conferência marcando um novo papel destas, nas políticas ambientais e a criação de um Programa de Meio Ambiente nas Nações Unidas. Nenhum acordo importante foi assinado nesta reunião.

Conforme Menkes (2004), posteriormente, em 1987, a Comissão do Meio ambiente e Desenvolvimento da ONU elaborou um relatório denominado "Our Common Future" (O Nosso

Futuro Comum), e nele, declarou que as políticas públicas de desenvolvimento sustentável estavam abaixo do esperado e as instituições estavam mais preocupadas em combater os efeitos do mau uso dos recursos naturais do que em combater as suas causas, além dos organismos ambientais serem deixados de lado, no que tangia as decisões ambientais, somente descobrindo as novas iniciativas em direção à um modelo sustentável, após as mesmas terem sido tomadas.

Com a maturação da discussão do tema, a economia sustentável foi tomando proporção de destaque e através das conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas, a abordagem do tema foi se desenvolvendo, o aprofundamento dos tópicos e metas para os países foi evoluindo, até um ponto crucial, a Rio-92.

Capobianco (1992), apresenta os motivos do Rio de Janeiro ter sido escolhido como sede para a conferência em 1992, entre eles está o fato do Brasil ser um dos países classificados como pobres no relatório "Our Common Future" com altos níveis de degradação ambiental, além de apresentar a maior floresta ambiental do planeta.

A conferência das Nações Unidas de 1992, intitulada como Rio-92, possuiu seu foco exclusivo sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi decisiva ao definir que o desenvolvimento deveria estar equilibrado com o modo de abordagem dos recursos naturais.

> Na reunião — que ficou conhecida como Rio-92, Eco-92 ou Cúpula da Terra —, que aconteceu 20 anos depois da primeira conferência do tipo em Estocolmo, Suécia, os países reconheceram o conceito de desenvolvimento sustentável e começaram a moldar ações com o objetivo de proteger o meio ambiente. Desde então, estão sendo discutidas propostas para que o progresso se dê em harmonia com a natureza, garantindo a qualidade de vida tanto para a geração atual quanto para as futuras no planeta. (BRASIL, Senado Federal, 2020)

Alves e Knorek (2010, p. 18) abordam que, "o conceito de desenvolvimento sustentável foi consolidado como diretriz para a mudança de rumos no desenvolvimento global, definido por 179 países presente na conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992".

Cordani, Marcovitch e Salati (1997) apresentam que os mais importantes acordos ambientais e globais da humanidade foram definidos durante a convenção realizada no Rio de Janeiro, as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para Meio Ambiente e a Declaração dos Princípios para Florestas.

Ainda durante a Rio-92 as partes concluíram que países em desenvolvimento deveriam receber apoio financeiro e tecnológico, para que tornasse possível a eles, o alcance de um modelo de desenvolvimento sustentável, através da redução do uso de combustíveis fósseis.

A Agenda 21 possuiu sua estruturação em quatro grandes tópicos, dilemas para a humanidade, desafios ambientais em relação a conservação e gestão de recursos naturais, o

papel dos atores e grupos sociais na sociedade e os meios de implementação de projetos que revelam riscos da divisão social. Nas palavras de Cordani, Marcovitch e Salati (1997):

> A Agenda, estruturada em quatro grandes temas, enfatiza grandes dilemas da humanidade: a questão do desenvolvimento, com suas dimensões econômicas e sociais; os desafios ambientais que tratam da conservação e gestão de recursos naturais; o papel dos atores e dos grupos sociais na organização da sociedade humana; e, finalmente, os meios de implantação das iniciativas e projetos que revelam os conflitos e os riscos da fragmentação social. (CORDANI; MARCOVITCH; SALATI, 1997, p. 404)

Capobianco (1992) define a Agenda 21 como um plano de ação para o século seguinte, acompanhado de uma oportunidade para início no longo prazo de mudanças internacionais que conscientizem a população, contando diretamente com o auxílio de ONGs.

A Agenda 21 Global através da metodologia aplicada pela ONU, *"leave no one behind"* visou, segundo Gallo e Setti (2014) a equidade dos chamados grupos excluídos, no entanto o projeto falhou ao apresentar empoderamento destes grupos. Nas palavras dos autores:

> No entanto, o conjunto de metas demonstrou ser insuficiente em medidas econômicas ou de organização social que favoreçam o empoderamento desses grupos ou o próprio fortalecimento do processo democrático. Os esforços para melhorar a renda da mulher, por exemplo, enfocaram exclusivamente a legislação e as políticas sobre trabalho e mercados, sem tratar adequadamente as questões referentes à exposição à violência de gênero, estereótipos culturais e divisões de gênero no trabalho intrafamiliar, bem como as questões mais amplas de política macroeconômica e distribuição de recursos. (GALLO; SETTI, 2014, p. 4391)

O tema mortalidade materna entrou em pauta com a inserção de novos indicadores sofrendo alteração da renda, educação, local de nascimento e o grau de opressão da mulher na sociedade. A mortalidade materna passou então a ser um indicador de desenvolvimento social, nas palavras de Souza (2015: 549):

> Durante a década de 1990, com o aprofundamento dos esforços para desenvolver estratégias capazes de reduzir a mortalidade materna, passou a haver maior compreensão sobre os determinantes sociais da mortalidade materna, incluindo o papel da educação, renda, local de nascimento e grau de opressão a que está sujeita a mulher na sociedade. Inserida em um contexto maior de saúde reprodutiva e direitos sexuais, a mortalidade materna passou a ser entendida como um indicador de desenvolvimento social. A partir desse entendimento, a redução da mortalidade materna foi incluída como uma das metas a serem perseguidas dentro dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

O Brasil aprovou sua Agenda 21 no ano de 2002, elaborada e com intuito de diversidade ambiental, econômica e social, embora o Governo não possuísse um monitoramento e avaliação da Agenda. Segundo Malheiros, Philippi Júnior e Coutinho (2008):

> A construção da Agenda 21 brasileira partiu do desencadeamento de um processo de planejamento participativo com a finalidade de analisar a situação atual do país para identificar potencialidades e fragilidades, e, dessa forma, visualizar o desenvolvimento futuro de forma sustentável. (MALHEIROS; PHILIPPI JR.; COUTINHO, 2008, p. 9)

Assim, a Agenda 21 brasileira se espelhou na Agenda 21 Global e realizou modificações para espelhar melhor a realidade brasileira. Contou com desenvolvimento do IBGE e através da Comissão de Política de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) pode começar a monitorar os dados captados nacionais.

As políticas públicas de desenvolvimento sustentável, conforme afirma Menkes (2004), são um desafio ainda maior por agregar a difícil questão do desenvolvimento ao lado da sustentabilidade. No Brasil as experiências em ações de políticas públicas que visam o desenvolvimento sustentável ainda são recentes e o enfoque se concentra mais na parte de projetos do que programas em andamento. Além disso eles dependem de uma influência social e de outros atores sociais para conseguir o resultado esperado, além de serem, em grande parte, influenciadas por órgãos internacionais.

Seguindo a Agenda 21, a ONU apresentou recentemente os ODS, ou objetivos de desenvolvimento sustentável. Os ODS são compostos por 169 metas através de 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. Elas visam o bem-estar humano e do planeta, visando acabar com a pobreza, proteger a terra e seus recursos e garantir que todos possam viver em prosperidade.

De acordo com Gallo e Setti (2014), o processo de definição dos ODS foi intensificado pós Rio+20, em junho de 2012 e destacou a dimensão da sustentabilidade nas abordagens desenvolvidas.

A Agenda 2030 possui foco nas pessoas, no planeta, na prosperidade dos seres humanos e na paz. Sua formulação levou em conta a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social, o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, a plataforma de Ação de Pequim e a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio +20) (Nações Unidas, 2015).

> Esta é uma Agenda de alcance e significância sem precedentes. Aceita por todos os países e aplicável a todos, leva em conta as diferentes realidades nacionais, as capacidades e os níveis de desenvolvimento, respeitando as políticas e prioridades nacionais. São objetivos e metas universais que se aplicam ao mundo todo, tanto aos países desenvolvidos quanto aos em desenvolvimento. Eles são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 3)

Abaixo, no QUADRO 1 estão listados os 17 tópicos dos ODS, com uma breve abordagem de cada item definida pelas Nações Unidas.

QUADRO 1- OS 17 OBJETIVOS DA ODS

(continua)

Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza Acabar com a pobreza em todas suas formas, em todos os lugares.
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4 - Educação de boa qualidade Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento Garantir a disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos
Objetivo 7 - Energia limpa e acessível Garantir acesso a energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos
Objetivo 8 - Emprego Descente e Crescimento Econômico Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho descente para todos
Objetivo 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação
Objetivo 10 - Redução das Desigualdades Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12 - Consumo e Produção Responsáveis Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis
Objetivo 13 - Ação contra a Mudança Global no Clima Tomar medidas urgentes para combater a mudança no clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima)
Objetivo 14 - Vida na Água Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável
Objetivo 15 - Vida Terrestre Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

(continuação)

Objetivo 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes
Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17 - Parcerias e Meios de Implementação
Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Nações Unidas, 2015 e Indicadores Brasileiros para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Disponível em: < https://odsbrasil.gov.br/>. O quadro é de elaboração do autor.

Cada um dos objetivos apresenta um conjunto de metas que são monitoradas, produzidas, em processo de análise e construção, sem dados ou não se aplicam ao Brasil e estão sendo produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pela Secretaria Especial de Articulação Social.

Gallo e Setti (2014) fazem uma análise sobre os ODS em relação a Agenda do Milênio, comentando sobre a possiblidade de uma nova metodologia de produção, mais social. Nas palavras dos autores:

> [...] avalia-se que a formulação da Agenda pós-2015 representa um avanço em relação à Agenda do Milênio, e que sua implantação delimita um contexto que abre possibilidades para a definição de uma agenda de implantação de um novo modo de produção e organização social, mais cooperativo e solidário, capaz de promover a justiça socioambiental [...] (GALLO; SETTI, 2014, p. 4394)

Dentre os atuais ODS, um objetivo visado é a de melhorias em tópicos relacionados a saúde, através da garantia de vidas saudáveis e bem estar para todas as idades. Segundo Souza (2015):

> Dentre os ODS, existe um grande objetivo relacionado à saúde (isto é, o ODS 3 – Assegurar vidas saudáveis e promover o bem estar em todas as idades) e uma de suas metas é reduzir a razão de mortalidade materna global para menos de 70 mortes maternas por 100 mil nascidos vivos (ODS 3.1). Considerando que atualmente a razão de morte materna global situa-se em torno de 210 mortes por 100 mil nascidos vivos, um esforço de todos os países no sentido de reduzir pelo menos dois terços da razão de mortalidade materna será necessário (no caso do Brasil, a meta para 2030 é reduzir a mortalidade materna para aproximadamente 20 mortes para cada 100 mil nascidos vivos, considerando a razão oficial de mortalidade materna no Brasil para o ano de 2010. (SOUZA, 2015, p. 550)

As 169 metas estipuladas se colocadas em prática através de um plano governamental podem demonstrar resultados benéficos, no caso Brasil, cabe ao governo em suas diferentes camadas o planejamento e execução destas ações globais. O Governo do Estado de São Paulo, junto a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e a Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) vem divulgando relatórios de desempenho a respeito do cumprimento da Agenda 2030 (SÃO PAULO, 2019).

> Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e metas são integrados e indivisíveis, globais por natureza e universalmente aplicáveis, levando em conta as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando as políticas e prioridades nacionais. As metas são definidas como ideais e globais, com cada governo definindo suas próprias metas nacionais, guiados pelo nível global de ambição, mas levando em conta as circunstâncias nacionais. Cada governo também vai decidir como essas metas ideais e globais devem ser incorporadas aos processos, nas políticas e estratégias nacionais de planejamento. É importante reconhecer o vínculo entre o desenvolvimento sustentável e outros processos relevantes em curso nos campos econômico, social e ambiental. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 13)

Oliveira (2002, p. 46) realiza uma análise a respeito da evolução das avaliações de classificação de qualidade de vida dos países, "Até bem pouco tempo, os países e regiões eram classificados entre ricos e pobres, usando-se para isso, exclusivamente, as variações do PIB, sem ao menos tentar medir a qualidade de vida dos habitantes". Neste ponto a Organização das Nações Unidas ajudou sobre o debate e desenvolvimento do tema e apresentou aos países possibilidades de proporcionar um melhor bem-estar e oportunidade a todos.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que visam uma melhor qualidade de vida a todos, possuem o intuito de preservar a natureza e conseguir certa igualdade. Cabe a cada governo definir como aplicar estas metas a suas estratégias de desenvolvimento, questões ambientais estão sendo debatidas cada vez mais e a consciência para as próximas gerações dependem de ações tomadas no momento presente, A Agenda 2030 através da ONU é apenas uma maneira de tornar isto realidade.

A próxima subseção trabalhará a definição de alguns indicadores socioeconômicos que permitirão uma análise sobre como o município de Amparo está em comparativo com as demais cidades do Circuito das Águas.

3.3 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Uma vez trabalhado o conceito de desenvolvimento econômico e como este influenciou nos debates sobre desenvolvimento sustentável, é chegado o momento de definir teoricamente os indicadores que serão utilizados para análise da cidade de Amparo (SP) que será realizada no próximo capítulo.

Os indicadores de desenvolvimento proporcionam um olhar sobre possibilidades de políticas voltadas ao bem estar humano e na capacitação de crescimento e desenvolvimento da população residente de um lugar.

> [...] o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam. (BRASIL, 2020)

A necessidade do estudo de indicadores de desenvolvimento em suas mais variadas áreas se dá por estes demonstrarem como está o cenário atual de uma cidade, estado ou país e permitem, portanto, elaboração de planos futuros que permitam um desenvolvimento urbano. Nas palavras de Jannuzzi (2014):

> Afinal, indicadores de nível municipal são necessários para subsidiar a elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano, de planos plurianuais de investimentos, para permitir a avaliação dos impactos ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos, para justificar o repasse de verbas federais para implementação de programas sociais ou, ainda, pela necessidade de disponibilizar equipamentos ou serviços sociais para públicos específicos, por exigência legal (para portadores de deficiência, por exemplo) ou por pressão política da sociedade local (melhoria dos serviços de transporte urbano, por exemplo). (JANNUZZI, 2014, p. 18)

O desenvolvimento destes indicadores foi se desenvolvendo metodologicamente através de diferentes meios até permitirem representar o estado atual de uma determinada região. A união destes indicadores ficou conhecida como Sistema de Indicadores Sociais. Nas palavras de Jannuzzi (2014):

> Universidades, sindicatos, centros de pesquisa e as agências vinculadas ao Sistema de Planejamento Público – cada um ao seu tempo e modo – passaram a desenvolver esforços para aprimoramento conceitual e metodológico de instrumentos mais específicos de quantificação e qualificação das condições de vida, da pobreza estrutural e de outras dimensões da realidade social, dando origem aos Sistemas de Indicadores Sociais, ou seja, ao conjunto de indicadores sociais referidos a uma temática social específica, para análise e acompanhamento de políticas ou da mudança social. (JANNUZZI, 2014, p. 17)

Petry (2008) realiza uma breve análise sobre conceitos de desenvolvimento sustentável necessários para construção de um índice de desenvolvimento humano. Em suas palavras:

> 1) o desenvolvimento *da* pessoa humana exige investimentos na educação, na saúde, na alimentação, no bem-estar social e na geração de renda, para que a expectativa de vida seja ampliada e qualificada; 2) o desenvolvimento *pela* pessoa humana requer sua participação abrangente no processo de desenvolvimento, para tanto, a alfabetização, o nível de escolarização e o nível cultural são indispensáveis. (PETRY, 2008, p. 8)

O índice de desenvolvimento humano (IDH) é de acordo com o Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD) (2020), uma medida que visa o progresso a longo

prazo e possui base em 3 (três) dimensões básicas do desenvolvimento humano: educação, renda e saúde. Ainda segundo PNUD, o indicador criado por Mahbub ul Haq junto a Amartya Sen, visa ser uma medida geral que amplia o panorama sobre desenvolvimento humano e serve como outra forma de análise que não engloba o Produto interno bruto (PIB) per capita.

O IDH leva em conta no aspecto da saúde, através da expectativa de vida. No quesito educação, o acesso à informação leva em conta a média de educação de adultos e a expectativa de anos de escolaridade para crianças. E em relação a renda, realiza-se o uso da Renda Nacional Bruta (RNB) relacionada ao Poder de Paridade de Compra (PPP), calculado em dólar.

O IDH passou assim a ser um dos indicadores influenciadores principais na realização da análise dos municípios. Ele atuará na análise através do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). De acordo com PNUD (2020), "O IDHM é um ajuste metodológico ao IDH Global", ele leva em conta os Censos Demográficos Brasileiros.

Para uma boa análise a respeito de um município outros dados são necessários, assim, serão utilizados indicadores de saúde, educação, emprego e renda, economia, meio ambiente e dados sobre a população residente. Os indicadores apresentados, bem como os anos utilizados na pesquisa foram determinados pela disponibilidade de informações a nível municipal, não sendo escolhas aleatórias, mas sim o uso do dado mais recente disponível.

3.3.1 INDICADORES DE DEMOGRAFIA E SAÚDE

Os indicadores que serão apresentados neste estudo visam criar um panorama geral a respeito dos municípios analisados, assim, os indicadores de demografia e saúde que serão abordados são:

Com base em dados fornecidos pela Fundação SEADE, para o ano de 2020 são abordados os dados de população residente, densidade demográfica, razão de sexos e população rural e urbana junto ao grau de urbanização.

Também são abordados, para o ano de 2018, os indicadores: taxa de mortalidade infantil, taxa de natalidade e índice de envelhecimento da população.

Por fim, com base em dados obtidos do Censo Demográfico Brasileiro, dados sobre a taxa de fecundidade, esperança de vida ao nascer da população, mortalidade de crianças com até cinco anos de idade, pirâmide etária e estatísticas sobre a população vulnerável a pobreza, pobres e extremamente pobres bem como percentualmente a população de 15 a 24 anos de indivíduos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis.

A metodologia dos indicadores se encontra no Anexo 1.

3.3.2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Os indicadores de educação que serão abordados na análise dos municípios deste estudo foram obtidos com base no Censo Demográfico do Brasil e são a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais (em %) e a taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais (em %). Outros dados dizem respeito a domicílios em que ninguém possui ensino fundamental completo, domicílios vulneráveis a pobreza em que ninguém possui ensino fundamental completo. Por fim serão apresentados dados sobre mães chefes de família com filho menor em relação ao total de mães chefes de família. Estes indicadores estão diretamente relacionados com o IDHM Educação e sua metodologia pode ser encontrada no Anexo 1.

3.3.3 INDICADORES DE EMPREGO E RENDA

Os indicadores de emprego e renda foram obtidos através de dados retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). São apresentados dados para o ano de 2018 dos empregos formais, e dos empregos formais por formação educacional. Também é apresentado dados sobre os empregos informais, para o ano de 2010.

Visando estudo sobre desigualdade, são avaliados a renda apropriada por 20% mais pobres da população em comparativo com a renda apropriada dos 20% mais ricos. Outro índice que será apresentado é o índice de Gini, para o ano de 2010, retirado do Censo demográfico do Brasil.

Por fim, serão apresentados dois dados da economia dos municípios, através de dados para o ano de 2017 retirados da Fundação SEADE, sendo estes a participação de cada setor da economia no valor adicionado de cada município e a participação dos municípios em relação ao PIB Estadual.

A metodologia dos indicadores pode ser encontrada no Anexo 1.

3.3.4 INDICADORES DE MEIO AMBIENTE

Por fim os indicadores de meio ambiente que possuem como base a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico e foram retirados do Censo demográfico brasileiro, para o ano de 2010. São estes, apresentados em percentual, o nível de atendimento de água e esgoto sanitário, nível de atendimento de coleta de água, nível de atendimento de coleta de lixo e domicílios particulares com banheiro e água encanada.

A metodologia dos indicadores pode ser encontrada no Anexo 1.

O próximo capítulo abordará estes indicadores para analisar o Circuito das Águas Paulista e como o município de Amparo se encontra em relação as demais cidades.

4 ESTUDO DE CASO DE AMPARO

A partir da noção de desenvolvimento econômico, como um fenômeno que engloba, não apenas aumento da riqueza material da sociedade, país ou região em consideração, mas também elevação na qualidade de vida, a qual pode ser medida através de indicadores socioeconômicos sintéticos como o IDH ou mediante a avaliação de um conjunto de indicadores sociodemográficos, de saúde, educação, de infraestrutura, ambientais e também econômicos será agora analisada a condição de desenvolvimento do município de Amparo (SP). A análise será comparativa utilizando dados das demais cidades do Circuito das Águas Paulista.

Conforme visto previamente, a formação e desenvolvimento das cidades do Circuito das Águas Paulista estão conectados ao período cafeeiro no Brasil e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, o que influenciou diretamente no crescimento da região. Também ao olhar a história das cidades, percebe-se que certas regiões são desmembramentos de outras, como Pedreira e Monte Alegre do Sul, que faziam parte de Amparo e Holambra, que possuía partes de seu território em Jaguariúna.

Logo, uma comparação entre estes municípios permite uma análise a respeito de qual cidade avançou rumo ao desenvolvimento e como estas estão em aspectos de bem-estar populacional e desenvolvimento sustentável. A análise permitirá a discussão sobre quais cidades se destacam em determinada área de estudo em relação as outras.

TABELA 1- ASPECTOS GERAIS SOBRE OS MUNICÍPIOS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS (2020)

Município	Área (km²)	População em Milhões - 2020	Densidade Demográfica -2020 (hab./km²)
Águas de Lindóia	60,13	18.374	305,57
Amparo	445,32	69.639	156,37
Holambra	65,58	14.493	220,99
Jaguariúna	141,39	54.848	387,91
Lindóia	48,76	7.722	158,36
Monte Alegre do Sul	110,31	7.749	70,24
Pedreira	108,82	46.548	427,75
Serra Negra	203,73	27.440	134,68
Socorro	449,03	38.783	86,37
Estado de São Paulo	248.219,94	44.637.908	179,83

Fonte: IBGE – Fundação SEADE. Elaboração Própria.

Para tal é necessário um primeiro olhar a respeito de condições gerais de cada município, assim, a Tabela 1 aborda a área de cada município, e com base em informações

apresentadas pela Fundação SEADE, a população residente em cada respectivo município e a Densidade Demográfica Urbana de cada cidade.

Ao avaliar os conceitos geográficos presentes, pode-se notar a diferença territorial entre os municípios. Com base em dados de 2020 da Fundação SEADE, a população residente de cada município apresenta como cidades mais populosas os municípios de Amparo, Jaguariúna e Pedreira. Já o índice densidade demográfica demonstra que os municípios de Pedreira, Jaguariúna e Águas de Lindóia possuem as maiores quantidades de habitantes por quilômetro quadrado.

Ao avaliar o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para as cidades do Circuito da Águas, observa-se grande evolução ao longo dos anos de 2000 e 2010. Em 2000 Amparo é melhor cidade na região em termos de desenvolvimento humano, inclusive acima da média do estado de São Paulo. Destacam-se também Jaguariúna e Serra Negra, com desenvolvimento humano similar, bem como a cidade de Socorro, com o pior indicador entre todas as cidades da região.

TABELA 2- CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM (2000 e 2010)

Municípios/Ano	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - (IDHM)	
	2000	2010
Águas de Lindóia	0,695	0,745
Amparo	0,716	0,785
Holambra	0,688	0,793
Jaguariúna	0,715	0,784
Lindóia	0,685	0,742
Monte Alegre do Sul	0,675	0,759
Pedreira	0,667	0,769
Serra Negra	0,704	0,767
Socorro	0,630	0,729
Estado de São Paulo	0,702	0,783

Fonte: PNUD/IPEA/FPJ – IBGE Censo Demográfico – Fundação SEADE. Elaboração Própria.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios do Circuito das Águas Paulista é bem mais homogêneo entre as cidades para o ano de 2010, percebe-se que todos apresentam uma elevada[5] condição de desenvolvimento humano, com algumas cidades acima da média do Estado de São Paulo, como Holambra, Amparo e Jaguariúna, enquanto

[5] Com base no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, as classificações do IDHM podem ser: entre 0 a 0,499 um IDH classificado como muito baixo, entre 0,500 a 0,599 IDH baixo, entre 0,600 a 0,699 IDH médio, entre 0,700 a 0,799 IDH alto e acima de 0,800 IDH muito alto. Tais informações podem ser encontradas no site <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/> Acesso em: 14 jun. 2020.

Socorro desfruta da pior qualidade de vida segundo este indicador em relação as cidades deste estudo, contudo, mesmo esta cidade demonstrou evolução entre os dois anos em consideração. Para entender melhor o resultado do IDHM é interessante avaliar sua composição. Conforme previamente analisado, a metodologia do IDHM leva em conta três aspectos: esperança de vida ao nascer, acesso a conhecimento e padrão de vida e renda. Assim, a Tabela 3 demonstra indicadores de longevidade, nos quais os municípios de Holambra, Serra Negra e Amparo se destacam no ano de 2010, com uma maior ampliação de vida da população.

TABELA 3- CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM - LONGEVIDADE (2000 e 2010)

Municípios/Ano	IDHM Longevidade	
	2000	2010
Águas de Lindóia	0,842	0,846
Amparo	0,814	0,871
Holambra	0,831	0,878
Jaguariúna	0,834	0,862
Lindóia	0,819	0,864
Monte Alegre do Sul	0,836	0,858
Pedreira	0,836	0,864
Serra Negra	0,815	0,873
Socorro	0,784	0,828
Estado de São Paulo	0,786	0,845

Fonte: PNUD/IPEA/FPJ – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IBGE Censo Demográfico – Fundação SEADE. Elaboração Própria.

O município de Socorro apresenta o pior resultado dentre os municípios avaliados neste estudo em relação a esperança de vida ao nascer da população nos dois anos considerados.

No entanto, dos nove municípios que se encontram em parceria no Circuito das Águas Paulista, oito apresentam um IDHM longevidade superior ao Estado de São Paulo, apenas o município de Socorro não ultrapassa este índice.

A Tabela 4 mostra dados a respeito da variável educação no índice de desenvolvimento humano municipal. É possível observar que as médias do desenvolvimento humano no quesito educação são bem menores do que as relativas à longevidade. Contudo, dentre todos os municípios que compõem o Circuito das Águas, Amparo e Jaguariúna são os únicos com média superior ao estado em 2000.

TABELA 4 – CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM EDUCAÇÃO (2000 e 2010)

Municípios/Ano	IDHM Educação	
	2000	2010
Águas de Lindóia	0,539	0,675
Amparo	0,598	0,711
Holambra	0,512	0,698
Jaguariúna	0,594	0,715
Lindóia	0,549	0,654
Monte Alegre do Sul	0,518	0,678
Pedreira	0,492	0,701
Serra Negra	0,561	0,676
Socorro	0,454	0,634
Estado de São Paulo	0,581	0,719

Fonte: Fonte: PNUD/IPEA/FPJ – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IBGE Censo Demográfico – Fundação SEADE. Elaboração Própria.

Já em 2010, nenhum município presente no Circuito das Águas Paulista está acima do apresentado no Estado de São Paulo. As cidades com melhores índices são Jaguariúna, Amparo e Pedreira, respectivamente. O município de Socorro apresenta o pior índice dentre os municípios avaliados nos dois anos considerados. Cabe destacar o avanço nos índices educacionais em Pedreira entre 2000 e 2010.

A Tabela 5 apresenta o último indicador representado no IDHM, a renda. O IDHM Renda leva em conta a renda *per capita* da população, neste quesito, há destaque para o município de Holambra, o único dos municípios presentes no Circuito das Águas Paulista com índice superior ao Estado de São Paulo para os anos de 2000 e 2010.

TABELA 5- CIRCUITO DAS ÁGUAS: IDHM RENDA (2000 e 2010)

Municípios/Ano	IDHM Renda	
	2000	2010
Águas de Lindóia	0,741	0,725
Amparo	0,754	0,780
Holambra	0,764	0,815
Jaguariúna	0,738	0,782
Lindóia	0,715	0,722
Monte Alegre do Sul	0,710	0,752
Pedreira	0,722	0,750
Serra Negra	0,762	0,764
Socorro	0,703	0,737
Estado de São Paulo	0,756	0,789

Fonte: Fonte: PNUD/IPEA/FPJ – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IBGE Censo Demográfico – Fundação SEADE. Elaboração Própria.

Novamente, a cidade de Socorro apresenta os piores indicadores entre as cidades, juntamente com a cidade de Lindóia. A cidade de Amparo segue figurando entre as melhores do circuito, perdendo apenas para Holambra e Jaguariúna.

A Tabela 6, mostra a evolução no ranking do IDHM dos municípios deste estudo em relação aos outros municípios do Estado de São Paulo.

TABELA 6- CIRCUITO DAS ÁGUAS: POSIÇÃO NO RANKING DO IDHM

Municípios/Ano	(IDHM) - Ranking dos Municípios	
	2000	2010
Águas de Lindóia	93	265
Amparo	42	50
Holambra	114	32
Jaguariúna	43	55
Lindóia	132	290
Monte Alegre do Sul	162	169
Pedreira	196	115
Serra Negra	65	127
Socorro	404	400

Fonte: Fonte: PNUD/IPEA/FPJ – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – IBGE Censo Demográfico – Fundação SEADE. Elaboração Própria.

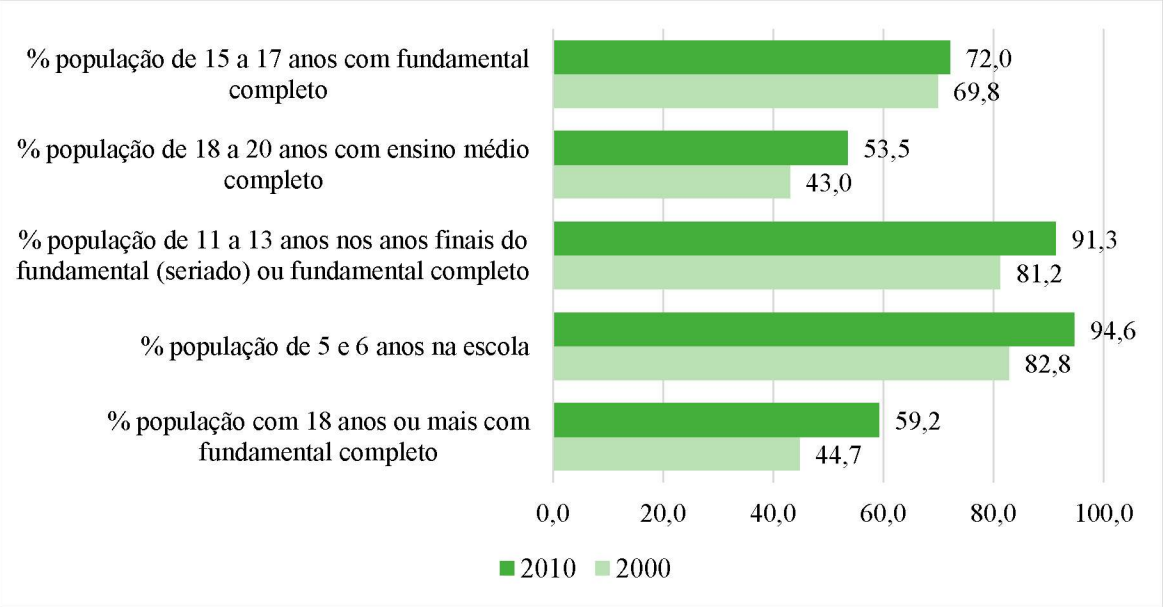
O Estado de São Paulo apresenta em sua formação atual 645 municípios. De acordo com Brasil (2013), o Estado de São Paulo ocupa a segunda posição entre as 27 unidades federativas brasileiras, ficando atrás apenas do Distrito Federal. Dentro do Estado, o município que ocupa a primeira posição no ranking é São Caetano do Sul, e o último é Melgaço. Dentre os municípios do Circuito das Águas, Holambra que apresenta melhora significativa no ranking entre 2000 e 2010. O município de Socorro também sobe algumas posições no ranking, no entanto, continua sendo o pior índice dentre as cidades que compõem o Circuito das Águas.

Amparo perdeu oito posições no ranking, porém, figura entre as 50 melhores em desenvolvimento humano do Estado de São Paulo e permanece entre as três cidades mais bem colocadas no ranking do IDHM dentre as estudadas.

Após este panorama geral sobre o desenvolvimento humano nas cidades do Circuito das Águas, será feita uma análise mais detalhada sobre o município de Amparo, objeto de estudo deste trabalho.

No Gráfico 1, temos a evolução de alguns indicadores do IDHM de educação do município de Amparo.

GRÁFICO 1 - COMPONENTES DE EDUCAÇÃO DO IDHM: AMPARO (2000/2010)



Fonte: PNUD-IPEA e Fundação João Pinheiro. Atlas Brasil. Elaboração própria

Pode-se observar um avanço nos diferentes níveis de educação com destaque para a população de 5 e 6 anos na escola, que alcança 94,6 % em 2010. Apesar disso, observa-se que mais de 70% dos jovens até 17 anos possui o ensino fundamental completo, contudo, apenas 53,5% avançam para o ensino médio na faixa entre 18 a 20 anos. No geral, quase 60% da população acima de 18 anos possui apenas o ensino fundamental completo, ou seja, apenas 4 em cada 10 habitantes acima de 18 anos possui o ensino médio. Este indicador mostra que a melhora do IDHM de educação para a cidade de Amparo passaria por uma ampliação da população com acesso ao ensino médio.

O Estado apresenta papel crucial no desenvolvimento da população, Gallo e Pessanha (2016, p. 1) "É por meio das ações do Estado que promove-se o desenvolvimento da população". Esse desenvolvimento começa através do planejamento de investimentos sendo necessário uma decisão de gastos públicos

> É desejável que todo governo tenha alguma orientação estratégica para o investimento público. Isso permite não só ancorar as decisões do governo, mas também guiar a tomada de decisão quanto ao volume de recursos a ser comprometido na conta investimento. (ENAP, 2015, p. 11)

De modo a melhorar a qualidade de vida da população os investimentos públicos podem ser efetuados em diferentes áreas, como agricultura, educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento, assistência e previdência, transporte, entre outras. Saldiva e

Veras (2018) trazem consigo contribuições feitas pelo Estado no Sistema Público de Saúde (SUS). De acordo com os autores

> São conquistas do SUS e exemplos para o mundo, o nosso sistema nacional de transplantes, o sistema de hemocentros, o resgate de emergências e atendimento pré-hospitalar em situações de acidentes, o tratamento da Sida (Síndrome da Imunodeficiencia Adquirida – Aids), a distribuição de medicamentos para o controle de doenças crônicas não transmissíveis (como hipertensão e diabetes), os sistemas de vacinação capazes de imunizar milhões de brasileiros em apenas um final de semana, a produção nacional de vacinas para as doenças negligenciadas ou emergentes, bem como a expansão do programa saúde da família. (SALDIVA; VERAS, 2018 p. 48)

Ainda segundo Saldiva e Veras (2018), o Brasil se encontra entre os países que mais melhoraram a expectativa de vida ao nascer e reduziram a mortalidade infantil, devido a contribuição do SUS. Assim, os investimentos públicos são fundamentais para melhoria da qualidade de vida da população.

No âmbito educacional, Barros e Mendonça (1997) abordam a dificuldade em mensurar os impactos de investimentos em educação, visto que estes não apenas influenciam a quem se educa

> Uma das dificuldades em se avaliarem os impactos de investimentos em educação advém do fato de que estes não apenas influenciam as condições de vida daqueles que se educam (efeitos privados da educação), mas também geram uma série de externalidades sobre o bem-estar daqueles que os rodeiam. (BARROS; MENDONÇA, 1997, p. 4)

Assim, investimentos em educação tendem a produzirem externalidades positivas no futuro, através de aumentos salariais, aumento de expectativas de vida e melhoria nas qualidades de vida.

> Do ponto de vista privado, a educação tende a elevar os salários via aumentos de produtividade, a aumentar a expectativa de vida com a eficiência com que os recursos familiares existentes são utilizados, e a reduzir o tamanho da família, com o declínio no número de filhos e aumento na qualidade de vida destes reduzindo, portanto, o grau de pobreza futuro. (BARROS; MENDONÇA, 1997, p. 6)

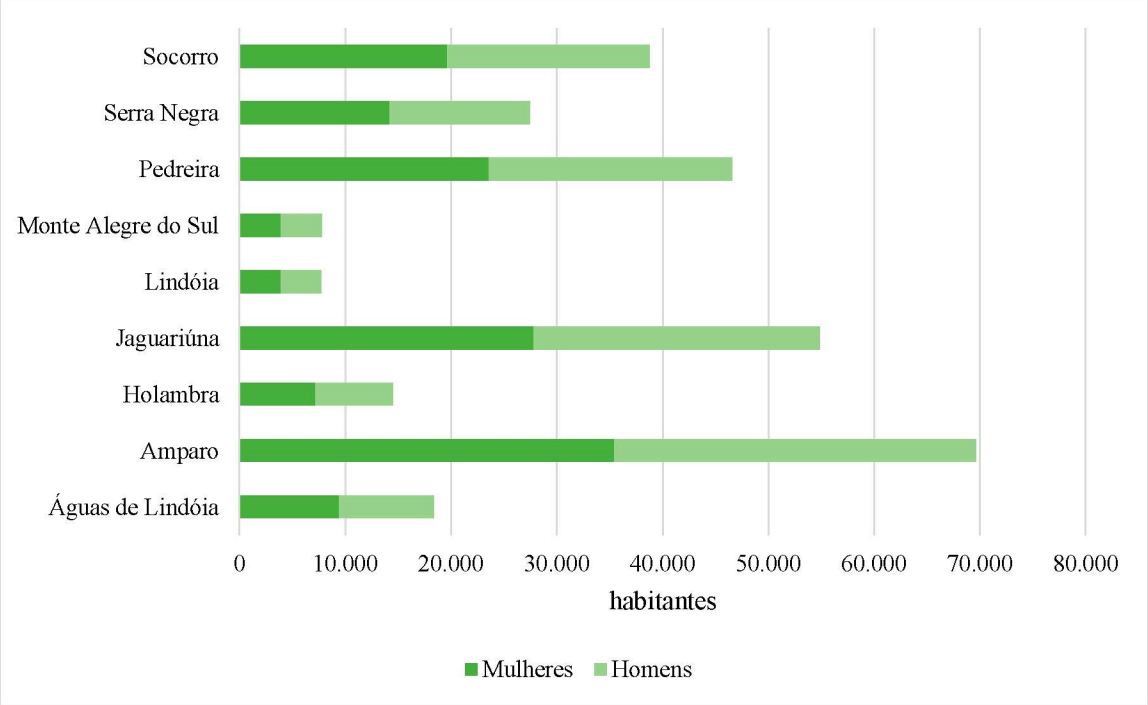
Tais investimentos do Estado acabam por melhorar a qualidade de vida da população, neste sentido seu papel de atuação é crucial, sendo preciso políticas públicas com planejamento e execução de qualidade, para que sejam assim capazes de causar impactos na sociedade.

> [...] as políticas públicas são criadas com a finalidade de melhorar as condições de vida da população em todos os âmbitos, permeando nos campos de saúde, previdência, educação e segurança. (GALLO, PESSANHA, 2016, p. 3)

4.1 INDICADORES DE DEMOGRAFIA E SAÚDE

Conforme visto na Tabela 1, para o ano de 2020 o município de Amparo apresenta 69.639 moradores residentes, sendo o mais populoso dentre o Circuito das Águas Paulista. Abaixo, o Gráfico 2 apresenta informações a respeito da população por sexo de cada uma das cidades para o ano de 2020.

GRÁFICO 2 - CIRCUITO DAS ÁGUAS: POPULAÇÃO POR SEXO (2020)



Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

Com base nestes dados, os municípios de Amparo, Jaguariúna e Pedreira se mostram como os mais populosos e o município de Lindóia figura entre o menos populoso. A composição da população por sexo, mostra-se bastante equilibrada em todas as cidades, sendo que Holambra seria o único município em que a população masculina é um pouco superior à feminina.

O Gráfico 3 apresenta percentualmente a divisão entre população residente feminina e masculina para o ano de 2020.

GRÁFICO 3 - POPULAÇÃO FEMININA E MASCULINA (EM %) (2020)



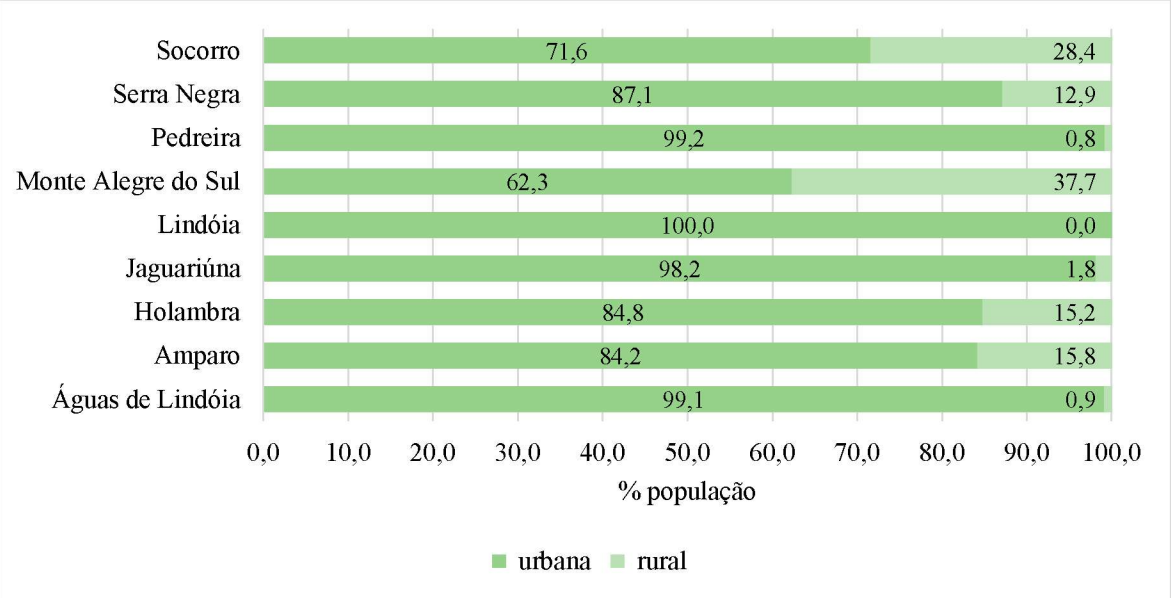
Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

Ao se levar em conta o perfil populacional das cidades que compõem o Circuito das Águas Paulista, nota-se que apenas Holambra apresenta maioria de sua população masculina. Neste sentido, é preciso com base no Objetivo 5 dos ODS, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas, através de políticas sólidas que visem fortalecer questões de igualdade em todos os níveis.

> 5.c - Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis. (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 20)

A distribuição populacional entre áreas rurais e urbanas mostra se um município é mais rural ou urbano. O Gráfico 4 traz informações sobre o percentual populacional entre estas áreas para o ano de 2020.

GRÁFICO 4 - CIRCUITO DAS ÁGUAS: DISTRIBUIÇÃO % DA POPULAÇÃO (2020)



Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

A distribuição da população entre áreas urbanas e rurais (Gráfico 4) mostra que predominam na maioria das cidades do circuito a população urbana, sendo que o município de Lindóia é o único que apresenta apenas população urbana. De outro lado, nota-se que Monte Alegre do Sul e Socorro são os municípios com maior proporção de população rural, seguidos de Holambra e Amparo.

TABELA 7 - INDICADORES DEMOGRÁFICOS SELECIONADOS: 2018

Municípios	Taxa de mortalidade infantil (1)	Taxa de natalidade (2)	Índice de Envelhecimento (%)
Águas de Lindóia	5,21	10,57	90,63
Amparo	6,03	12,02	105,55
Holambra	14,85	14,53	59,62
Jaguariúna	2,43	15,54	65,99
Lindóia	-	10,87	89,56
Monte Alegre do Sul	16,39	7,98	112,38
Pedreira	4,18	10,48	81,02
Serra Negra	2,91	12,62	122,11
Socorro	17,68	10,31	119,39
Estado de São Paulo	10,70	13,77	81,11

Fonte: Fundação SEADE. A tabela é de elaboração do autor.
"-" Representa Fenômeno Inexistente.
(1) por mil nascidos vivos
(2) por mil habitantes

Para o ano de 2018 são demonstrados os indicadores demográficos: taxa de mortalidade infantil, taxa de natalidade e índice de envelhecimento.

O primeiro indicador, taxa de mortalidade infantil, diz respeito a morte de crianças com menos de um ano de idade para cada 1000 nascidas vivas, conforme metodologia presente no Anexo 1. Segundo IBGE (2019, p. 10) "A mortalidade das crianças menores de 1 ano, é um importante indicador da condição de vida socioeconômica de uma região".

O Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS) define como baixas, taxas de mortalidade infantil menores a 20, assim, por este quesito, todos os municípios do Circuito das Águas Paulista e o Estado de São Paulo apresentam taxa de mortalidade infantil baixas. Porém, segundo IBGE (2019), a taxa de mortalidade infantil do país no ano de 2018 foi equivalente a 12,4 por mil crianças. Ao se levar em conta este dado comparativo, os municípios de Holambra, Monte Alegre do Sul e Socorro apresentam índices piores que a média brasileira. Cabe lembrar que Holambra apresentou no maior IDHM dentre o Circuito das Águas Paulista seguido por Amparo e Jaguariúna e estes dois municípios, além de mais populosos apresentam taxas bem menores até mesmo que a média estadual para o período. Socorro apresentou o índice mais baixo dentre os municípios no IDHM e na taxa de mortalidade.

O objetivo 3 dos objetivos de desenvolvimento sustentável leva em conta o quesito boa saúde e bem-estar e apresenta como uma de suas metodologias reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos. Neste caso, Brasil, Holambra, Monte Alegre do Sul e Socorro apresentam índices piores que o esperado. Levando em conta informações apresentas por IBGE (2019), o Estado do Espírito Santo apresentou menor taxa de mortalidade infantil, enquanto Amapá apresentou o maior índice.

> A menor taxa de mortalidade infantil foi encontrada no Estado do Espírito Santo, 8,1 óbitos de crianças menores de 1 ano para cada 1.000 nascidos vivos, e a maior pertenceu ao Estado Amapá, 22,8 por mil, uma diferença de 14,7 por mil, igual à taxa de mortalidade infantil do Estado da Paraíba (14,7 por mil) (IBGE, 2019, p. 10)

Destaque aos municípios de Amparo e Jaguariúna, mais populosos dentre o Circuito das Águas Paulista que para o período apresentaram taxas abaixo do proposto pelos ODS, da média Brasil, da média do Estado de São Paulo e taxas menores que apresentadas para o Estado com menor número de óbitos no período, Espírito Santo. O município de Lindóia no período não obteve falecimento de crianças.

Ainda segundo dados de IBGE (2019), Japão e Finlândia apresentaram entre o período de 2015 a 2020 taxas abaixo de 2 por mil nascimentos. Assim, Lindóia, Jaguariúna e Serra Negra apresentaram taxas comparativas a países com alto grau de desenvolvimento.

Cabe lembrar que o Brasil vivenciou altas taxas de natalidade e mortalidade no Século XIX e isto passou a mudar com avanço da medicina e políticas de saúde públicas, de acordo com IBGE (2019)

> No processo de transição demográfica brasileira destaca-se que, desde o século XIX até meados da década de 1940, o Brasil caracterizou-se pela prevalência de altas taxas de natalidade e de mortalidade, principalmente a mortalidade nos primeiros anos de vida. A partir desse período, com a incorporação às políticas de saúde pública dos avanços da medicina, particularmente os antibióticos recém-descobertos no combate as enfermidades infectocontagiosas e importados no pós-guerra, o país experimentou uma primeira fase de sua transição demográfica, caracterizada pelo início da queda das taxas de mortalidade. Primeiramente, os grupos etários mais beneficiados com a diminuição da mortalidade, foram os das crianças menores de 5 anos de idade. Inicia-se assim, o processo de transição epidemiológica. (IBGE, 2019, p. 4)

A taxa de natalidade apresenta a frequência de nascidos vivos, por mil habitantes, excluídas crianças que faleceram após o nascimento, e para o ano de 2018 os municípios apresentados encontraram menor número de nascimentos em Monte Alegre do Sul e os maiores índices por Holambra e Jaguariúna, que no período apresentaram proporcionalmente números de nascimento ao levar em conta a população residente, maiores em comparação a média estadual. Amparo apresentou no ano de 2018 uma taxa equivalente a 12,02 por mil habitantes, sendo quarta maior do Circuito das Águas Paulista.

Por fim, o índice de envelhecimento da população o qual leva em conta a população de 0 a 14 anos e de 60 anos ou mais. O índice de envelhecimento da população é um cálculo do número de idosos em comparativo com o número de jovens da população residente. Um índice de envelhecimento abaixo de 100 equivale a uma população jovem, existem mais jovens que idosos na localidade, enquanto um índice de envelhecimento acima de 100 representa uma população mais idosa, com número de idosos maior ao número de jovens de uma localidade. Para o ano de 2018, os municípios de Amparo, Monte Alegre do Sul, Serra Negra e Socorro apresentaram índice de envelhecimento acima de 100, o que significa que estas cidades apresentam número de idosos maior ao número de jovens no ano. Enquanto isso, os municípios de Holambra e Jaguariúna são os que apresentaram para o ano de 2018 os menores índices de envelhecimento da população, podendo assim ser considerados com uma população jovem.

A tendência a nível Brasil é de um envelhecimento gradativo da população, através da diminuição da fecundidade e diminuição dos níveis de mortalidade, de acordo com IBGE (2019)

> A diminuição no nível da fecundidade, iniciada no final da década de 60 e início dos anos de 1970, e no nível de mortalidade que já vinha ocorrendo desde meados da década de 1940, fizeram com que a estrutura etária da população brasileira fosse

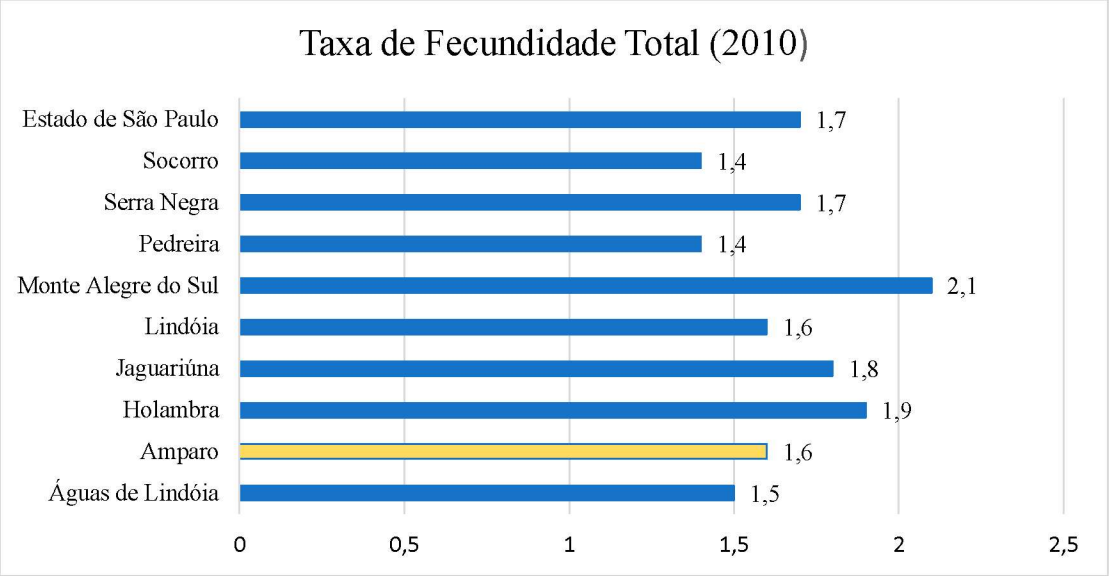
> envelhecendo gradativamente, tanto pelo estreitamento da base da pirâmide, através da diminuição da fecundidade, quanto pelo aumento da participação dos demais grupos de idade com a contribuição imprescindível da diminuição dos níveis de mortalidade. (IBGE, 2019, p. 13)

Ainda ao levar em conta o Índice de Envelhecimento é necessário levar em conta a questão da migração. Freguglia e Procópio (2013), abordam que a migração de trabalhadores é algo comum no mercado brasileiro especialmente ao levar em conta disparidades econômicas regionais. A migração ocorre também a níveis intermunicipais, assim, há de se notar que visando maiores oportunidades de trabalho e rendimentos maiores a população jovem e atuante no mercado de trabalho pode acabar optando por sair do município de nascimento. Este é um fator que também influencia para Índices de Envelhecimento maiores.

Outro indicador que deve ser analisado ao levar em conta quesitos de saúde e população é a taxa de fecundidade geral da localidade, a taxa de fecundidade geral é um indicador que apresenta com base em dados da localidade se a mesma apresenta ou não condições de assegurar a reposição populacional. O Brasil vivenciou diminuição nos níveis de fecundidade no final da década de 60, assim, cabe análise sobre como a região do Circuito das Águas Paulista se encontra com base em dados de 50 anos após este processo. Conforme metodologia apresentada no Anexo 1 a taxa de fecundidade pode apresentar decréscimo devido a inúmeros fatores como urbanização, redução da mortalidade infantil, melhoria dos níveis educacionais, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação das mulheres na força de trabalho, instabilidade de emprego, entre outros.

Uma taxa de fecundidade maior que 2,1 significa que a localidade apresenta condições para assegurar a taxa de reposição populacional.

GRÁFICO 5- TAXA DE FECUNIDADE TOTAL (2010)



Fonte: IBGE – Censo demográfico do Brasil de 2010, Atlas do Brasil. Elaboração própria.

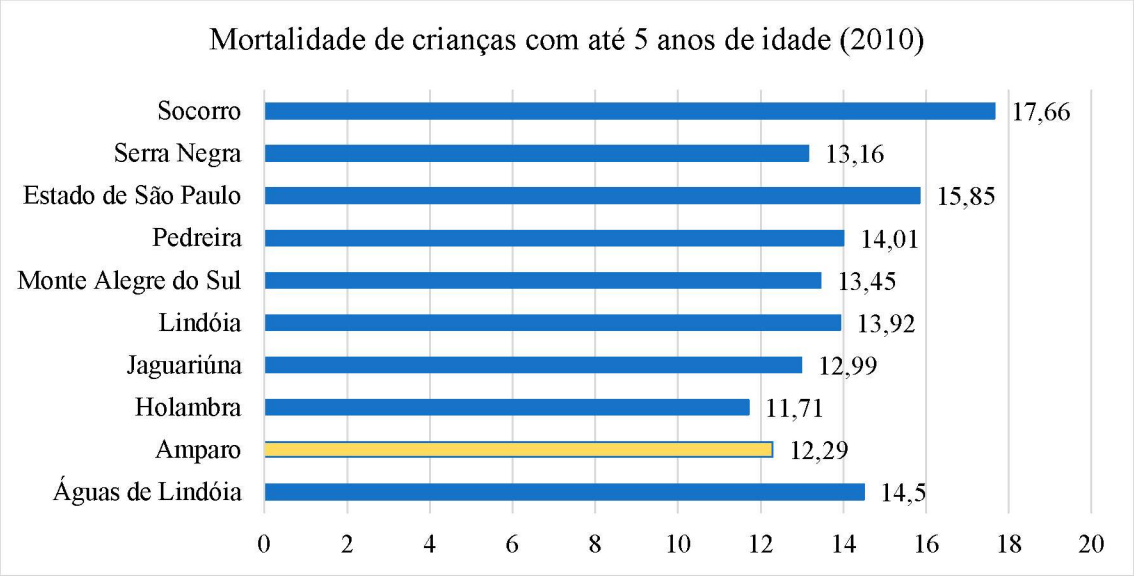
Ao analisar a taxa de fecundidade total dos municípios do Circuito das Águas Paulista percebe-se que para o ano de 2010 apenas o município de Monte Alegre do Sul apresenta uma taxa de fecundidade capaz de assegurar a reposição populacional para o futuro. A média do Estado de São Paulo para o período foi 1,7 filhos por mulher ao longo da vida. As menores taxas são apresentas pelos municípios de Socorro e Pedreira enquanto Amparo apresentou no período taxa de fecundidade incapaz de assegurar a reposição populacional, com taxa de 1,6 filhos por mulher ao longo da vida.

O objetivo 3.2 dos ODS visa para o ano de 2030 acabar com a morte de recém nascidos e crianças menores de 5 anos. De acordo com Nações Unidas (2015):

> 3.2 - Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos. (NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 17)

Assim, a taxa de mortalidade na infância apresenta dados sobre mortes evitáveis de crianças com mais de 28 dias e menos de 5 anos completos. De acordo com IBGE (2019), a maioria das mortes se concentra no primeiro ano de vida e levam em conta o ambiente socioeconômico, Brasil (2018), relaciona e aborda como estas questões emprego, renda, acesso a água de qualidade, educação entre outros fatores. No Gráfico 6 seguem informações sobre a mortalidade de crianças com até 5 anos de idade, para o ano de 2010.

GRÁFICO 6- MORTALIDADE DE CRIANÇAS COM ATÉ 5 ANOS DE IDADE (2010)



Fonte: IBGE - Censo Demográfico do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.
O dado apresentado diz respeito por mil nascidos vivos.

Nota-se que todos os municípios do Circuito das Águas Paulista apresentam números menores a 25 óbitos para o ano analisado, o que adequa os municípios na meta visada pelas Nações Unidas. Holambra apresentou menor mortalidade no período, seguido por Amparo e Jaguariúna. Dois dos três municípios mais populosos do Circuito figuraram entre os menores índices de mortalidade da região. Apenas Socorro apresentou taxas maiores que a média estadual. Para o mesmo período, de acordo com Brasil (2018), a média Brasileira foi de 16 óbitos e a média do Sudeste 13.

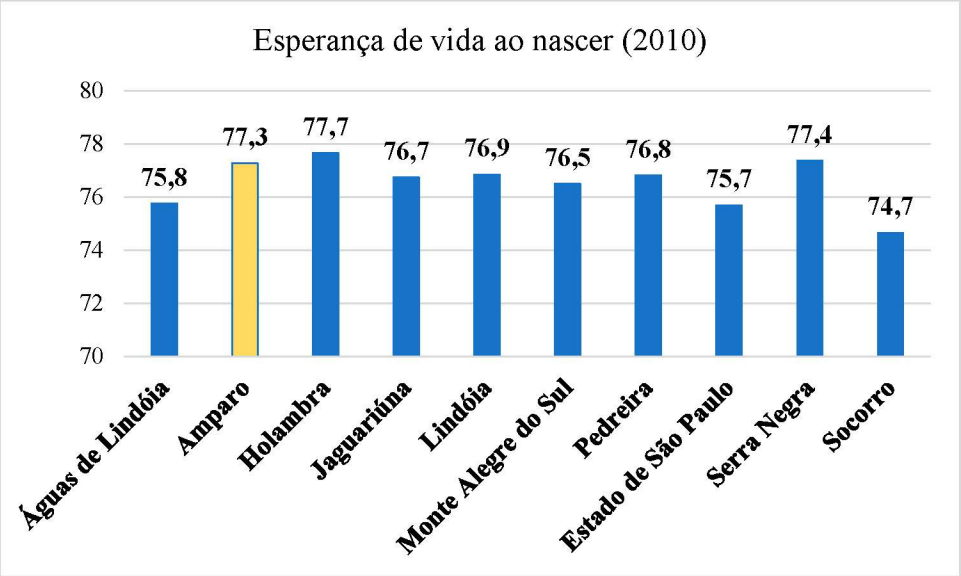
Assim, o município de Socorro apresentou índices piores que a média brasileira para o período enquanto Amparo, Holambra e Jaguariúna apresentaram índices melhores que a média regional. Amparo e Jaguariúna são os dois municípios mais populosos do Circuito das Águas Paulista e Holambra apresentou o maior IDHM no período.

Ao se levar em conta questões de saúde nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o município através do SUS apresenta acesso a saúde para todos os moradores residentes no município, assim, melhorias podem ser levadas em conta com base na meta 3.8 proposta pelas Nações Unidas.

> 3.8 - Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 18)

O Gráfico 7 apresenta informações a respeito da Esperança de vida ao nascer da população, é uma estimativa do número de anos que se espera um indivíduo viver se mantidas as condições desde seu nascimento.

GRÁFICO 7- ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER (2010)



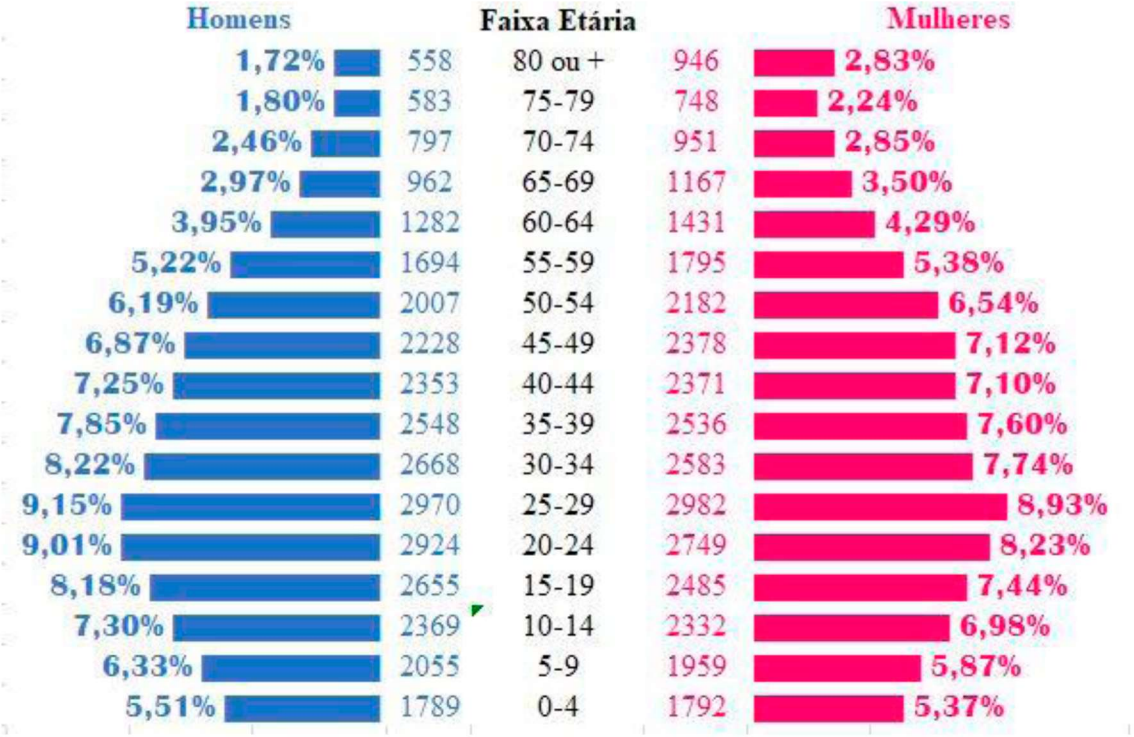
Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil (2010). O gráfico é de elaboração do autor.

Com base no censo demográfico brasileiro para o ano de 2010, a região apresenta uma esperança de vida ao nascer muito próxima das cidades vizinhas e do estado de São Paulo. O único município que apresenta uma esperança de vida ao nascer abaixo da média estadual é Socorro, porém, esta diferença é de um ano de vida.

A respeito do município de Amparo, município de destaque deste estudo, será apresentada sua pirâmide etária para o ano de 2010, com base no censo demográfico brasileiro.

A pirâmide etária permite análise sobre qual faixa etária é predominante na população, bem como qual gênero apresenta maioria e fornece informações sobre indicadores demográficos da região. Sua metodologia pode ser encontrada no Anexo 1, abaixo segue o gráfico de pirâmide etária da cidade de Amparo.

GRÁFICO 8- PIRÂMIDE ETÁRIA DO MUNICÍPIO DE AMPARO (2010)

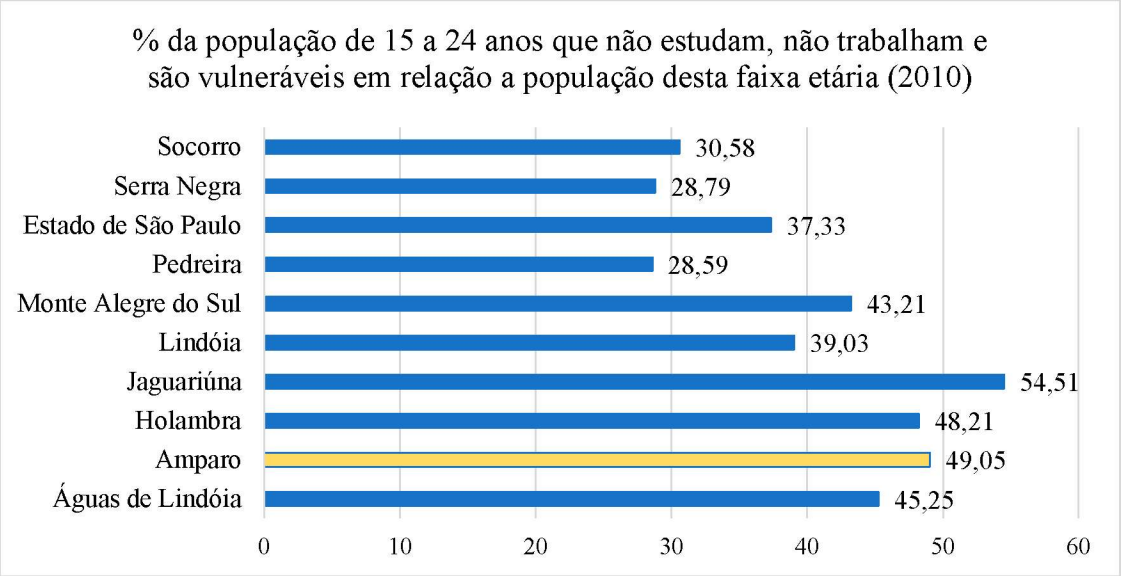


Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

A respeito da população residente de Amparo, nota-se que para o ano de 2010 a população feminina é o gênero que prevalece na cidade e que a faixa etária predominante na população é de 25 a 29 anos, com 5.952 indivíduos.

A representação da pirâmide etária permite análise de indicadores de desenvolvimento da região com foco mais social, assim, o Gráfico 9 trará informações sobre o percentual populacional de indivíduos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis em relação a população da faixa etária analisada.

GRÁFICO 9- POPULAÇÃO DE 15 A 24 ANOS QUE SÃO VULNERÁVEIS EM RELAÇÃO A POPULAÇÃO DESTA MESMA FAIXA ETÁRIA (EM %) (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

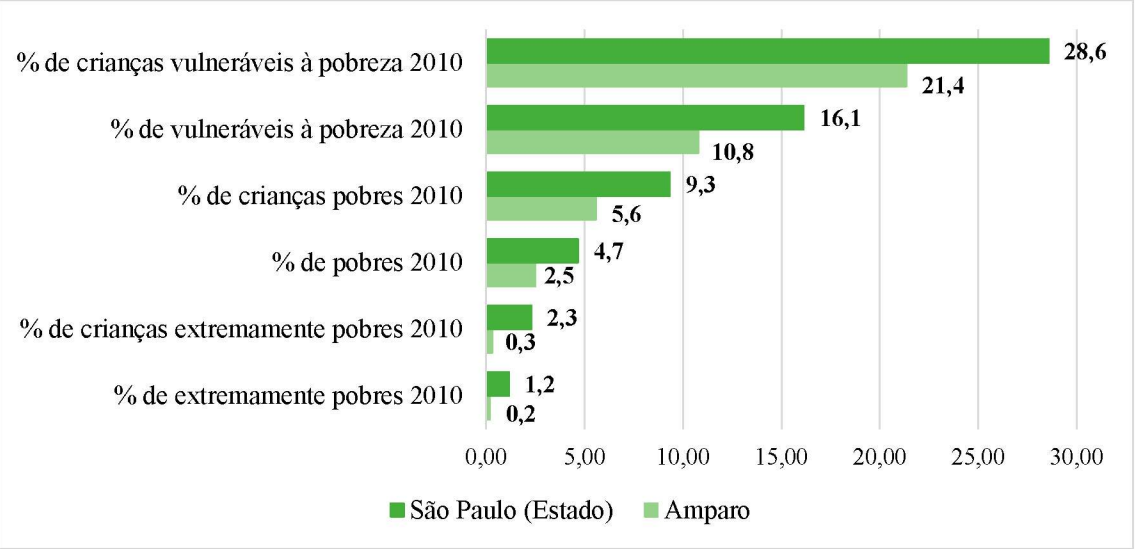
Dentre todos os municípios do Circuito Paulista, e considerando suas diferenças em relação a tamanho e população residente, os municípios de Amparo e Jaguariúna, que são os mais populosos da região, são os que apresentam maior percentual da população entre 15 a 24 anos com vulnerabilidade social. Mais da metade da população nesta faixa em Jaguariúna são jovens que vivem em condições de vulnerabilidade e não estudam, nem trabalham. O município de Pedreira apresenta menor incidência nesta faixa populacional e ainda assim isto equivale a quase um terço da população nesta faixa etária.

Especificamente em Amparo, quase metade desta população enfrenta estas condições, das 10.813 pessoas que se encontravam nesta faixa de idade no ano de 2010, mais de 5 mil pessoas não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis.

Das nove cidades que compõem o Circuito das Águas Paulista apenas três apresentam dados abaixo da média do Estado, sendo Pedreira, Serra Negra e Socorro.

Outro dado de caráter social diz respeito ao percentual de extremamente pobres, pobres e vulneráveis a pobreza do município. Com base em dados do censo demográfico do Brasil para o ano de 2010, o Gráfico 10 apresenta estes dados para o município de Amparo em comparativo com o Estado de São Paulo.

GRÁFICO 10- PARCELA POPULACIONAL DE EXTREMAMENTE POBRES, VULNERÁVEIS A POBREZA E POBRES (EM %) (2010)



Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Percebe-se que Amparo possui indicadores de pobreza e vulnerabilidade melhores que a média de São Paulo. A vulnerabilidade de crianças se mostra presente tanto na região como no Estado. Mesmo o município estando com menores incidências que o Estado são número muito representativos ao se tratar de vidas futuras da população residente.

A respeito da demografia populacional e questões de saúde, percebe-se que Amparo é uma cidade de caráter urbano, com a maioria de sua população sendo feminina, que possui sua população residente predominante na faixa de 25 a 29 anos, mas que no geral é composta por uma população mais idosa. Também apresenta incapacidade de asseguração da taxa de reposição populacional, apresenta mortalidade infantil e mortalidade evitáveis na infância menores que as taxas estaduais e nacionais e apresenta taxa de natalidade abaixo da média estadual. O município também contém alta taxa de população vulnerável entre 15 e 24 anos e um quinto de sua população vulnerável a pobreza.

O objetivo primeiro proposto pelos ODS levam em conta acabar com a pobreza em toda sua forma e em todos os lugares, assim, ao levar em conta a parcela populacional de extremamente pobres, pobres e vulneráveis a pobreza, políticas de cunho social podem ser aplicadas com base nas metodologias propostas pela ONU, sendo estas

> 1.2 - Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais. (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 16)

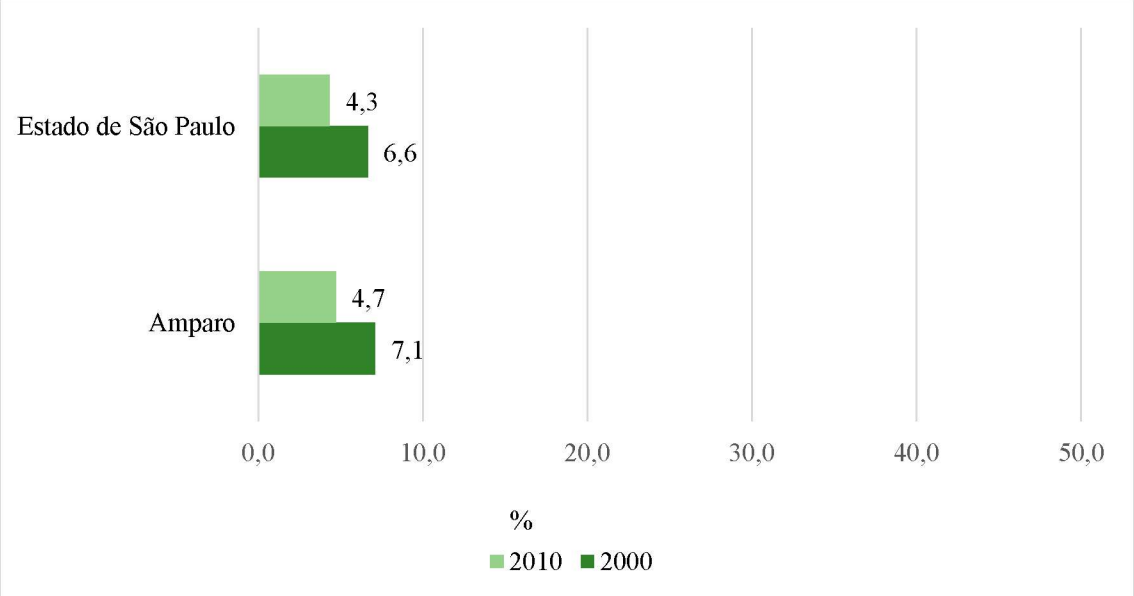
> 1.4 - Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças. (ORGANIZAÇÕES DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 6)

Tais metodologias visam garantir maior acesso a questões sociais, habitacionais, educacionais e de saúde a população que se encontra vulnerável dentro do município de Amparo. Em relação a crianças vulneráveis a pobreza, políticas públicas de cunho educacional são necessárias por parte do Estado para proporcionar qualidade de vida e bem-estar a população residente do município.

4.2 INDICADORES DE EDUCAÇÃO

Esta seção visa abordar questões municipais relacionadas a educação dos municípios. A educação de crianças e jovens afeta diretamente no desenvolvimento presente e futuro da cidade e apresenta influência em um dos componentes do IDHM, o IDHM Educação.

GRÁFICO 11 - TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS: AMPARO E SP (2000 E 2010)

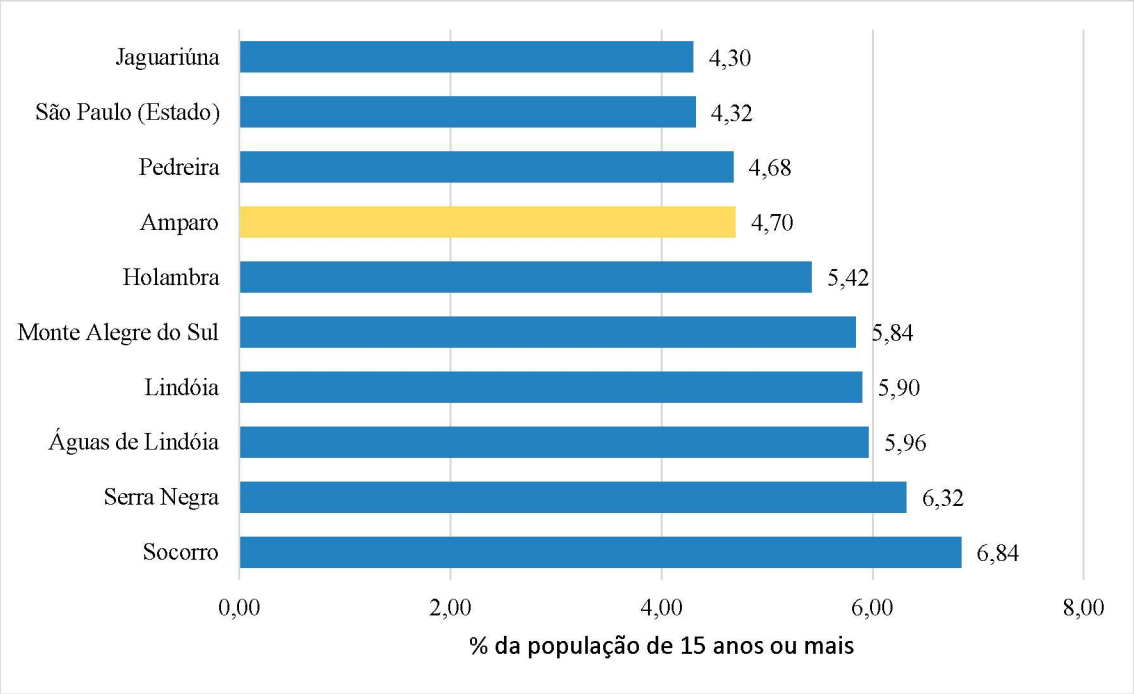


Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Fundação SEADE. Elaboração Própria

A taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais do município de Amparo sempre foi mais elevada que a média do Estado de São Paulo, porém, diminuiu acentuadamente, perfazendo em 2010 4,7% da população.

O objetivo 4.6 proposto pelos ODS diz respeito a educação da população, segundo Nações Unidas (2015, p. 19) "Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática". Uma abordagem a ser trabalhada pelo município de Amparo então é a de proporcionar possibilidades de estudo a população para que esta possa de alfabetizar, concluir as etapas educacionais e concluir ao menos o ensino médio, visto que quase metade dos são jovens que vivem em condições de vulnerabilidade e não estudam, nem trabalham.

GRÁFICO 12 - CIRCUITO DAS ÁGUAS: TAXA DE ANALFABETISMO (2010)

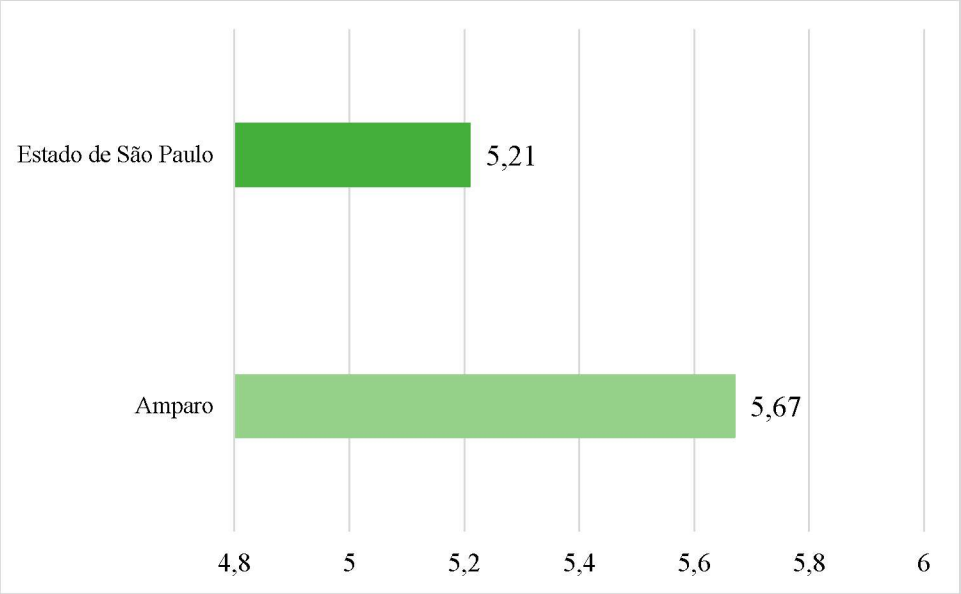


Fonte: PNUD-IPEA-FJP. Atlas Brasil (http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/). O gráfico é de elaboração própria.

A taxa de analfabetismo da população leva em conta indivíduos que se declaram incapazes de ler e escrever ou que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram, se um indivíduo é capaz de assinar o próprio nome já fica fora da taxa, sendo considerada assim alfabetizada. Ao se considerar a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, em percentual, dentre os municípios do Circuito das Águas Paulista nota-se que apenas o município de Jaguariúna possui sua taxa menor se comparada ao Estado de São Paulo, sendo assim, o município dentre os estudados com menor índice de analfabetismo. O município com pior índice é Socorro, onde pouco menos de 7% da população acima de 15 anos é analfabeta.

Ainda sobre este tema, o Gráfico 13 apresenta informações sobre taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais do município de Amparo, que se apresentou mais elevada que a média do Estado de São Paulo para o ano de 2010.

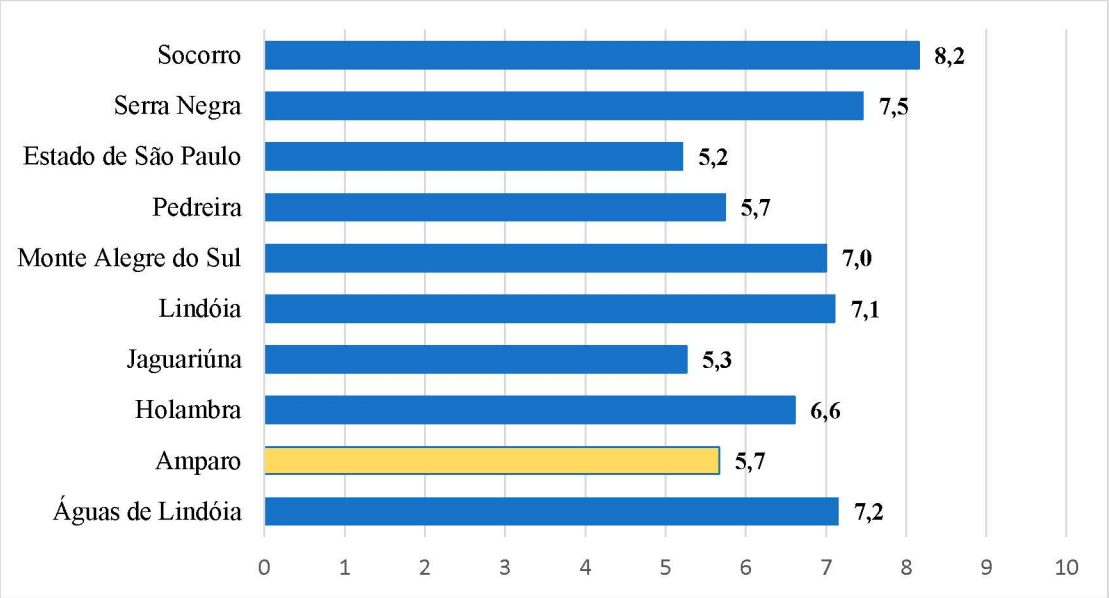
GRÁFICO 13- TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS: AMPARO E SP (2010) (EM %)



Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Com base no ano de 2010, o gráfico abaixo apresenta informações sobre a taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais, em percentual, para as cidades que fazem parte do Circuito das Águas Paulista.

GRÁFICO 14- TAXA DE ANALFABETISMO DO CIRCUITO DAS ÁGUAS: 25 ANOS OU MAIS (EM %) (2010)

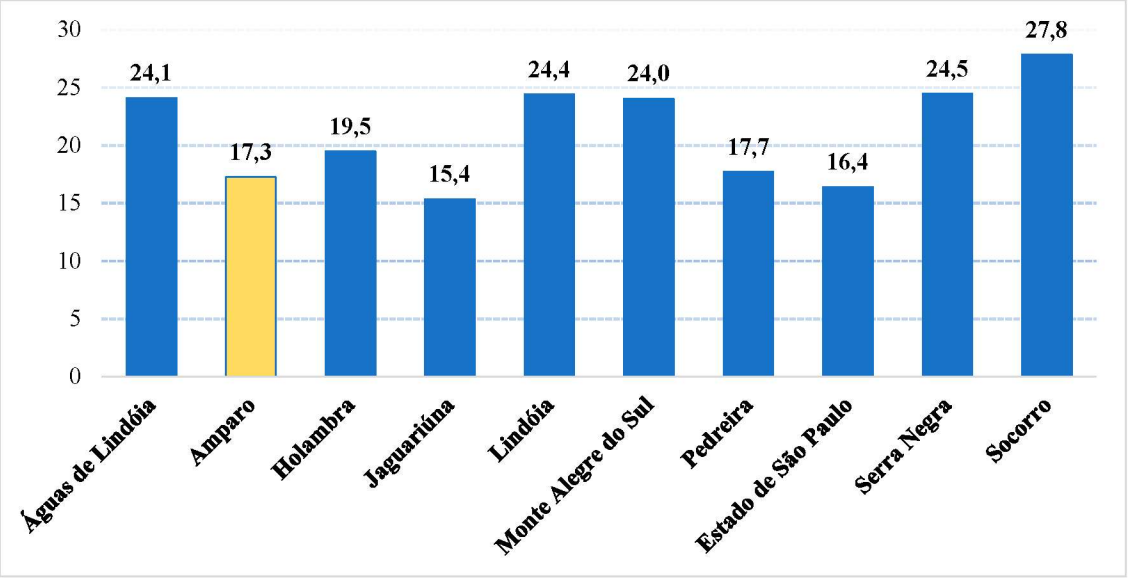


Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Ao avaliar os municípios do Circuito das Águas Paulista nota-se que nenhuma cidade está com o nível de analfabetismo da população desta idade abaixo da média do Estado de São Paulo, Jaguariúna é o município mais próximo. O que apresenta pior índice no período analisado é Socorro.

O ensino fundamental é o ciclo básico pelo qual a população residente de uma cidade deve passar, através disto, o Gráfico 15 representa as informações sobre o percentual de indivíduos em domicílios particulares que não apresentam ensino fundamental completo.

GRÁFICO 15- PESSOAS EM DOMICÍLIOS EM QUE NINGUÉM TEM FUNDAMENTAL COMPLETO (EM %) (2010)

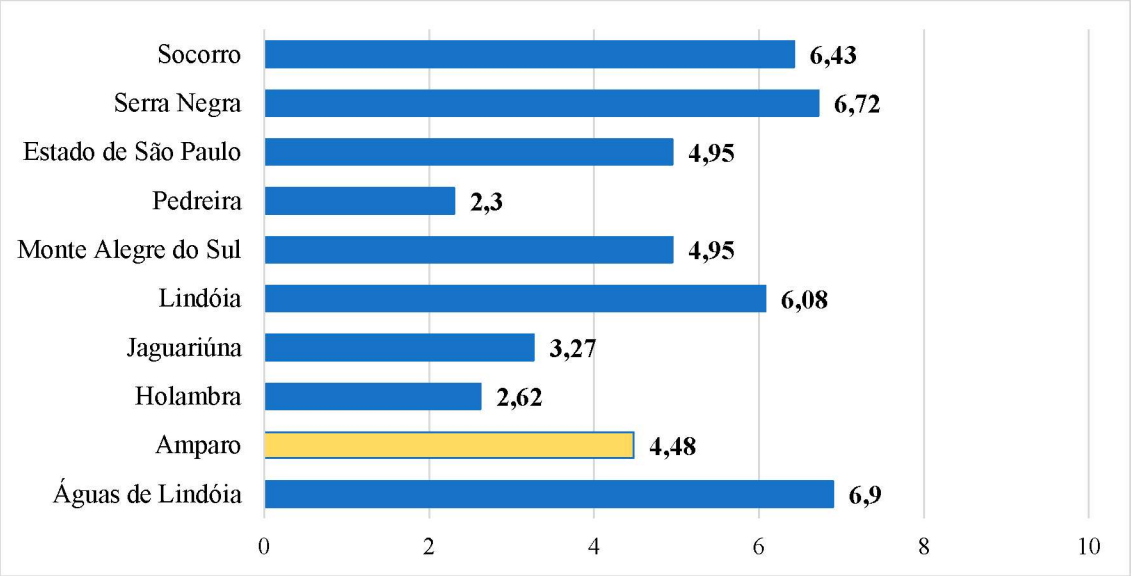


Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Apenas o município de Jaguariúna apresenta percentual populacional abaixo da média estadual. O município de Socorro apresenta pior índice no período analisado e apresenta mais de um quatro de sua população, que reside em domicílios particulares sem ninguém possuir ensino fundamental completo.

Este dado demonstra grande parcela populacional por parte de todos os municípios de pessoas que não concluíram o ensino básico. Os três municípios mais populosos do estudo, Amparo, Jaguariúna e Pedreira são os que apresentam menor percentual de domicílios em que ninguém possui ensino fundamental completo. O próximo indicador apresentado possui relação com os dados anteriores, aborda o percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e que não apresentam ensino fundamental completo. O dado apresentado é para o ano de 2010.

GRÁFICO 16- PESSOAS EM DOMICÍLIOS VULNERÁVEIS À POBREZA EM QUE NINGUÉM POSSUI ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO (EM %) (2010)



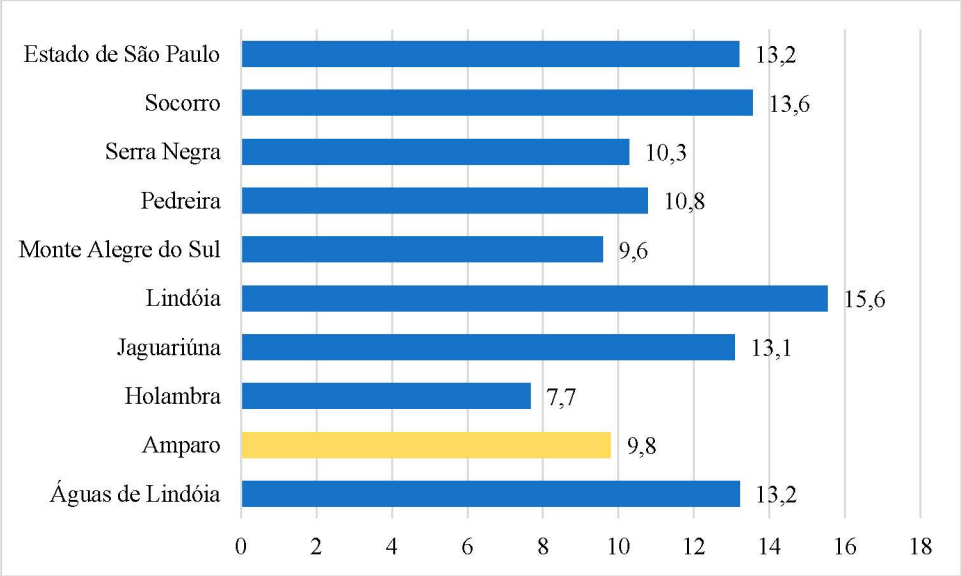
Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Ao analisar esta parcela da população, nota-se que quatro dos nove municípios do Circuito das Águas Paulista apresentam índice melhor que a média percentual, o município de Monte Alegre do Sul apresenta índice igual ao Estado e os demais municípios índice pior. Para o ano de 2010, o município de Pedreira possui menor percentual de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza em que ninguém possui ensino fundamental completo. O município que apresenta pior índice para o período estudado é Águas de Lindóia. Estes dados demonstram se relacionados a análise anterior comprovam que nem todo problema de falta de escolaridade está associado à pobreza.

O município de Amparo apresenta dados abaixo da média estadual e para o ano de 2010 possuía 4,48% de pessoas vulneráveis a pobreza em que ninguém continha ensino fundamental completo.

Outro indicador de educação diz respeito a mães chefes de família que não apresentam ensino fundamental completo e com filho menor, para o ano de 2010.

GRÁFICO 17- MÃES CHEFES DE FAMÍLIA SEM FUNDAMENTAL E COM FILHO MENOR, NO TOTAL DE MÃES CHEFES DE FAMÍLIA (EM %) (2010)



Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Nota-se que dos nove municípios presentes no Circuito das Águas Paulista quatro possuem maior número de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho em relação a mães chefes de família no ano de 2010 acima da média do Estado de São Paulo. Dentre todos os municípios deste estudo Holambra é a cidade com menor número de casos.

De modo geral o município de Amparo apresenta possibilidades de melhoria nos níveis educacionais da população residente. Mesmo figurando entre as melhores cidades dentro do Circuito das Águas Paulista em dados sobre o IDHM Educação a taxa se encontra inferior à média do Estado de São Paulo e dados sobre o analfabetismo de sua população residente de 15 anos ou mais se encontra alta em relação ao Estado. Uma vez detectado que nem todo problema de falta de escolaridade está relacionado a pobreza, é necessário políticas públicas para identificação, planejamento e solução destes problemas. O objetivo 4 dos ODS, diz respeito a uma educação de qualidade, metodologia a qual o município pode se adequar. Dentre esta metodologia algumas metas que o município pode visar se adequar são:

> 4.1 - Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário gratuito, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 18)

> 4.2 - Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 19)

> 4.4 - Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 19)

> 4.5 - Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 19)

Ao melhorar os níveis de educação do município os impactos destes investimentos públicos podem ser analisados no longo prazo, influenciando nos empregos adquiridos pela população residente no município, o que pode ocasionar em reduções dos níveis de ocupações informais presentes em todos os municípios do Circuito das Águas Paulista, conforme informações do Gráfico 19.

4.3 ECONOMIA, EMPREGO E RENDA

Avaliar a economia de cada região permite a realização de análises sobre de qual modo cada município obtém maior parte de seu PIB. Para tal são necessários empregos e renda para população. Assim, esta seção visa apresentar dados a respeito de empregos formais e informais das cidades, a participação de cada setor na composição dos municípios e a participação de cada cidade em relação ao PIB estadual.

A análise apresentará previamente dados a respeito dos empregos formais de cada município. Empregos formais correspondem aos vínculos empregatícios ativos, de acordo com a Relação anual de informações sociais (RAIS). Os empregos formais não são a melhor variável de análise, pois, de acordo com Jannuzzi (2014) a RAIS exclui de seus dados trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo formal e mão de obra sem registro, deixando de fora grande parte do mercado de trabalho brasileiro.

A Tabela 8, apresentada abaixo, traz informações sobre o número de empregos formais para o ano de 2018 para cada uma das cidades presentes no Circuito das Águas Paulista e sua metodologia pode ser encontrada no Anexo 1. Mesmo com as limitações apresentadas, os números apresentados pela RAIS são expressivos visto que são dados disponíveis a nível municipal, dados não levantados pela PNAD para o período desejado.

TABELA 8 - EMPREGOS FORMAIS DO CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA (2018)

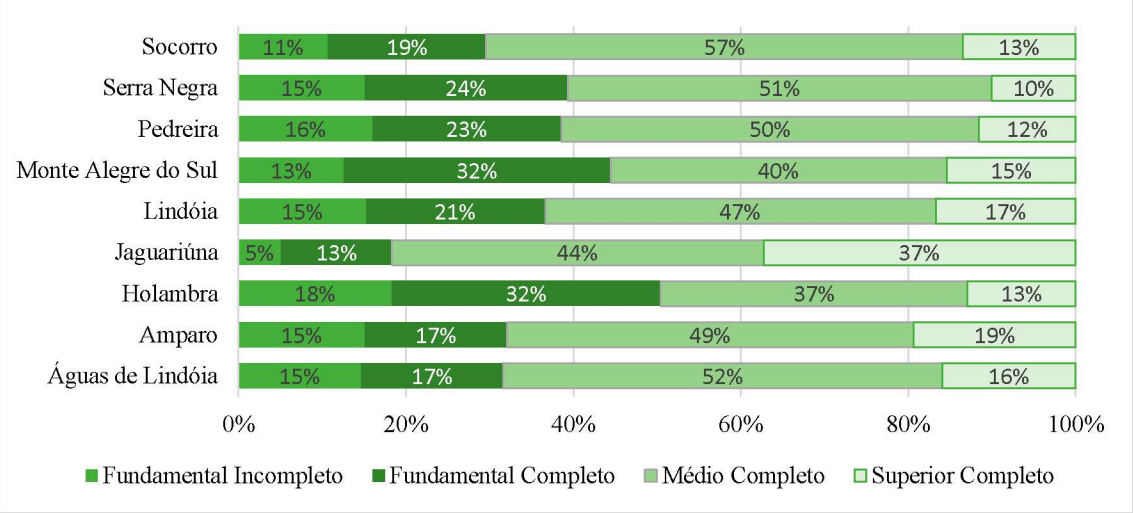
Municípios	Empregos Formais (2018)
Águas de Lindóia	4.605
Amparo	23.831
Holambra	9.978
Jaguariúna	34.346
Lindóia	1.925
Monte Alegre do Sul	1.283
Pedreira	13.286
Serra Negra	6.393
Socorro	7.885

Fonte: Fundação SEADE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração própria.

Além de possuírem os maiores número de habitantes do Circuito, Jaguariúna, Amparo e Pedreira possuem também o maior número de empregos formais.

Dentre estes vínculos empregatícios é interessante análise de dados a respeito da divisão dos empregos formais por formação escolar. Este é um que permite formulação de políticas públicas com enfoque em formação dos indivíduos e educação, e está apresentado pelo percentual de empregos formais por formação educacional da população dos municípios. Esta informação está representada abaixo.

GRÁFICO 18- VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS POR FORMAÇÃO ESCOLAR (2018)



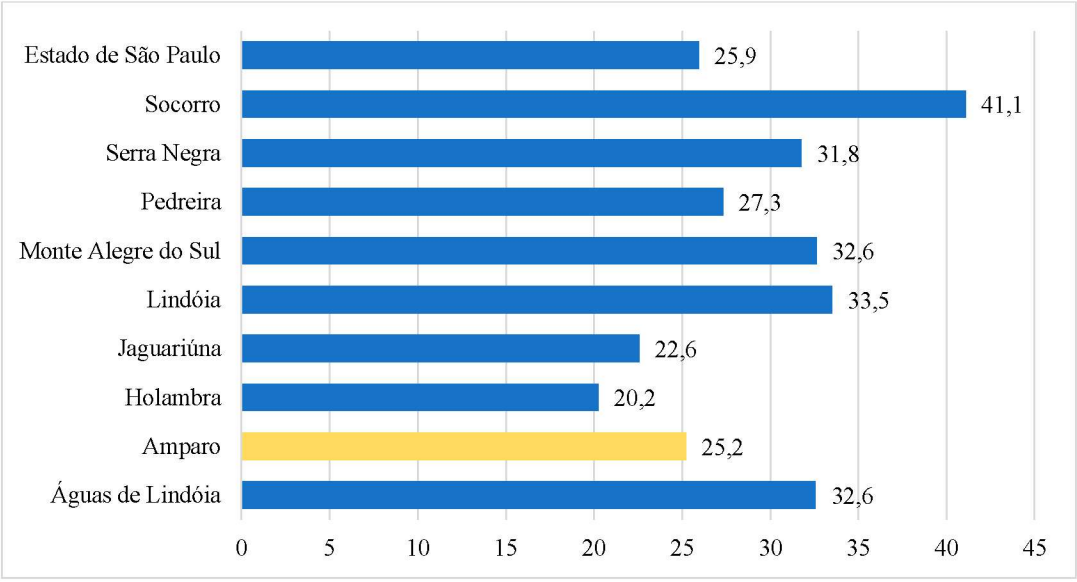
Fonte: Fundação SEADE, Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Elaboração própria.

Ao avaliar o Circuito das Águas Paulista nota-se predominância de vínculos empregatícios formais para indivíduos com ensino médio completo. Jaguariúna, se destaca pela contratação de profissionais com ensino superior completo e pela baixa contratação de indivíduos com ensino fundamental incompleto.

Enquanto isto, os municípios de Pedreira e Serra Negra possuem taxas de contratação de profissionais com ensino fundamental incompleto maiores que profissionais com ensino superior completo.

Esta informação apresenta apenas parcela populacional dos municípios. Em Amparo, conforme visto previamente, domicílios em que ninguém possui ensino fundamental completo representavam mais de 17% para o ano de 2010. A taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais era maior que a média estadual, sendo 5,71%. A população de vulneráveis a pobreza representava 10,8% e a população vulnerável da população de 15 a 24 anos em comparativo a mesma faixa de idade representava quase metade da população. Esta parcela populacional elevada possui muitas vezes destinação a trabalhos nos empregos informais da economia e visando esta análise, abaixo estão informações a respeito da ocupação informal dos municípios, com base no censo demográfico do Brasil de 2010. O dado está em percentual, e representa parcela populacional de 18 anos ou mais sem ensino fundamental completo e que trabalham em ocupação informal.

GRÁFICO 19- % DE PESSOAS DE 18 ANOS OU MAIS SEM FUNDAMENTAL COMPLETO E EM OCUPAÇÃO INFORMAL (2010)



Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Em relação a profissionais com ocupação informal nota-se que apenas três municípios do Circuito das Águas Paulista apresentam taxa de ocupação menor que a média do Estado de São Paulo, são estes Holambra, Jaguariúna e Amparo. Para o período analisado a maior taxa de ocupação de empregos informais na economia está no município de Socorro, com pouco mais de 40% de pessoas com 18 anos ou mais empregadas em atividades informais.

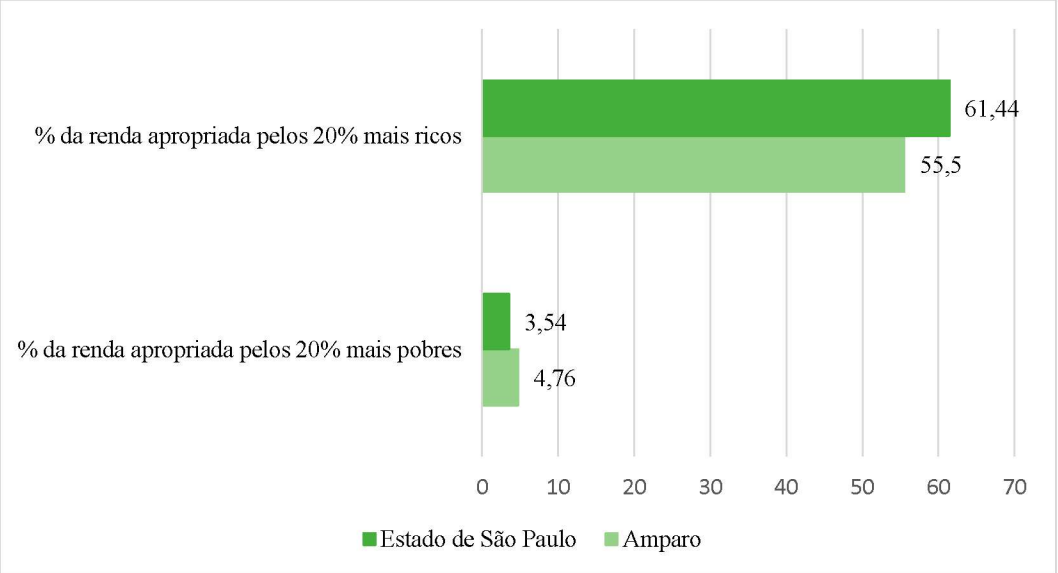
Amparo apresenta pouco mais de 25% de sua população de 18 anos ou mais sem ensino fundamental em ocupação informal. Mesmo estando abaixo da média do Estado, estes valores demonstram o quanto a ocupação informal representa no município e na parcela populacional que não concluíram o ensino fundamental.

Ao levar em conta questões de emprego, são necessárias políticas para inclusão da parcela populacional excluída da cidade no âmbito trabalhista, assim, com base no Objetivo 8 dos ODS, o município pode adotar políticas capazes de apoiar atividades produtivas e empregos decentes no município.

Uma vez apresentadas as informações de emprego dos municípios, é preciso analisar a renda de suas populações residentes. Mais precisamente o nível de desigualdade no qual a população vive. Para tal serão apresentados dados com base no Censo demográfico do Brasil para o ano de 2010.

O primeiro indicador traz uma comparação entre o Estado de São Paulo e o município de Amparo a respeito da renda apropriada por parcelas populacionais, os dados são apresentados em percentual para o ano de 2010. Serão comparados os 20% mais pobres e os 20% mais ricos, através da renda apropriada por estes grupos.

GRÁFICO 20- % DA RENDA APROPRIADA. 20% MAIS POBRES E 20% MAIS RICOS (2010)



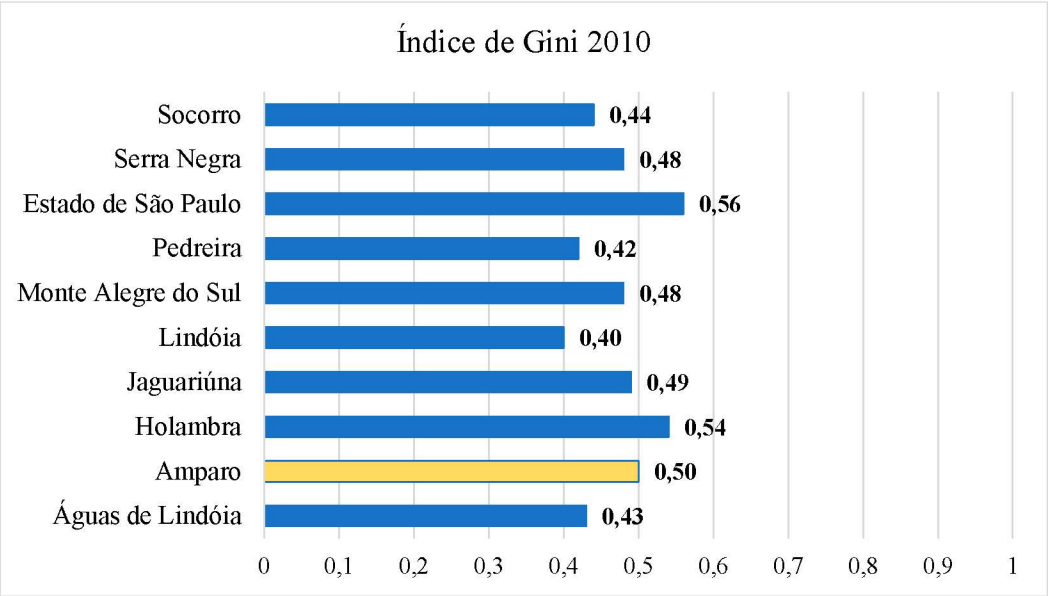
Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Nota-se que o município de Amparo apresenta nível um pouco melhor em relação a renda apropriada por parcela da população mais pobre se comparado ao Estado de São Paulo. No entanto, tanto para a média do Estado quanto para a cidade de Amparo, a parcela 20% da

população mais rica detém mais da metade da renda apropriada no período, quanto os 20% da população mais pobres não chegam a 5% da renda total. Isto demonstra o nível de desigualdade presente na região.

O próximo dado apresentado será o Índice de Gini, o índice de Gini apresenta informações a respeito dos níveis de desigualdade de uma região, variando entre 0 e 1. O valor zero significa situação de total igualdade enquanto o valor 1 represente que uma pessoa detém toda riqueza. Sua metodologia pode ser encontrada no Anexo 1.

GRÁFICO 21- CIRCUITO DAS ÁGUAS: ÍNDICE DE GINI (2010)



Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

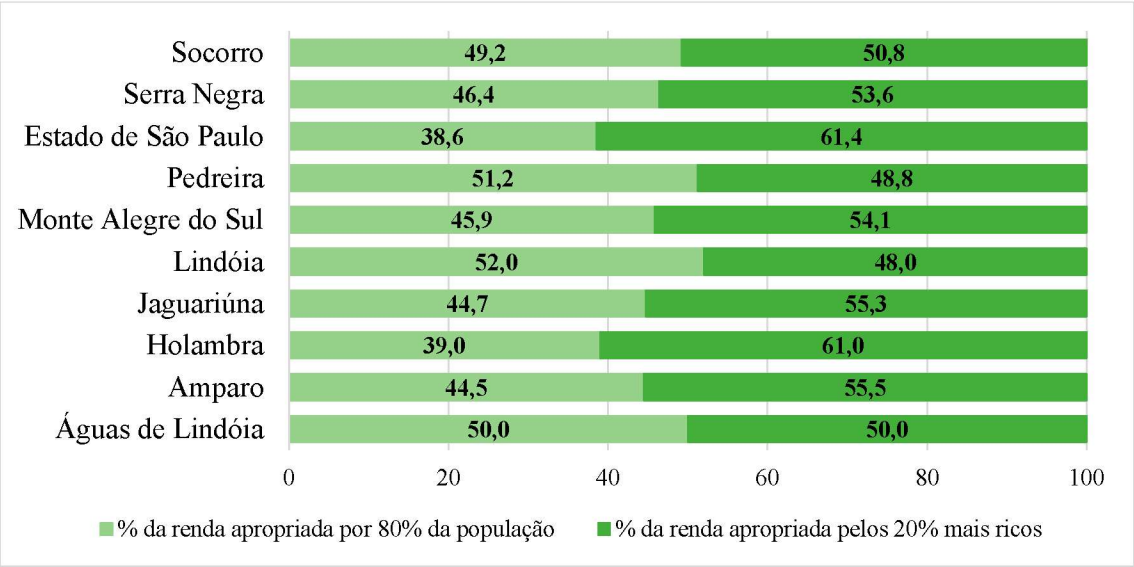
A respeito do índice de Gini, nota-se que todos os municípios do Circuito das Águas Paulista apresentam nível de igualdade maior que a média do Estado de São Paulo. O índice das cidades se encontra bem próximo também, possuindo para o ano de 2010 o município de Lindóia com o menor nível de desigualdade e Holambra como o pior dos municípios de estudo. O município de Amparo se apresenta como o segundo mais desigual dentre a região.

Dados os níveis de desenvolvimento do Estado, se comparado ao restante do país, é interessante análise sobre como o índice varia e é discrepante se comparado as demais regiões do país. De acordo com dados apresentados no Censo demográfico do Brasil no ano de 2010, apresentados pelo portal Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, o Gini Brasil para o período foi equivalente a 0,608. A Região Sudeste apresentou índice equivalente a 0,5850 no ano de 2010, desta maneira nota-se que todos os municípios presentes no Circuito das Águas Paulista apresentam menor nível de desigualdade se comparados a Região e ao país. No período, comparativamente, a União Europeia (que contava com 27

países), conforme informações do portal PORDATA, o índice de Gini era equivalente a 0,302. Assim, para o ano de 2010, nenhum município do Circuito das Águas Paulista apresentou sequer índice próximo ao apresentado pela União Europeia.

De modo a retratar mais a fundo essa desigualdade o gráfico 22 apresenta uma comparação percentual entre a renda apropriada pelos 20% mais ricos da população em relação a 80% da população restante de cada município do Circuito e Estado de São Paulo.

GRÁFICO 22- RENDA APROPRIADA 80% DA POBRE x 20% DOS MAIS RICOS (2010)



Fonte: Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil – Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil. O gráfico é de elaboração do autor.

Conforme visto previamente, cada município apresenta suas particularidades, área e população residente diferentes. No entanto, a acumulação de riqueza por 20% mais ricos da população é evidente na análise. Apenas nos municípios de Lindóia e Águas de Lindóia o percentual de acúmulo é inferior a metade da renda total da população, ainda assim, isto demonstra alto grau de concentração de renda nas regiões. Em Amparo, 80% da população possuem o equivalente a 44,5% da renda apropriada total.

Além da acumulação de renda e empregos totais das regiões, é preciso compreender como cada municípios obtém sua renda. Conforme apresentado por Kon (2004) o setor de serviços assume importante papel no desenvolvimento das economias, em suas palavras

> A contribuição dos serviços no desenvolvimento das econômicas tem características diferenciadas em países mais avançados ou em desenvolvimento, mas é fundamental em qualquer nível de desenvolvimento, ao tornar-se a maior fonte de empregos na atualidade. (KON, 2004, p. 243)

O objetivo 10 da metodologia proposta pelas Nações Unidas leva em conta a inclusão social, o município poderia adotar em suas políticas a meta 10.2 que segundo Organizações das Nações Unidas (2015, p. 24) "10.2 - Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra".

Dada a importância do setor de serviços é necessária avaliação de cada setor da economia para os municípios do Circuito das Águas Paulista, assim, os dados abaixo trazem, em percentual, a participação dos setores no total do valor adicionado, para o ano de 2017.

TABELA 9- CIRCUITO DAS ÁGUAS: PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO TOTAL DO VALOR ADICIONADO (EM %) (2017)

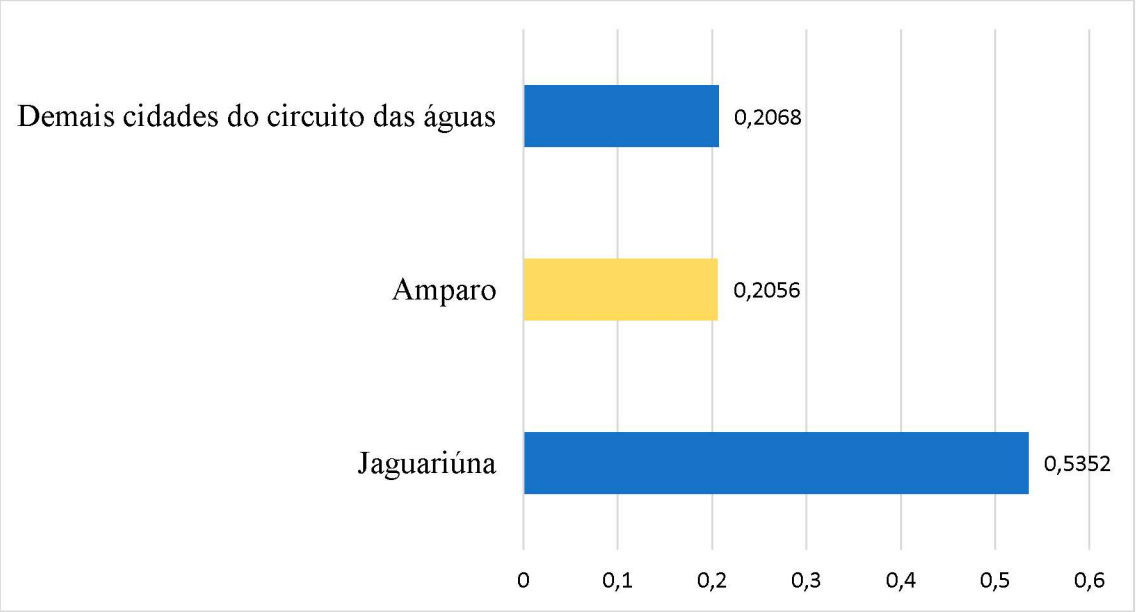
Municípios	Agropecuária	Indústria	Serviços
Águas de Lindóia	1,33	8,53	90,14
Amparo	2,24	50,16	47,60
Holambra	33,29	16,72	49,99
Jaguariúna	0,16	33,56	66,28
Lindóia	3,84	24,68	71,48
Monte Alegre do Sul	25,55	13,55	60,90
Pedreira	0,82	25,09	74,09
Serra Negra	6,48	11,34	82,18
Socorro	8,30	12,54	79,16

Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

Ao avaliar a participação de cada setor na economia dos municípios fica nítida a diferença e particularidade de cada município. A agropecuária é um setor muito forte nas cidades de Holambra e Monte Alegre do Sul enquanto não impactam quase nada em Jaguariúna e Pedreira. Dos nove municípios do Circuito das Águas, oito possuem o setor de serviços como maior provedor de recursos. Apenas Amparo apresenta o setor industrial como mais influente no ano de 2017. O setor de serviços representa mais de 90% na cidade de Águas de Lindóia.

Uma vez apresentada a estrutura dos setores em cada município, é importante avaliar o quanto cada uma das cidades do Circuito das Águas influencia no PIB Estadual. Os dados serão apresentados em percentual e para o ano de 2017.

GRÁFICO 23- CIRCUITO DAS ÁGUAS - PARTICIPAÇÃO NO PIB ESTADUAL (EM %) (2017)



Fonte: Fundação SEADE. Elaboração própria.

É interessante ver o quanto estas nove cidades apresentam do PIB do Estado se levado em conta que São Paulo possui 645 municípios. Jaguariúna é a que mais contribui ao PIB percentual com 0,5%, seguida por Amparo. As demais sete regiões apresentam contribuição no PIB pouco superior a apresentada pelo município de Amparo. Amparo e Jaguariúna além de serem os municípios mais populosos do Circuito das Águas Paulista, são as cidades com maior entrada de investimentos na região, de acordo com Fuini (2010).

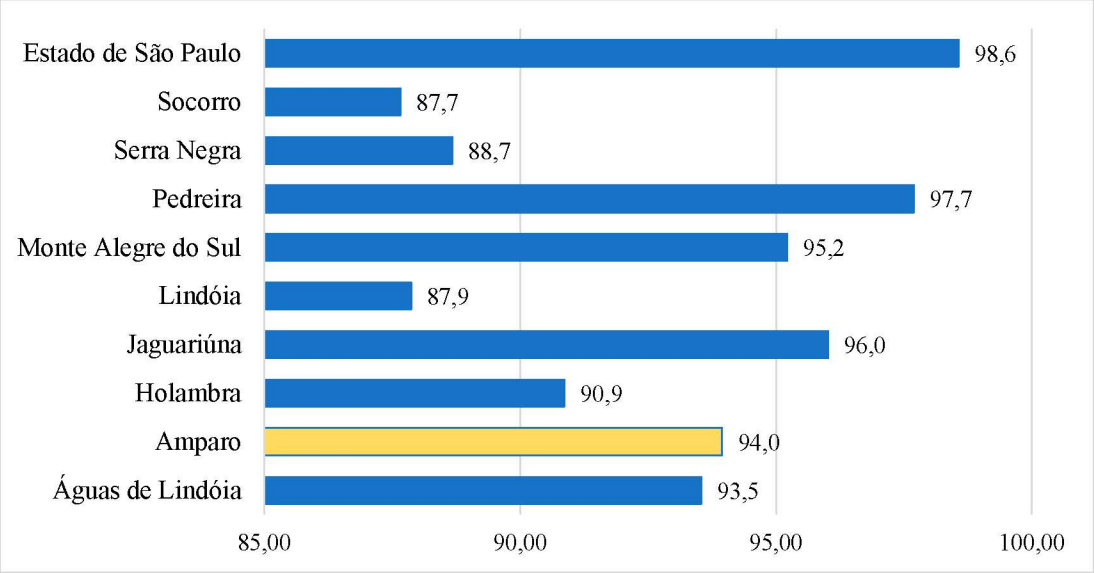
Assim, de modo geral o município de Amparo apresenta vínculos empregatícios formais de indivíduos com maior taxa de escolaridade. No entanto, ao avaliar os empregos informais no município o questionamento sobre o grau de qualificação destes profissionais e as áreas em que atuam, se estas pessoas fazem parte da parcela vulnerável do município. O índice de Gini apresenta um município com certo nível de desigualdade onde a parcela referente aos 20% mais ricos da população concentram mais da metade da renda apropriada total. Também se constatou que o setor industrial é o que apresenta maior participação no valor adicionado da cidade, seguido pelo setor de serviços e que a cidade de Amparo, dentre todas as cidades presentes no Circuito das Águas Paulista, apresenta segunda maior participação no PIB do Estado.

4.4 MEIO AMBIENTE

A respeito de indicadores ambientais serão retratados níveis de atendimento dos municípios do Circuito das Águas Paulista em comparativo com o Estado de são Paulo. Para o ano de 2010, com base no censo demográfico do Brasil indicadores de abastecimento de água, coleta de lixo e esgoto sanitário serão apresentados, bem como domicílios com água encanada e banheiro.

Abaixo serão representados, em percentual, o abastecimento de água da região.

GRÁFICO 24- NÍVEL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA (EM %) (2010)



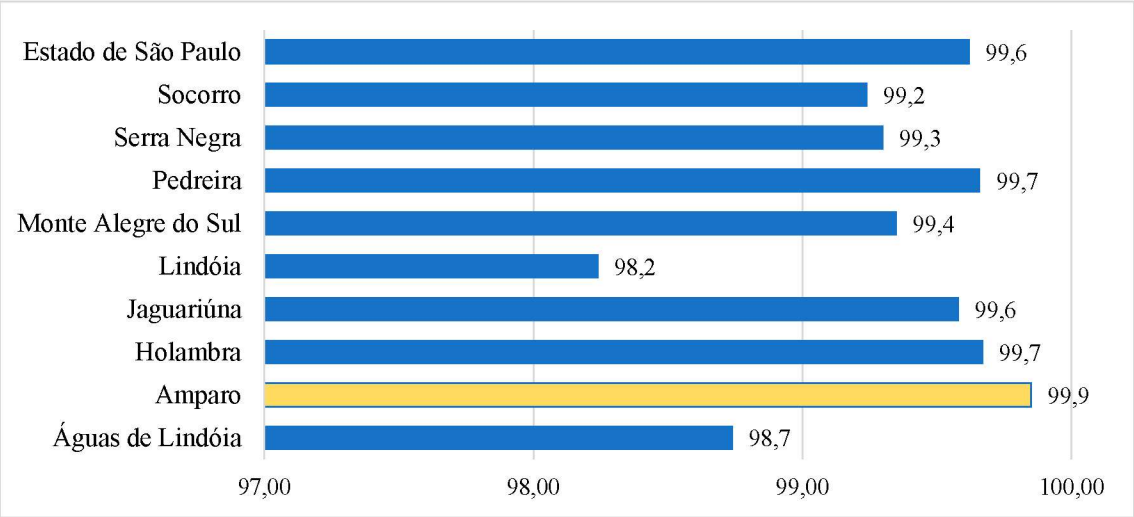
Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil, Pesquisa Nacional do Saneamento Básico. Elaboração própria.

Nota-se que o Estado de São Paulo apresenta alto nível de abastecimento de água, assim nenhuma cidade do Circuito das Águas possui índice maior que a média estadual, as com maior nível de atendimento para o período analisado são Pedreira e Jaguariúna. Os municípios de Socorro, Lindóia e Serra Negra apresentam níveis mais baixos de abastecimento para o ano de 2010.

O município de Socorro, menor percentual em abastecimento de água apresenta sua infraestrutura o segundo maior percentual de população residente rural dentre o Circuito das Águas. Neste quesito, Amparo, terceiro maior município com população rural apresenta taxa de 94% de abastecimento de água. Destaque para Lindóia, município inteiramente urbano que apresentou para o período o segundo pior índice de abastecimento de água dos municípios do Circuito das Águas Paulista.

O Gráfico abaixo traz informações sobre o percentual de atendimento de coleta de lixo entre os municípios para o ano de 2010.

GRÁFICO 25- NÍVEL DE ATENDIMENTO DE COLETA DE LIXO (EM %) (2010)



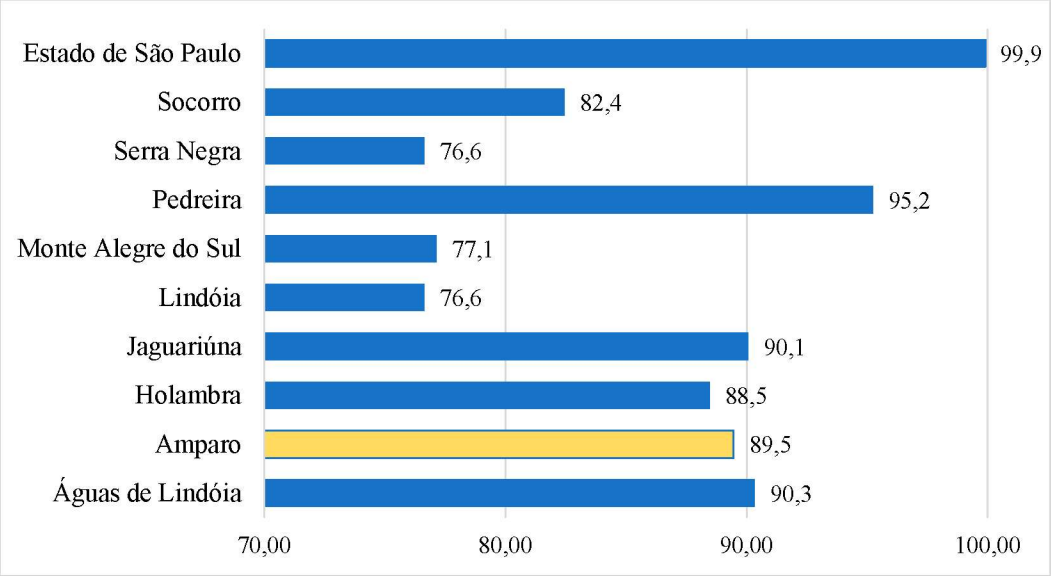
Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil, Pesquisa Nacional do Saneamento Básico. Elaboração própria.

Em relação a coleta de lixo a taxa em todos os municípios é bem parecida, em alguns casos até maior que a média do Estado, assim, o pior nível de atendimento no período pertence ao município de Lindóia e o melhor a Amparo.

A respeito de Amparo, de acordo com informações da Secretaria de Infraestrutura e Serviços do município, a coleta de lixo é encaminhada para o aterro sanitário da cidade e em quesitos de resíduos normais que podem ser reciclados, estes são coletados pela Cooperativa de Trabalho Eco Amparo.

Os dados de esgoto sanitário e seguem abaixo apresentam os piores índices, representados no gráfico 26.

GRÁFICO 26- NÍVEL DE ATENDIMENTO DE ESGOTO SANITÁRIO (EM %) (2010)



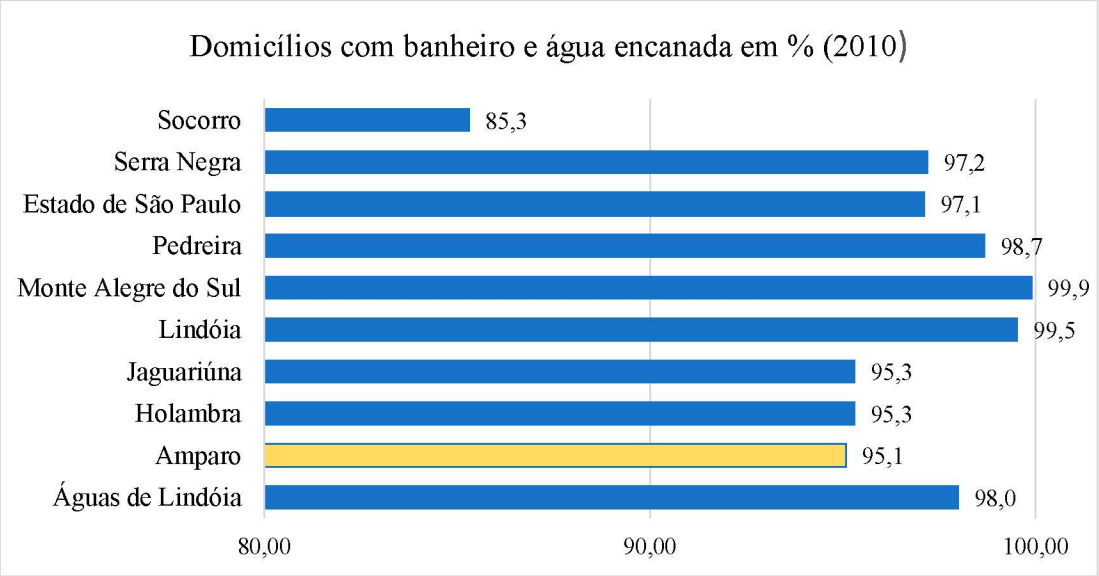
Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil, Pesquisa Nacional do Saneamento Básico. Elaboração própria.

No ano de 2010, nota-se taxa muito próxima a 100% do nível de atendimento de esgoto sanitário para o Estado de São Paulo. Nenhum dos nove municípios do Circuito das Águas Paulista ultrapassa a taxa estadual. Pedreira é o município com melhor nível de atendimento, seguido por Águas de Lindóia e Jaguariúna. Serra Negra, Lindóia e Monte Alegre do Sul apresentam o menor número de atendimento de esgoto sanitário na região durante o período.

Ao se tratar de esgoto sanitário nota-se que o município mais rural, Monte Alegre do Sul, é o que apresenta baixas taxas de atendimento. No entanto, Lindóia, que possui cobertura totalmente urbana figura no período como pior índice de atendimento de esgoto sanitário.

Por fim, o gráfico 27 apresenta informações sobre o número de domicílios com banheiro e água encanada, em percentual, para o ano de 2010.

GRÁFICO 27- CIRCUITO DAS ÁGUAS: DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E ÁGUA ENCANADA (EM %) (2010)



Fonte: IBGE – Censo Demográfico do Brasil, Pesquisa Nacional do Saneamento Básico. Elaboração própria.

Cinco cidades superam a média do Estado de São Paulo para o ano de 2010, sendo eles Monte Alegre do Sul, com taxa próxima a 100%, Lindóia, Pedreira, Águas de Lindóia e Serra Negra. Amparo e Jaguariúna, municípios mais populosos do Circuito, apresentam taxa inferior a estadual, próximo a 95%, Socorro apresenta o pior indicador para o município, com 85% de domicílios com banheiro e água encanada para o período avaliado.

Neste quesito, o município de Socorro, segundo com maior população residente rural figura entre o pior índice de domicílios particulares com banheiro e água encanada. Enquanto isto, Monte Alegre do Sul, que possui maior parte da população rural dentre os municípios do Circuito das Águas Paulista apresenta taxa de 99,9% de domicílios particulares com banheiro e água encanada.

Assim, de modo geral, o município de Amparo apresenta um alto índice de coleta de lixo, porém, em níveis de abastecimento de água, esgoto sanitário e domicílios com banheiro e água encanada são constatadas oportunidades de melhora no atendimento.

No que diz respeito ao município de Amparo, de acordo com Heloísa Baldasso[6], diretora do departamento de meio ambiente e agricultura da Prefeitura Municipal de Amparo, atualmente na cidade 3 legislações a respeito de preservação do meio ambiente estão ativas.

[6] Informações fornecidas por Heloísa Baldasso via entrevista em email, Amparo, 29 jun. 2020. A entrevista encontra-se no Anexo 2.

Estas leis são: O Conselho municipal de Meio Ambiente – CMMA (Lei nº3297/2007, alterada pela Lei nº4.011/2019), Serviços de prestação e conservação de praças, áreas verdes (Lei nº3.155/2006) e o Plano Diretor (Lei complementar nº1 de 06 de outubro de 2006).

Por fim, a cidade apresenta um projeto ativo, denominado Via Verde. O projeto via verde funciona ao se trocar três quilos de lixo reciclável (papel, plásticos, vidros, metal e outros como óleo de cozinha e embalagens Tetra Pak) por dois quilos de legumes, frutas e verduras. Podem ser trocados:

Plástico: Garrafas de refrigerantes (PET), filme, PVC, mangueira, sacolas, embalagens de água sanitária, margarina e detergente.

Metal: Ferros em geral, parafusos, latas de cerveja e refrigerantes, aço inox, antimônio, baterias de carro e moto, pilhas, chumbo e bronze.

Vidro: Embalagens de vidro, café solúvel e de maionese, garrafas de cerveja, refrigerantes, bebidas alcoólicas etc.

Papel: Papelão, jornais, livros, cadernos, papel branco ou misto.

O município também apresenta outros projetos em estudo para aprovação. Ao levar em conta os ODS, o objetivo 13 traz em pauta questões ambientais, assim, o município de Amparo poderia adotar como política pública questões de cunho ambiental relacionada a mudanças climáticas e com base na meta 13.2 abordar questões de preservação ambiental. De acordo com Nações Unidas (2015, p. 27) "13.2 - Integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planejamentos nacionais".

Concluída análise dos dados do município de Amparo com seus demais comparativos, em especial os municípios presentes no Circuito das Águas Paulista, algumas características gerais foram constatadas que permitem relação com possibilidades de futuras políticas públicas levando em consideração os objetivos do desenvolvimento sustentável propostos pela Nações Unidas.

Assim, Amparo (SP), é uma cidade majoritariamente urbana, apresenta uma população próxima a 70 mil pessoas, com maior parcela populacional feminina e possui comparativamente número de idosos maior ao número de jovens. A faixa etária que prevalece no município é de 25 a 29 anos.

O índice de desenvolvimento humano da cidade é considerado alto, 0,785, sendo superior à média estadual, Amparo também apresenta taxa de mortalidade infantil baixa e com base nos dados de fecundidade apresentados não é capaz de assegurar a reposição populacional. A cidade apresenta ainda grau de analfabetismo superior a média estadual e grande percentual populacional na faixa etária de 15 a 24 anos em situação vulnerável, se comparados a todos desta faixa etária.

Levando em conta o grau de ensino dos moradores da cidade, percebeu-se que a parcela populacional vulnerável a pobreza não representa a maioria dos indivíduos sem ensino fundamental completo no município. A cidade conta ainda com aproximadamente ¼ de sua população trabalhando em empregos informais na economia. Os setores que mais se destacam dentro da cidade são o setor industrial e de serviços. Amparo apresenta segunda maior contribuição ao PIB Estadual se comparada as demais cidades do Circuito das Águas, mas, no entanto, apresenta elevado grau de desigualdade de renda, através do indicador Índice de Gini. Questões acerca do meio ambiente apresentam possiblidades de melhora.

Uma vez definidos o conceito de desenvolvimento econômico, e demonstrado que este vai muito além do cálculo do PIB e apresenta questões de bem-estar humano e qualidade de vida em seu cálculo, pode-se realizar uma comparação sobre como os ODS podem ajudar no desenvolvimento e diminuição de desigualdades da cidade.

Através do conceito de não deixar ninguém para trás, os ODS podem participar em políticas públicas de erradicação da pobreza, removendo assim a população de extremamente pobres, pobres e vulneráveis a pobreza destas condições e permitindo através de questões de saúde e bem-estar, educação, trabalho descente e crescimento econômico novas possiblidades a estes moradores. Todos estes objetivos foram definidos e constam nos ODS. Visto que a maioria da população é feminina, questões sobre igualdade de gênero devem ser abordadas. Um dos indicadores apresentados demonstrou alto nível de população ativa em empregos informais, são necessárias políticas para inserção desta população no mercado formal, permitindo assim garantias e segurança a estes trabalhadores.

A respeito do meio ambiente, questões como água potável a saneamento, energia limpa e acessível são fatores essenciais para desenvolvimento e melhoria de qualidade de vida da população.

Um planejamento acerca dos atendimentos dos ODS pode gerar desenvolvimento maior no longo prazo, através de uma sociedade mais justa e participativa em questões ambientais, sociais, econômicas e políticas visto que conforme definido pela ONU a Agenda 2030 considera as mais variadas realidades nacionais e capacidade de desenvolvimento em sua análise.

Para tal, o Estado apresenta papel fundamental na implementação de políticas de desenvolvimento sustentável que visem este objetivo, seja a nível nacional, estadual ou municipal. Amparo (SP) apresenta alguns bons indicadores a respeito de qualidade de vida, no entanto há sempre como fazer mais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo visou apresentar o município de Amparo, e possui como foco principal destacar o desenvolvimento da cidade na última década. Amparo é uma das nove cidades presentes no Circuito das Águas Paulista. Consórcio que tem sua formação datada ao ano de 2004, com a união inicial de oito cidades que possuíam como objetivo estimular o turismo na região. Holambra é o município mais recente a se juntar ao Circuito das Águas Paulista, no ano de 2013. Assim, o Circuito das Águas Paulista oferece diferentes tipos de turismo, sendo estes, cultural, financeiro, de saúde, rural e de aventura.

De modo a apresentar a cidade, primeiramente se apresentou a história do Circuito das Águas Paulista bem como uma introdução ao nascimento das cidades que lhe fazem parte, muito relacionadas ao período de exploração dos bandeirantes em busca de ouro que passavam pela região.

Um grande período de expansão se deu na época cafeeira do Brasil, no qual as cidades tomaram proporções nacionais em produção de grãos de café. Muito do sucesso e desenvolvimento adquiridos no período diz respeito ao nascimento da Companhia Mogiana de Estradas Ferro que instaurou uma rota de escoamento do café.

Dentro do Circuito das Águas Paulista, cada município apresenta diferentes maneiras de administração e características individuais. Jaguariúna e Amparo apresentam variada esfera produtiva, composta por infraestruturas científicas, tecnológicas e educacionais.

A respeito de Amparo antes de analisar como o município se encontra em momentos atuais é necessário entender sua formação, assim, Amparo é a primeira cidade formada do Circuito das Águas Paulista, ela apresentou seu auge durante o período cafeeiro e com a crise do café, a cidade apresentou baixo nível de desenvolvimento nas décadas de 1930 e 1940. Atualmente a região apresenta destaque ao setor industrial, conta com uma faculdade e um centro do Senai e mesmo possuindo por destaque o turismo de negócios conta com diversos pontos turísticos históricos.

A importância deste estudo está no desenvolvimento histórico dos municípios até os dias atuais, avaliando o desenvolvimento dos municípios presentes no Circuito das Águas e as características das cidades. O estudo é especial a mim, pois o foco do trabalho é meu município de nascimento, assim, aprendi mais sobre minha cidade natal e onde habito atualmente.

Para avaliar o desenvolvimento da cidade de Amparo na última década foram utilizados fatos históricos e dados públicos, buscando sempre que possível a comparação com os demais municípios do Circuito das Águas Paulista e com o Estado de São Paulo nos períodos

disponíveis, utilizando por metodologia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos pelas Nações Unidas.

Através da Agenda 2030, proposta pelas Nações Unidas, os objetivos do desenvolvimento sustentável são metas propostas para os países buscarem até o ano de 2030. Abordam diferentes metodologias com enfoques sociais, econômicos, ambientais e igualitários. Neste sentido, a metodologia aplicada para avaliação de dados do município de Amparo possuiu por base os ODS. Para análise de indicadores previamente foi necessário apresentar o conceito de desenvolvimento econômico e como este se difere de crescimento econômico. Também foi trabalhado abordagens sobre o tema desenvolvimento sustentável pelas Nações Unidas, através da Conferência de Estocolmo em 1972, Rio 92 com a Agenda do Milênio que fora utilizada como base na elaboração da Agenda de 2030, os ODS. Com base na metodologia então indicadores como o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal foram apresentados e análises foram feitas sobre os municípios. Buscou-se relacionar os ODS 1, 3, 4, 5, 8, 10 e 13 dentre os 17 apresentados pela ONU. Assim, questões de igualdade e busca por uma sociedade onde a pobreza não mais exista foram abordadas, bem como questões de saúde e bem-estar através da busca por uma vida saudável, questões educacionais como a promoção da possibilidade de aprendizagem ao longo da vida, questões de igualdade de gênero, questões de crescimento econômico sustentável bem como uma tentativa de abordar questões ambientais na sociedade.

Outros indicadores apresentados dizem respeito a questões populacionais e demográficas, educacionais, empregatícias, econômicas e ambientais. Foram utilizados dados retirados de variados portais públicos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Fundação SEADE e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Estes dados permitiram avaliar condições de desenvolvimento nas cidades bem como quais se destacam se comparadas as outras. Os dados utilizados neste estudo são os mais recentes apresentados a nível municipal, os dados seriam atualizados no Censo Demográfico do Brasil para o ano de 2020 no entanto devido a pandemia do corona vírus o estudo foi adiado, assim, o retrato apresentado no estudo pode não refletir a atual situação da cidade.

De modo a avaliar o desenvolvimento da cidade de Amparo na última década é preciso considerar os dados disponíveis, neste quesito, a cidade de Amparo é uma cidade urbana, que apresenta a maior população dentre as cidades do Circuito das Águas Paulista, no qual a população idosa supera a população jovem, composta por maioria feminina e faixa etária predominante de 25 a 29 anos.

Com base no IDHM, o município apresenta segundo maior índice entre as cidades do Circuito das Águas, com seu maior indicador sendo IDHM Longevidade, estando assim no ranking municipal entre as 50 melhores cidades do Estado de São Paulo.

A expectativa de vida da população é de 77 anos, e a cidade conta com baixa taxa de mortalidade infantil, 6,03 por mil nascidos vivos, e com base em dados do Censo Demográfico do Brasil para o ano de 2010, Amparo é a segunda cidade com menor mortalidade de crianças com até 5 anos de idade. Conta também com a quarta maior taxa de natalidade do Circuito das Águas Paulista, 12,02 por mil habitantes e com base em dados da taxa de fecundidade, a cidade apresenta valores insuficientes para assegurar reposição populacional.

Ao levar em conta o percentual da população de 15 a 24 anos de pessoas vulneráveis em relação a população desta mesma idade nota-se que metade da população desta idade apresentam situação de vulnerabilidade social. Ao abordar a população vulnerável a pobreza, a cidade de Amparo apresenta taxas menores que o Estado de São Paulo, no entanto, estas incidências são representativas ao se levar em conta as vidas futuras da população residente do município.

Em quesitos educacionais a cidade pode elaborar projetos que permitam mais desenvolvimento da população futura, pois com base nos dados disponíveis as taxas de analfabetismo da cidade de Amparo são superiores as taxas de analfabetismo do Estado de São Paulo, contando com 17,3% de população domiciliar em que ninguém possui ensino fundamental completo e com 9,8% de mães chefes de família que não possuem ensino fundamental completo em comparativo as demais mães de família.

Um dado que chama atenção diz respeito ao fato de nem todo problema de escolaridade estar associado a pobreza, pois as taxas de domicílios vulneráveis a pobreza em que ninguém possui ensino fundamental completo são baixas.

Os empregos formais da cidade, mesmo que não representem fielmente o comportamento de vínculos empregatícios da população, permitem análise parcial dos empregos na cidade, assim, notou-se que o município apresenta a segunda maior taxa de empregos formais dentre as cidades do Circuito das Águas Paulista, onde 49% da população empregada possui ensino médio completo. A respeito de empregos informais da economia, notou-se que 25,2% da população está associada a este tipo de vínculo empregatício. Com isto, parte da parcela populacional que não possui ensino fundamental completo participa dos empregos informais desta economia.

Levando em conta questões de desigualdade, o município de Amparo é mais igualitário que a média do Estado de São Paulo, no entanto é o segundo município mais desigual na região do Circuito das Águas Paulista, possuindo valor de 0,5 com base no Índice de Gini. O percentual

de renda apropriada pelos 20% mais ricos da população equivale a 55,5% da renda total, enquanto os 20% mais pobres apresentam renda apropriada de 4,76% no período.

O perfil da cidade de Amparo demonstrou que o setor de indústrias é o que mais prevalece na cidade, sendo seguido próximo pelo setor de serviços, e para o ano de 2017, Amparo apresentou a segunda maior contribuição para o PIB Estadual, em comparativo com as demais cidades do Circuito das Águas Paulista.

Levando em conta os ODS, questões ambientais são trazidas a pauta, neste quesito o município de Amparo apresenta alto nível de coleta de lixo e pode vir a melhorar em questões de abastecimento de água e atendimento de esgoto sanitário. O percentual de domicílios com banheiro e água encanada é superior a 95% para o ano de 2010.

A cidade também conta com projetos que atendem a melhoria de coleta de lixo e projetos ambientais em vigor e em votação.

Por fim, com base na metodologia dos ODS tentou-se realizar recomendações aos gestores sobre potenciais futuros de desenvolvimento levando em conta limitações do município relacionando estes com as metas para o ano de 2030 presentes nos ODS.

Com base na metodologia aplicada neste trabalho nota-se que o município de Amparo possui muito a melhorar, especialmente em questões educacionais da população. Atendimentos de questões ambientais também podem ser trabalhados em pauta junto a melhorias e projetos sociais para ajudar a população vulnerável, população pobre e população extremamente pobre do município. A análise de desenvolvimento da cidade na última década demonstrou o potencial que a mesma apresenta, isto pode ser percebido através do indicador IDHM, onde a cidade ocupou a quinquagésima posição do ranking dos municípios do Estado de São Paulo. Porém há sempre mais a ser feito para melhoria de vida e bem-estar da população residente.

Notou-se que a cidade de Amparo possuí um setor industrial muito forte, seguido pelo setor de serviços em sua economia e o enfoque turístico que se constatou na cidade foi assim o turismo de negócios.

Uma das principais dificuldades encontradas na análise ocorreu devido ao fato de muitos dados de caráter social encontrados diziam respeito ao ano de 2010. Desta forma, o retrato da cidade realizado neste trabalho, pode não refletir as condições atuais da cidade, no entanto, os dados apresentados são os mais atuais encontrados para o período a nível municipal.

Assim, este trabalho apresenta como maior contribuição um panorama geral sobre a qualidade de vida e bem-estar da população residente nos municípios presentes no Circuito das Águas Paulista. Conceitos históricos, tipos de turismo e projetos sociais são parte importante das cidades. Este trabalho conseguiu apresentar estas informações e demonstrar a quem nunca conheceu a região, algumas de suas características regionais, culturais e habitacionais. Além

disso, demonstra que mesmo a cidade desfrutando de relativa qualidade de vida medida pelo IDH, parcela importante da população está excluída deste contexto, em especial, os jovens que estão fora da escola e do mercado de trabalho, bem como, as jovens mães chefes de família, o que mostra as fragilidades sociais do município e indica a importância de políticas públicas para inclusão da população vulnerável à pobreza. Ou seja, o município de Amparo mesmo apresentando IDHM alto e bons índices de saúde, a nível Brasil, e indicadores ambientais apresenta fragilidades em níveis educacionais, como 17,3% de domicílios em que ninguém possui ensino fundamental completo, 25,2% de pessoas maiores de idade sem ensino fundamental em ocupação informal e altos níveis de desigualdade, que proporcionam a Amparo a segunda cidade mais desigual dentro das que compõem o Circuito das Águas Paulista.

6 REFERÊNCIAS

ABREU, H. G. C. de; RODRIGUES, C.A. G.; CRISCUOLO, C.; GARÇON, E. A. M.; MIRANDA, J. R. **Circuito das Águas Paulista: Vegetação Natural e conservação das nascentes**. 13° Congresso Interistitucional de Iniciação Científica – CIIC 2019. Campinas, 30 jul. 2019.

ALVES, J. A. B.; KNOREK, R. **O desenvolvimento regional sob a ótica da sustentabilidade: uma reflexão sobre a economia e o meio ambiente**. Ágora: R. Divulg. Cient.; ISSN 2237-9010, Mafra, v. 17, n. 2, 2010.

AMPARO (SP), Prefeitura. Conheça Amparo, as duas origens: as duas fundações de Amparo. jul. 2011. Disponível em: <https://www.amparo.sp.gov.br/turismo/as-origens-as-duas-fundacoes-de-amparo> Acesso em: 10 abr. 2020.

AMPARO (SP), Prefeitura Mineral de; AMPARO, Conselho Municipal de Turismo; Usina do Conhecimento. **Plano Diretor Municipal de Turismo Amparo/SP**. Amparo, abr. 2018.

BALDASSO, Heloísa. Entrevista concedida via email a Guilherme Guarizo Fonseca. Amparo, 29 jun. 2020. [A entrevista encontra-se presente no Anexo 2 desta monografia]

BANTIM, N. R.; FRATUCCI, A. C. **Programa de Regionalização do turismo: reflexões a partir do processo no Circuito das Águas Paulista**. Anais do Seminário da ANPTUR, 2016.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. **Investimentos em educação e desenvolvimento econômico**. Instituto Brasileiro de Pesquisa Aplicada. Rio de Janeiro, nov. 1997.

BRASIL, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **São Paulo**. 2013. Disponível em: < http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/sao-paulo> Acesso em: 29 jun. 2020.

BRASIL, ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. Desenvolvimento Humano. 2013. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/desenvolvimento_humano/> Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL, Exército, Comando Militar Sudeste. Histórico cidade de Amparo. 08 mar. 2018. Disponível em: <http://www.2rm.eb.mil.br/2rm/index.php/ultimas-noticias/2-uncategorised/120-historico-cidade-de-amparo> Acesso em: 21 jun. 2020.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Saúde: Orientações Básicas**. 1ª Edição. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Negócios & Eventos: Orientações Básicas**. 2ª Edição. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo de Aventura: Orientações Básicas**. 3ª Edição. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. 2ª Edição. Brasília, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. 3ª Edição. Brasília, 2010.
BRASIL, Ministério da Saúde. **Mortalidade Infantil e na infância**. Disponível em: https://www.saude.gov.br/images/pdf/2018/setembro/13/Oficina-mortalidade-materna-e-infantil-CIT-MESA-Ana-Nogales.pdf> Acesso em: 20 jul. 2020.

BRASIL, Senado Federal. Conferência Rio-92 sobre o meio ambiente do planeta: desenvolvimento sustentável dos países. Disponível em: <https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/rio20/a-rio20/conferencia-rio-92-sobre-o-meio-ambiente-do-planeta-desenvolvimento-sustentavel-dos-paises.aspx> Acesso em: 15 jun. 2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O conceito histórico de desenvolvimento econômico**. Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2 mar. 2006.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Crescimento e Desenvolvimento Econômico. Faculdade Getúlio Vargas (FGV), jun. 2008.

BRÜSEKE, F. J. O Problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade saudável**. Recife, out. 1995. p. 15 – 21.

CENTRO UNIVERSITÁRIO AMPARENSE (UNIFIA). Histórico Institucional. Disponível em: <http://portal.unisepe.com.br/unifia/a-instituicao/> Acesso em: 19 jun. 2020.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. Amparo – SP. Disponível em: <https://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/amparo/a-cidade> Acesso em: 03 fev. 2020.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. Conheça o Circuito das Águas Paulista. Disponível em: <https://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/aguas-de-lindoia/a-cidade> Acesso em: 04 abr. 2020.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. História de Serra Negra. Disponível em: <https://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/serra-negra/a-cidade > Acesso em: 06 abr. 2020.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. **O consórcio intermunicipal para o desenvolvimento do polo turístico do Circuito das Águas Paulista**. 2013. Disponível em: <https://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/images/historico.pdf> Acesso em: 15 maio 2020.

CIRCUITO DAS ÁGUAS PAULISTA. Circuito das Águas Paulista – Um Destino Apaixonante. Disponível em: <https://www.circuitodasaguaspaulista.sp.gov.br/#o-circuito> Acesso em: 20 jun. 2020.
COPABIANCO, J. P. **O que podemos esperar da Rio 92?**. São Paulo em Perspectiva, jan./jun., 1992, p. 13 – 17.

D`ALESSANDRO, R. J. **O processo de coordenação do território de Jaguariúna [SP] a partir da conformação do espaço produtivo nas bacias dos rios Jaguari e Camanducaia.** Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas, 2012.

ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Ciclo de Gestão do Investimento Público**. Brasília, 2015.

FUINI, L. L. **Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do 'Circuito das Águas Paulista' e do 'Circuito das Malhas do Sul de Minas Gerais'**. Rio Claro – SP, 2010.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Histórico da Formação do Município de Amparo. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_01905.htm> Acesso em: 19 jun. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Histórico da Formação do Município de Águas de Lindóia. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_00501.htm> Acesso em: 19 jun. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Histórico da Formação do Município de Pedreira. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_37107.htm> . Acesso em: 19 jun. 2020.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS (SEADE). Histórico da Formação do Município de Serra Negra. Disponível em: < http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?arq_htm=historico/hist_51603.htm> Acesso em: 19 jun. 2020.

FURTADO, C. **Formação de capital e desenvolvimento econômico**. Revista Brasileira de Economia, dez. 1951.

FREGUGLIA, R. da S.; PROCÓPIO, T. S. **Efeitos da mudança de emprego na migração interestadual sobre salários no Brasil formal: evidências a partir de dados em painel**. Pesquisa e planejamento econômico, v. 43, n. 2, ago. 2013.

GALLO, J. R. R.; PESSANHA, G. R. G. **Qualidade dos Investimentos Públicos: Uma análise empírica do índice de desenvolvimento humano para municípios de Minas Gerais**. Encontro Nacional de Ensino e Pesquisa de Campo de Públicas. 2016.

GALLO, E.; SETTI, A. F. F. **Território, intersetorialidade e escalas: requisitos para a efetividade dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. Ciênc. Saúde coletiva [online]. 2014, vol. 19, n. 11, p. 4383 – 4396.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Águas de Lindóia – História & Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/aguas-de-lindoia/historico> Acesso em 02 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Amparo – História & Fotos. 2011. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/amparo/historico> Acesso em: 03 fev. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Holambra – História & Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/holambra/historico> Acesso em: 01 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Jaguariúna – História & Fotos. 2016. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/jaguariuna/historico> Acesso em: 01 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Lindóia – História & Fotos. IBGE. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/lindoia/historico> Acesso em: 02 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Monte Alegre do Sul - História & Fotos. 2017. Disponível em: < https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/monte-alegre-do-sul/historico> Acesso em: 02 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Serra Negra – História & Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/serra-negra/historico> Acesso em: 02 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Socorro – História & Fotos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/socorro/historico> Acesso em: 01 abr. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍTISCA (IBGE). **Tábua completa de mortalidade para o Brasil – 2018: Breve análise da evolução da mortalidade no Brasil**. Rio de Janeiro, 2019.

JANNUZZI, P. de M. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública**. 3 ed. rev. atual – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/ UFSC. Brasília, UAB, 2014.

KON, A. **Economia de Serviços: teoria e evolução no Brasil**. Editora Campus, Rio de Janeiro, 2004.

LIMA, S. F. de. **INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE APLICABILIDADE E LIMITES**. Cadernos da Escola de Negócios. vol. 4 n. 4 jan./dez. 2006 p. 14 – 27.

MENKES, M. **EFICIENCIA ENERGÉTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E SUSTENTABILIDADE**. Tese de Doutorado – Brasília, DF: Março de 2004.

MONTE ALEGRE DO SUL (SP), Prefeitura Municipal da Estância. História. Disponível em: <https://www.montealegredosul.sp.gov.br/a-cidade/historia> Acesso em: 20 jun. 2020.

NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 13 out. 2015. Disponível em: < https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em: 10 jun. 2020.

OLIVEIRA, G. B. de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, Curitiba, v. 5 n. 2, p. 37 – 48, maio/ago. 2002.

PORDATA. Índice de Gini (%). Disponível em: < https://www.pordata.pt/Europa/%C3%8Dndice+de+Gini+(percentagem)-1541> Acesso em: 12 ago. 2020.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). O que é IDH? Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idh.html> Acesso em: 24 jun. 2020.

RODRIGUES, A. P.; VIEIRA, I.; MARQUES, C. P.; TEIXEIRA, M. S. **Apoio da comunidade residente ao desenvolvimento turístico sustentável: um modelo de equações estruturais aplicado a uma cidade no Norte de Portugal**. Tourism & Management Studies, 10 fev. 2014, p. 17-25.

ROTA DAS ÁGUAS. Mapa-Circuito-das-aguas-paulista-sp-rota-das-águas. 6 dez. 2016. Disponível em: <http://www.rotadasaguas.com.br/circuito-das-aguas-paulista/mapa-circuito-das-aguas-paulistas-sp-rota-das-aguas-2/> Acesso em: 14 jul. 2020.

SALDIVA, P. H. N.; VERAS, M. **Gastos Públicos com Saúde: breve histórico, situação atual e perspectivas futuras**. Estudos Avançados, vol. 32, p. 47 – 61. 2018.

SÃO PAULO, DEPARTAMENTO DE APOIO AOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS. Municípios Turísticos (Estâncias). 2017. Disponível em: < https://www.turismo.sp.gov.br/publico/noticia.php?codigo=1240> Acesso em: 19 jun. 2020.

SÃO PAULO, Governo do Estado; FAPESP; SEADE. **1º Relatório de acompanhamento dos objetivos de desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo ODS SP NO PPA 2016-2019**. São Paulo, 2019.

SOUZA, D. A. de. **Identidade Regional na configuração do cluster turístico do Circuito das Águas Paulista**. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Caetano do Sul, 2014.

SOUZA, N. R. B. de. **As políticas públicas no processo de formação e gestão do circuito das águas paulista**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 18 nov. 2010.

SOUZA, J. P. **A mortalidade materna e os novos objetivos de desenvolvimento sustentável (2016-2030)**. Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo – USP. Ribeirão Preto, out. 2015.

SPAGIARI, A. Prefeitura Municipal de Pedreira (SP). Nossa História. Disponível em: <https://www.pedreira.sp.gov.br/paginas/portal/paginaInterna?id=71> Acesso em: 20 jun. 2020.

SPEROTTO, F. Q. Externalidades, ganhos de escala e escopo. CONCEIÇÃO, C. S.; FEIX, R. D. (Org.) **Elementos Conceituais e referencias teóricas para o estudo de aglomerações produtivas locais**. Porto Alegre: FEE, 2014 p. 32 – 44.

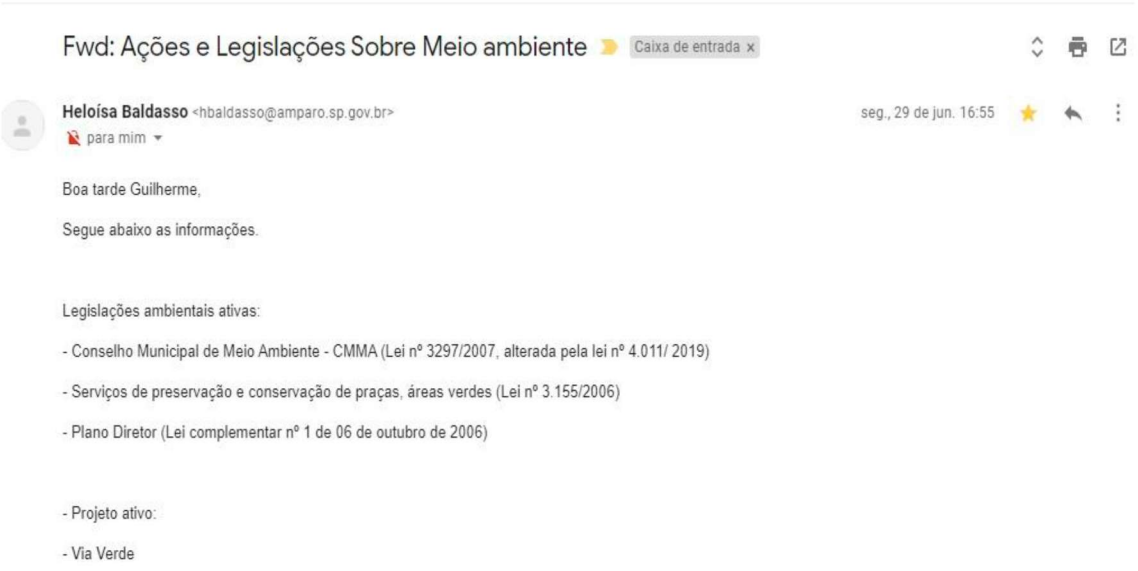
TAVARES, J. M.; VIEIRA JUNIOR, J. A.; QUEIROZ, S. F. **Circuitos Turísticos de Minas Gerais: uma análise a partir de geoprocessamento**. Turismo em Análise, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 25 – 47, 01 abr. 2010.

UNITED NATIONS. **Report of the United Nations Conference on the human environment**. Stockholm, jun. 1972.

APÊNDICE 1 – ENTREVISTA COM HELOÍSA BALDASSO

Entrevista concedia via e-mail a respeito de legislações e projetos em atividade presentes no município de Amparo (SP) nos dias 29 e 30 de junho de 2020.

FIGURA 2- ENTREVISTA E-MAIL: AÇÕES E LEGISLAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE - AMPARO (SP)



Fwd: Ações e Legislações Sobre Meio ambiente Caixa de entrada x

Heloísa Baldasso <hbaldasso@amparo.sp.gov.br> seg., 29 de jun. 16:55

para mim

Boa tarde Guilherme,

Segue abaixo as informações.

Legislações ambientais ativas:

- Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA (Lei nº 3297/2007, alterada pela lei nº 4.011/ 2019)

- Serviços de preservação e conservação de praças, áreas verdes (Lei nº 3.155/2006)

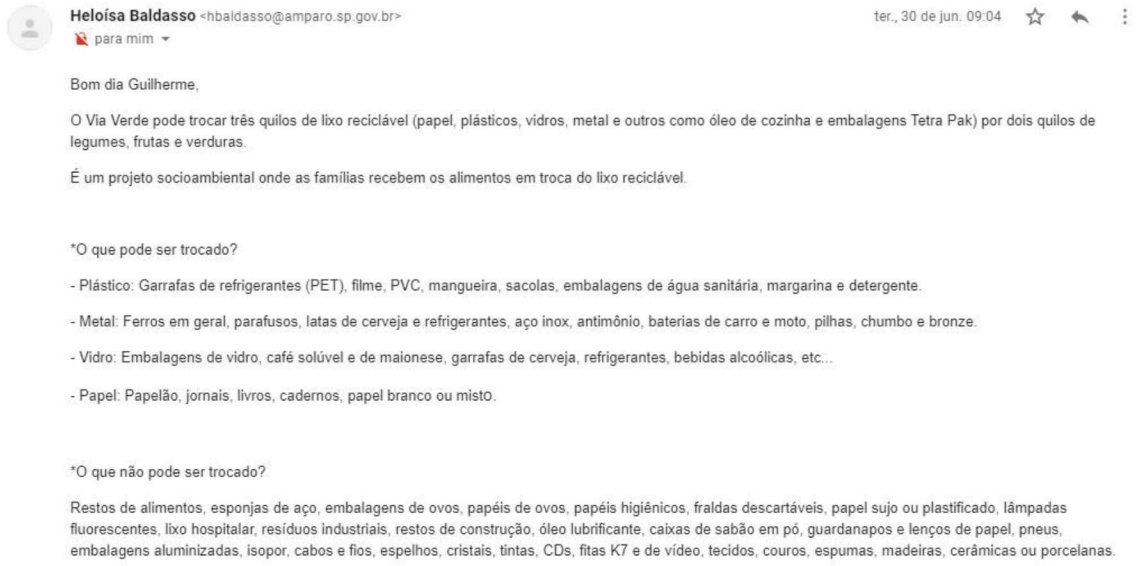
- Plano Diretor (Lei complementar nº 1 de 06 de outubro de 2006)

- Projeto ativo:

- Via Verde

Fonte: Entrevista concedida via e-mail ao autor no dia 29 de junho de 2020.

FIGURA 3- ENTREVISTA E-MAIL: AÇÕES E LEGISLAÇÕES SOBRE MEIO AMBIENTE - AMPARO (SP)



Heloísa Baldasso <hbaldasso@amparo.sp.gov.br> ter., 30 de jun. 09:04

para mim

Bom dia Guilherme,

O Via Verde pode trocar três quilos de lixo reciclável (papel, plásticos, vidros, metal e outros como óleo de cozinha e embalagens Tetra Pak) por dois quilos de legumes, frutas e verduras.

É um projeto socioambiental onde as famílias recebem os alimentos em troca do lixo reciclável.

*O que pode ser trocado?

- Plástico: Garrafas de refrigerantes (PET), filme, PVC, mangueira, sacolas, embalagens de água sanitária, margarina e detergente.

- Metal: Ferros em geral, parafusos, latas de cerveja e refrigerantes, aço inox, antimônio, baterias de carro e moto, pilhas, chumbo e bronze.

- Vidro: Embalagens de vidro, café solúvel e de maionese, garrafas de cerveja, refrigerantes, bebidas alcoólicas, etc...

- Papel: Papelão, jornais, livros, cadernos, papel branco ou misto.

*O que não pode ser trocado?

Restos de alimentos, esponjas de aço, embalagens de ovos, papéis de ovos, papéis higiênicos, fraldas descartáveis, papel sujo ou plastificado, lâmpadas fluorescentes, lixo hospitalar, resíduos industriais, restos de construção, óleo lubrificante, caixas de sabão em pó, guardanapos e lenços de papel, pneus, embalagens aluminizadas, isopor, cabos e fios, espelhos, cristais, tintas, CDs, fitas K7 e de vídeo, tecidos, couros, espumas, madeiras, cerâmicas ou porcelanas.

Fonte: Entrevista concedida via e-mail ao autor no dia 30 de junho de 2020.

ANEXO 1 – METODOLOGIAS DE INDICADORES UTILIZADOS

O Quadro 2 apresenta a definição e metodologia utilizada do Indicador IDHM. Sua aplicabilidade pode ser encontrada nas Tabelas 2 a 5 e no Gráfico 1.

QUADRO 2 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)
1 - Conceituação O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma adaptação do IDH e leva em conta três aspectos do desenvolvimento humano: vida longa e saudável, acesso a conhecimento e padrão de vida, educação e renda.
2 - Interpretação O IDHM é um indicador que varia entre zero e um. Quanto mais próximo a um, maior o desenvolvimento humano de um município, quanto mais próximo a zero, pior o desenvolvimento humano de um município.
3 - Usos É utilizado como uma medida geral do desenvolvimento humano de um município, pretende ampliar a perspectiva de desenvolvimento humano. Através do Ranking dos Municípios as prefeituras podem começar a desenvolver planos de desenvolvimento que melhorem a qualidade de vida da população, as deixando próximas aos melhores municípios do Estado.
4 - Limitações O IDHM não apresenta todos os aspectos do desenvolvimento e não leva em conta indicadores de felicidade da população. Democracia, equidade e sustentabilidade também são aspectos não abordados pelo IDH
5 - Fonte Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE).
6 - Método de Cálculo O índice é medido pela expectativa de vida, pelo fluxo escolar da população jovem e pela renda mensal *per capita*. O cálculo é realizado através de média geométrica, com pesos iguais dos componentes.

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Fundação João Pinheiro (FJP), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o Quadro 3, que representa a definição de população residente bem como a metodologia utilizada na mesma. Sua aplicabilidade pode ser encontrada na Tabela 1.

QUADRO 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE

População Residente
1 - Conceituação População enumerada em seu local de residência habitual.
2 - Interpretação O IBGE divulga as estimativas de população estaduais e municipais desde 1975. Apresenta dados populacionais dos territórios nacionais em específico período de tempo.
3 - Usos As projeções e estimativas populacionais têm fundamental importância para o cálculo de indicadores sociodemográficos nos períodos intercensitários, bem como alimentam as bases de informações de Ministérios e Secretarias Estaduais e Municipais da área social para a implementação de políticas públicas e posterior avaliação de seus respectivos programas.
4 - Limitações O método das Componentes Demográficas utilizado pelo IBGE na construção da Projeção de População e o método matemático de tendência do crescimento utilizado no cálculo das estimativas municipais de população são por construção, determinísticos, não sendo possível o cálculo de margem de erro das populações.
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação SEADE.

Abaixo o Quadro 4 apresenta o indicador e sua metodologia para definição de População Urbana e Rural da Região/Grau de Urbanização. Sua aplicabilidade pode ser encontrada no Gráfico 4.

QUADRO 4 - POPULAÇÃO URBANA E RURAL DA REGIÃO/GRAU DE URBANIZAÇÃO

(continua)

População Urbana e Rural da Região / Grau de Urbanização
1 - Conceituação

(continuação)

População urbana são os indivíduos de uma região que moram em áreas urbanas. A População rural se dá pela parte da população que moram em áreas rurais. Grau de urbanização se refere ao percentual da população urbana em relação à população total.
2 - Interpretação
Indica a proporção da população total que reside em áreas urbanas, segundo a divisão político-administrativa estabelecida no nível municipal.
3 - Usos
Permite uma análise da evolução da urbanização no tempo. Também demonstra se um município possui maior parte da população rural ou urbana.
4 - Limitações
Variações na aplicação dos critérios de classificação da situação do domicílio. Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
5 - Fonte
Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Fundação SEADE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
6 - Método de Cálculo
Grau de Urbanização se dá pela divisão da população urbana/população total x 100

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Fundação SEADE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O quadro é de elaboração do autor.

O Quadro 5, apresentado abaixo contém a metodologia utilizada no indicador Densidade Demográfica (habitantes/km²). Sua aplicabilidade pode ser encontrada na Tabela 1.

QUADRO 5 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA

(continua)

Densidade Demográfica
1 - Conceituação
Número de habitantes residentes de uma unidade geográfica em determinado momento, em relação à área dessa mesma unidade.
2 - Interpretação

(continuação)

As categorias são expressas comumente pelo número de habitantes por quilômetro quadrado e é adotada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.
3 - Usos Demonstra o número de habitantes por quilometragem de uma região.
4 - Limitações Essa metodologia não se apresenta de forma homogênea nas zonas urbanas e nas zonas rurais.
5 - Fonte Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação SEADE.

Fonte: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação SEADE. O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo o Quadro 6 apresenta a metodologia utilizada no indicador Razão de Sexos. Sua aplicabilidade pode ser encontrada nos Gráficos 2 e 3.

QUADRO 6 - RAZÃO DE SEXOS

(continua)

Razão de Sexos
1 - Conceituação Número de homens para cada 100 mulheres na população de uma região em um certo período de tempo.
2 - Interpretação Expressa a relação quantitativa entre os sexos. Uma razão igual a 100 indica número igual de homens e mulheres na população de uma região em um certo período de tempo. Acima de 100, predominância masculina na população, abaixo de 100 indica predominância feminina na população.
3 - Usos Permite comparação entre a quantidade de homens e mulheres em cada região. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, segurança e emprego.
4 - Limitações Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador, relacionadas à coleta de dados demográficos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
5 - Fonte

(continuação)

Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE).
6 - Método de Cálculo (Número de residentes do sexo masculino/Número de residentes do sexo feminino) x 100

Fonte: Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o índice de envelhecimento bem como a metodologia utilizada no mesmo. Sua aplicabilidade pode ser encontrada na Tabela 7.

QUADRO 7 - ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Índice de Envelhecimento
1 - Conceituação Proporção de pessoas de 60 anos ou mais por 100 pessoas de 0 a 14 anos.
2 - Interpretação Este índice demonstra a proporção de idosos em relação a indivíduos de 0 a 14 anos em um período de tempo.
3 - Usos Acompanhar o ritmo de envelhecimento da população, comparativamente entre áreas geográficas e sociais. Contribuir para avaliações de tendências demográficas. Ajudar na formulação de políticas públicas na área de saúde e de previdência social.
4 - Limitações Imprecisões da base de dados utilizada para o cálculo do indicador relacionadas a falhas na declaração da idade nos levantamentos estatísticos ou à metodologia empregada para elaborar estimativas e projeções populacionais.
5 - Fonte Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS).
6 - Método de Cálculo Adota-se o corte etário da população idosa em 60 anos, de acordo com Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa) e 25ª Conferência Sanitária Pan-Americana da Organização Pan-Americana da Saúde - Opas. (Número de pessoas residentes de 60 e mais anos de idade/Número de pessoas residentes com menos de 15 anos de idade) x 100

Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE),

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue a metodologia apresentada ao indicador Emprego Formal.

QUADRO 8 - INDICADOR EMPREGOS FORMAIS

Empregos Formais
1 - Conceituação O número de empregos formais corresponde aos vínculos empregatícios ativos em 31 de dezembro de cada ano, de acordo com informações fornecidas pelos contratantes quando da elaboração da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Entende-se como vínculo empregatício a relação de emprego mantida com o empregador durante o ano-base e que se estabelece sempre que ocorrer trabalho remunerado com submissão hierárquica ao empregador e horário preestabelecido por este. Esta relação pode ser regida pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT ou pelo Regime Jurídico Único, no caso de empregado estatutário do serviço público.
2 - Interpretação As informações são fornecidas para cada um dos estabelecimentos empregadores, definidos, como sendo uma unidade que tenha um código específico no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro Específico do INSS - CEI.
3 - Usos Os empregos formais podem ser utilizados para demonstração da evolução do nível de emprego em uma região durante um certo período. Também influencia em indicadores de renda, saúde e educação.
4 - Limitações A limitação do indicador se dá pelo fato do portal RAIS considerar apenas parcela do mercado de trabalho brasileiro, pois exclui de sua análise trabalhadores autônomos, empresários sem vínculo formal ativo e mão de obra sem registro em carteira de trabalho.
5 - Fonte Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fundação SEADE, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).
6 - Método de Cálculo As informações são fornecidas pelos contratantes e os empregados possuem carteira de trabalho assinada com direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT).

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Fundação SEADE, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o indicador taxa de mortalidade infantil, sua metodologia pode ser encontrada na Tabela 7.

QUADRO 9- TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

Taxa de Mortalidade Infantil
1 - Conceituação Número de óbitos de menores de um ano de idade, em comparativo com mil nascidos vivos, em determinada região e em determinado período de tempo.
2 - Interpretação Apresenta o risco de um nascido vivo morrer antes de completar um ano de idade. As taxas podem ser classificadas em alta (50 ou mais), médias (20 a 49) e baixas (menos de 20). Estes fatores são ajustados a mudanças no perfil epidemiológico. Altas taxas de mortalidade infantil refletem, de maneira geral, baixos níveis de saúde, de desenvolvimento socioeconômico e de condições de vida. Taxas reduzidas também podem encobrir más condições de vida em segmentos sociais específicos.
3 - Usos Permite analisar variações geográficas e temporais da mortalidade infantil. Contribui na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico da população. Proporciona dados que ajudam no planejamento, gestão e avaliação de políticas e ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal, o parto e a proteção da saúde infantil.
4 - Limitações O indicador não expressa tendências de mudança nos componentes da mortalidade infantil, caracterizadas por rápido declínio das causas pós-neonatais, com conseqüente concentração de óbitos nas primeiras semanas de vida. Essas mudanças implicam a valorização dos indicadores de mortalidade neonatal e perinatal, que refletem melhor a atenção pré-natal, ao parto e ao recém-nato. O uso alternativo de estimativas demográficas da mortalidade infantil está sujeito a imprecisões inerentes às técnicas utilizadas, que se fundamentam em pressupostos de difícil verificação em condições reais, e têm maior restrição de uso aplicado a pequenas populações. As estimativas podem não refletir, ainda, o padrão demográfico atual, por estarem calcadas em tendências passadas.
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Ministério da Saúde/CENEPI.
6 - Método de Cálculo (Número de óbitos residentes com menos de um ano de idade/Número total de nascidos vivos de mães residentes) x 1000

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Ministério da Saúde/CENEPI. O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o indicador taxa de natalidade, bem como sua metodologia que pode ser encontrada aplicada na Tabela 7.

QUADRO 10 - TAXA DE NATALIDADE

Taxa de Natalidade
1 - Conceituação Número de nascidos vivos, por mil habitantes, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
2 - Interpretação Apresenta a frequência anual de nascidos vivos. Taxas elevadas estão geralmente associadas a baixas condições socioeconômicas e culturais de população.
3 - Usos Analisar variações geográficas e temporais da natalidade. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas relativas à atenção materno-infantil.
4 - Limitações O uso de dados derivados de sistemas de registro contínuo está condicionado a correções da subenumeração de nascidos vivos, que é frequente em áreas menos desenvolvidas. Estimativas para um dado ano estão sujeitas a correções derivadas de novas informações demográficas.
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Ministério da Saúde/CENEPI e Fundação SEADE.
6 - Método de Cálculo (Número total de nascidos vivos de residentes/população total residente)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Ministério da Saúde/CENEPI e Fundação SEADE. O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o indicador taxa de fecundidade, bem como sua metodologia, que pode ser encontrada aplicada na Tabela 7.

QUADRO 11 - TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL

(continua)

Taxa de Fecundidade Total
1 - Conceituação
Número médio de filhos nascidos vivos, tidos por uma mulher ao final do seu período reprodutivo, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
2 - Interpretação
Junto com a migração, esse indicador é o principal determinante da dinâmica demográfica, não sendo afetado pela estrutura etária da população. Expressa a situação reprodutiva de uma mulher pertencente a uma coorte hipotética, sujeita às taxas específicas de fecundidade por idade, observadas na população em estudo, supondo-se a ausência de mortalidade nessa coorte. Taxas com valor inferior a 2,1 sugerem fecundidade insuficiente para assegurar a reposição populacional. O decréscimo da taxa pode estar associado a vários fatores, tais como: urbanização crescente, redução da mortalidade infantil, melhoria do nível educacional, ampliação do uso de métodos contraceptivos, maior participação da mulher na força de trabalho e instabilidade de emprego.
3 - Usos
Realizar projeções de população, levando em conta hipóteses de tendências de comportamento futuro da fecundidade. Também pode ser utilizada no planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas nas áreas de saúde, educação, trabalho e previdência social, com projeções demográficas que orientem o redimensionamento da oferta de serviços, entre outras aplicações.
4 - Limitações
Em função da subenumeração de dados em muitas áreas do país, o número de nascidos vivos obtido de sistemas de registro contínuo está sujeito a correções para o cálculo da taxa. O cálculo do indicador para anos intercensitários depende da disponibilidade de estimativas confiáveis do número de mulheres por faixas etárias do período reprodutivo.
5 - Fonte
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Ministério da Saúde/CENEPI, Fundação SEADE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e estatísticas do Registro Civil.
6 - Método de Cálculo

(continuação)

A taxa de fecundidade total é obtida pelo somatório das taxas específicas de fecundidade para as mulheres residentes de 15 a 49 anos de idade. As taxas específicas de fecundidade expressam o número de filhos nascidos vivos, por mulher, para cada ano de idade do período reprodutivo. O cálculo das taxas específicas de fecundidade é feito diretamente, relacionando, para cada faixa etária da população feminina, os filhos nascidos vivos. Indiretamente, as taxas específicas de fecundidade por idade são obtidas por meio de metodologias demográficas aplicadas a dados censitários e a pesquisas especiais.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Ministério da Saúde/CENEPI, Fundação SEADE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e estatísticas do Registro Civil. O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue indicador taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais, apresentada em percentual, junto a sua conceituação e metodologia.

QUADRO 12 - TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS (EM %)

Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais (em percentual)
1 - Conceituação Parcela da população a qual se considera analfabeta, em percentual a partir de uma certa idade, não sendo assim capazes de ler e escrever e os indivíduos que assim o próprio nome.
2 - Interpretação Consideram-se como analfabetas as pessoas maiores de 15 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever ou que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram. Se um indivíduo é capaz de assinar o próprio nome já fica fora da taxa, sendo considerada assim alfabetizada
3 - Usos É um dos indicadores que representam dados sobre a qualidade de ensino da população de uma região.
4 - Limitações Não apresenta os motivos pelos quais estes indivíduos não aprenderam a ler e escrever.
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo Censo Demográfico e Fundação Seade.
6 - Método de Cálculo Autodeclaração do indivíduo com base no censo demográfico brasileiro.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo Censo Demográfico e Fundação Seade. O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo, no Quadro 13, o indicador taxa de analfabetismo da população de 25 anos ou mais, em percentual.

QUADRO 13 - TAXA DE ANALFABETISMO DA POPULAÇÃO DE 25 ANOS OU MAIS (EM %)

Taxa de Analfabetismo da População de 25 anos ou mais (em %)
1 - Conceituação Parcela da população a qual se considera analfabeta, em percentual a partir de uma certa idade, não sendo assim capazes de ler e escrever e os indivíduos que assim o próprio nome.
2 - Interpretação Consideram-se como analfabetas as pessoas maiores de 25 anos que declararam não serem capazes de ler e escrever ou que aprenderam a ler e escrever, mas esqueceram. Se um indivíduo é capaz de assinar o próprio nome já fica fora da taxa, sendo considerada assim alfabetizada
3 - Usos É um dos indicadores que representam dados sobre a qualidade de ensino da população de uma região.
4 - Limitações Não apresenta os motivos pelos quais estes indivíduos não aprenderam a ler e escrever.
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo Censo Demográfico e Fundação Seade.
6 - Método de Cálculo Autodeclaração do indivíduo com base no censo demográfico brasileiro.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo Censo Demográfico e Fundação Seade. O quadro é de elaboração do autor.

O Quadro abaixo traz dados sobre a mortalidade de crianças com até 5 anos de idade.

QUADRO 14 - MORTALIDADE DE CRIANÇAS COM ATÉ 5 ANOS DE IDADE

(continua)

Mortalidade de Crianças com até 5 anos de idade
1 - Conceituação Número de óbitos de menores de cinco anos de idade, por mil nascidos vivos, na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.
2 - Interpretação

(continuação)

Estima o risco de morte dos nascidos vivos durante os cinco primeiros anos de vida. De modo geral, expressa o desenvolvimento socioeconômico e a infraestrutura ambiental precários, que condicionam a desnutrição infantil e as infecções a ela associadas. O acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde materno-infantil são também determinantes da mortalidade nesse grupo etário. É influenciada pela composição da mortalidade no primeiro ano de vida (mortalidade infantil), amplificando o impacto das causas pós-neonatais, a que estão expostas também as crianças entre 1 e 4 anos de idade. Porém, taxas reduzidas podem estar encobrindo más condições de vida em segmentos sociais específicos.
3 - Usos
Analisar variações populacionais, geográficas e temporais da mortalidade de menores de cinco anos, identificando situações de desigualdade e tendências que demandem ações e estudos específicos. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas – sobretudo na área ambiental – e de ações de saúde voltadas para a atenção pré-natal e ao parto, bem como para a proteção da saúde na infância.
4 - Limitações
Perde significado à medida que decresce a importância relativa das causas da mortalidade infantil pós-neonatal (28 a 364 dias), com a consequente redução da mortalidade no grupo etário de 1 a 4 anos de idade. Nessa perspectiva, o componente neonatal (0 a 27 dias) torna-se prioritário. Envolve, no caso das estimativas, dificuldades metodológicas e imprecisões inerentes às técnicas utilizadas, cujos pressupostos podem não se cumprir por mudanças da dinâmica demográfica. A imprecisão é maior no caso de pequenas populações.
5 - Fonte
Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc).
6 - Método de Cálculo
(Número de óbitos de residentes com menos de cinco anos de idade/Número de nascidos vivos de mães residentes) x1000

Fonte: Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil, Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (Sinasc). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o Quadro 15, que apresenta informações sobre o nível de atendimento, em percentual, de esgoto sanitário.

QUADRO 15 - ESGOTO SANITÁRIO - NÍVEL DE ATENDIMENTO

Esgoto Sanitário - Nível de Atendimento
1 - Conceituação
A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico tem por objetivo investigar as condições do saneamento básico do País junto às prefeituras municipais e empresas contratadas para a prestação desses serviços.
2 - Interpretação
Porcentagem de domicílios urbanos particulares permanentes que são atendidos por rede geral de esgoto sanitário ou pluvial.
3 - Usos
A pesquisa de cobertura nacional, permite efetuar uma avaliação da oferta e da qualidade dos serviços prestados como também analisar as condições ambientais e suas implicações diretas com a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.
4 - Limitações
Não apresenta o porquê de algumas localidades não se encontrarem sobre atendimento de esgoto sanitário.
5 - Fonte
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE).
6 - Método de Cálculo
A coleta dos dados foi elaborada pelo IBGE e aplicada através do Questionário Gestão Municipal do Saneamento Básico.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

O Quadro 16 apresenta informações sobre o índice de Gini, indicador que apresenta dados sobre razão de desigualdade de uma certa região em um período de tempo.

QUADRO 16 - ÍNDICE DE GINI

(continua)

Índice de Gini
1 - Conceituação
O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos.
2 - Interpretação
O índice varia de zero a um. O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.
3 - Usos

(continuação)

Analisar diferenciais na concentração da renda pessoal ao longo de toda a distribuição de renda. Contribuir para a análise da situação socioeconômica da população, identificando segmentos que requerem maior atenção de políticas públicas de saúde, educação e proteção social, entre outras. Subsidiar processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas de distribuição de renda.
4 - Limitações
A informação está baseada na "semana anual de referência" em que foi realizada a pesquisa, refletindo apenas a renda informada naquele período. Os dados são fornecidos espontaneamente pelo informante, que pode ser seletivo nas suas declarações. Esse índice é pouco sensível a redistribuições de renda que afetam os extremos inferiores da distribuição.
5 - Fonte
Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
6 - Método de Cálculo
O coeficiente de Gini se calcula como uma razão das áreas no diagrama da curva de Lorenz.

Fonte: Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil (DATASUS), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O quadro é de elaboração do autor.

A esperança de vida ao nascer é o indicador apresentado no Quadro 17.

QUADRO 17 - ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER

(continua)

Esperança de Vida ao Nascer
1 - Conceituação
A esperança de vida ao nascer é uma estimativa do número de anos que se pode esperar que um indivíduo viva se mantidas as mesmas condições desde seu nascimento.
2 - Interpretação
É um cálculo estimativo para saber quantos anos um indivíduo espera viver se mantidas as condições de seu nascimento.
3 - Usos
é um indicador considerado em definição de políticas públicas, cálculos previdenciários e monitoramento das condições de vida.
4 - Limitações

(continuação)

Não se utiliza a expectativa de vida para saber em qual idade um indivíduo irá morrer.
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
6 - Método de Cálculo São utilizadas informações sobre a média de idade que as pessoas faleceram no ano anterior.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O quadro é de elaboração do autor.

A pirâmide etária é o indicador representado no Quadro 18 abaixo.

QUADRO 18 - PIRÂMIDE ETÁRIA

Pirâmide Etária
1 - Conceituação Apresenta dados sobre a composição da população residente. Indica mudanças sobre o perfil demográfico de um local.
2 - Interpretação Compõe um gráfico que apresenta dados sobre a distribuição da população por idades. Apresenta divisão sobre a proporção de homens e mulheres de um local. A parte inferior apresenta informações sobre a população mais jovem enquanto a parte superior se refere aos mais velhos.
3 - Usos A pirâmide etária permite análise sobre qual faixa etária é predominante em uma população, com base nos grupos de idade qual gênero apresenta maioria. Também serve para fornecer informações sobre natalidade, idade média da população, longevidade, entre outros temas.
4 - Limitações -
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O quadro é de elaboração do autor.

A população vulnerável a pobreza é o indicador abordado pelo Quadro 19, e segue abaixo.

QUADRO 19 - POPULAÇÃO VULNERÁVEL A POBREZA

População Vulnerável a pobreza
1 - Conceituação
Define-se como vulnerável à pobreza a pessoa que mora em domicílio com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo de agosto de 2010. São considerados apenas os domicílios particulares permanentes.
2 - Interpretação
Apresenta dados a respeito da população considerada na vulnerável a linha da pobreza em uma localidade durante um período específico de tempo.
3 - Usos
Informa dados que podem ser ajudar na definição de políticas públicas sociais.
4 - Limitações
Não apresenta métodos para melhoria de vida para estas pessoas.
5 - Fonte
Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o Quadro 20 com informações a respeito do nível de abastecimento de água em percentual.

QUADRO 20 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA - NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %)

(continua)

Abastecimento de Água - Nível de Atendimento
1 - Conceituação
A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico tem por objetivo investigar as condições do saneamento básico do País junto às prefeituras municipais e empresas contratadas para a prestação desses serviços
2 - Interpretação
Porcentagem de domicílios urbanos particulares permanentes que se encontram ligados à rede geral de abastecimento de água.
3 - Usos
Apresentar percentualmente o total de residências que apresentam serviços de abastecimento de água.
4 - Limitações
Não apresenta o porquê de algumas localidades não se encontrarem sobre abastecimento de água.
5 - Fonte

(continuação)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE).
6 - Método de Cálculo
O processo de obtenção dos dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico utiliza como método o levantamento censitário, a medida que investiga todos os órgãos públicos e entidades privadas que constam no cadastro de prestadores de serviços de saneamento básico, no âmbito de todo o território nacional.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o Quadro 21 com informações sobre o nível de atendimento, em percentual a respeito da coleta de lixo, bem como metodologia aplicada na elaboração do estudo.

QUADRO 21 - COLETA DE LIXO - NÍVEL DE ATENDIMENTO (EM %)

Coleta de lixo - Nível de Atendimento
1 - Conceituação
A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico tem por objetivo investigar as condições do saneamento básico do País junto às prefeituras municipais e empresas contratadas para a prestação desses serviços.
2 - Interpretação
Porcentagem de domicílios urbanos particulares permanentes que são atendidos por serviço regular de coleta de lixo.
3 - Usos
A pesquisa de cobertura nacional, permite efetuar uma avaliação da oferta e da qualidade dos serviços prestados como também analisar as condições ambientais e suas implicações diretas com a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.
4 - Limitações
Não apresenta o porquê de algumas localidades não se encontrarem sobre atendimento de coleta sanitária.
5 - Fonte
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE).
6 - Método de Cálculo
A coleta dos dados foi elaborada pelo IBGE e aplicada através do Questionário Gestão Municipal do Saneamento Básico.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

O quadro 22 traz informações a respeito do número de domicílios particulares que apresentam banheiro e água encanada, e é apresentado em percentual.

QUADRO 22- DOMICÍLIOS COM BANHEIRO E ÁGUA ENCANADA (EM %)

Domicílios com banheiro e água encanada (em %)
1 - Conceituação A Pesquisa Nacional de Saneamento Básico tem por objetivo investigar as condições do saneamento básico do País junto às prefeituras municipais e empresas contratadas para a prestação desses serviços.
2 - Interpretação Porcentagem de domicílios urbanos particulares permanentes que são atendidos por rede geral de esgoto sanitário ou pluvial.
3 - Usos A pesquisa de cobertura nacional, permite efetuar uma avaliação da oferta e da qualidade dos serviços prestados como também analisar as condições ambientais e suas implicações diretas com a saúde e a qualidade de vida da população brasileira.
4 - Limitações Não apresenta o porquê de algumas localidades não apresentarem domicílios particulares com banheiro e água encanada.
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE).
6 - Método de Cálculo A coleta dos dados foi elaborada pelo IBGE e aplicada através do Questionário Gestão Municipal do Saneamento Básico.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

O Quadro 23 apresenta informações sobre a metodologia utilizada no tópico participação dos setores no valor adicionado.

QUADRO 23- PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO

(continua)

Participação dos Setores no Valor Adicionado
1 - Conceituação Percentual do valor adicionado de cada setor da economia no total do valor adicionado da agregação geográfica.
2 - Interpretação

(continuação)

Valor adicionado do setor agropecuário é o valor que a atividade agropecuária agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Valor adicionado do setor industrial é o valor que a atividade das indústrias agrega aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Valor adicionado do setor serviços é o valor que a atividade das empresas de serviços agregam aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Inclui o Valor Adicionado agregado pela Administração Pública.
3 - Usos
Fornecer estimativas do Produto Interno Bruto - PIB dos Municípios, a preços correntes, e do valor adicionado bruto da Agropecuária, da Indústria, dos Serviços e da Administração, saúde e educação públicas e seguridade social, a preços correntes, compatível com as metodologias das Contas Regionais e Nacionais do Brasil, sendo as estimativas obtidas comparáveis entre si.
4 - Limitações
-
5 - Fonte
Fundação SEADE e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

O Quadro abaixo traz informações metodológicas a respeito da participação dos municípios em relação ao PIB estadual.

QUADRO 24 - PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS EM RELAÇÃO AO PIB ESTADUAL (EM %)

(continua)

Participação dos Municípios em Relação ao PIB Estadual (em percentual)
1 - Conceituação
O desenvolvimento e a divulgação da metodologia do PIB dos Municípios são desdobramentos do projeto de elaboração das Contas Regionais, iniciado em 1996, como fruto de parceria entre o IBGE, os Órgãos Estaduais de Pesquisa e Estatística e as Secretarias Estaduais de Planejamento, que, em 2000, foi estendido para a elaboração do PIB dos Municípios.
2 - Interpretação
Percentual com que a agregação geográfica participa no PIB do Estado. PIB é o total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtivas, ou seja, a soma dos valores adicionados acrescida dos impostos.
3 - Usos
Os dados do PIB municipal mostram a dinâmica e como se distribuiu o desenvolvimento entre as regiões e como isto afetou a geografia econômica do Estado.

(continuação)

4 - Limitações
Não apresenta dados a respeito de melhoria de qualidade de vida da população.
5 - Fonte
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação SEADE.
6 - Método de Cálculo
Valor em percentual do PIB de um município sobre o total do PIB estadual em um período.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE). O quadro é de elaboração do autor.

Já o Quadro abaixo traz informações sobre e economia informal urbana e os empregos informais da economia.

QUADRO 25 – ECONOMIA INFORMAL URBANA

Economia Informal Urbana
1 - Conceituação
Apresenta os resultados da pesquisa sobre a situação dos pequenos empreendimentos não-agrícolas, em especial aqueles pertencentes ao setor informal relativos aos proprietários, abrangendo informações sobre investimentos, receitas, despesas e lucro médio das empresas do setor informal, características das pessoas ocupadas, como sexo, idade, nível de instrução, vínculo de trabalho e posição na ocupação, além de aspectos relacionados à regularização do negócio, acesso a serviços não-financeiros e crédito.
2 - Interpretação
Compreende as informações sobre unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas.
3 - Usos
Os empregos formais podem ser utilizados para demonstração da evolução do nível de emprego em uma região durante um certo período de tempo. Também influencia em indicadores de renda, saúde e educação.
4 - Limitações
Não aponta os motivos das variações salariais. Não leva em conta empregos sazonais.
5 - Fonte
Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

Fonte: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). O quadro é de elaboração do autor.

Abaixo segue o Quadro com informações sobre mães chefes de família.

QUADRO 26- MÃES CHEFES DE FAMÍLIA

Mães Chefes de Família
1 - Conceituação Nos grandes levantamentos estatísticos, para conhecer as relações entre os moradores de um domicílio é tradição que, primeiro, se identifique o chefe ou responsável ou a pessoa de referência e, depois, as pessoas restantes, de acordo com sua relação com o chefe ou pessoa responsável ou pessoa de referência. Esta pessoa é aquela reconhecida pelos demais moradores como tais.
2 - Interpretação Representa mães denominadas como chefes de família.
3 - Usos Demonstra a quantidade de mães que são chefes de família no período. Através do uso destes dados é possível elaboração de políticas públicas voltadas a esta parcela populacional.
4 - Limitações -
5 - Fonte Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Elaboração própria.